PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
Estado do Paraná

# L E I Nº 79/65

Sebastião Impecncio Leite, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul Estado do Paraná etc., FAÇO, saber que a Câmara - Municipal Decretou e eu Sanciono a seguinte Lei;

## CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICIPIO DE ITAÚNA DO SUL.

### PARTE GERAL
### TITULO I

### DOS TRIBUTOS EM GERAL

### CAPITULO I

### Do Sistema Tributário do Municipio

Art. 1º- Este Código dispoê sôbre os fatos geradores a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos Municipais, e estabelece normas de direito fiscal a eles pertinentes.

2º- Além dos tributos que vierem a ser criados ou que lhe forem transferido pela União, ou pelo Estado, itegram o sistema tributário do Municipio:

I - Os Impostos
- a) Predial
- b) Territorial Urbano
- c) Territorial Rural
- d) De Transmissão de Propiedade Imobiliária "Inter-Vivos"
- e) De Industrias e Profissões
- f) De Diverções Publicas

II - As Taxas
- a) De Aplicação Social
- b) De Expediente
- c) De Segurança Social
- d) De Rodoviária
- e) De Limpeza Publica
- f) De Saneamento
- g) De Aferição de Pesos e Medidas
- h) De Iluminação Publica
- i) De Licença
- j) De Serviços Diverços

III - A Contribuição de Melhoria

### CAPITULO II

### Da Legislação Fiscal

Art. 3º- Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa conciderada como contribuinte ou responsável pelo comprimento de obrigação tributária, senão em virtude deste código ou de Lei subsequente.

Art. 4º--A Lei Fiscal entra em vigôr na data de sua publicação, salvo as disposições que criarem ou aumentarem tributos, as quais entrarão em vigôr a primeiro de Janeiro do ano seguinte.

Art. 5º- As tabelas de tributos, anexas a este código, serão revistas e publicadas integralmente, no mês de Janeiro de cada ano, sempre que, no decurço do exercicio anterior, houverem sido substancialmente alteradas.

## CAPITULO III

### Da Administração Fiscal

Art. 6º- Todas as funções referentes a cadastramentos, Lançamentos, cobrança, Recolhimentos, Restituição e fiscalização de tributos Municipais, aplicação de sanções por infração de disposiçao deste código, bem como as medidas de prevenção e - repreenção ás fraudes, serão exercidas pelos orgãos Fazendarios e repartições a eles subordinados, segundo as atribuições constantes da Lei de organização dos serviços administrativos e do respetivo regimento.

Art. 7º- Os orgãos e servidores de cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuizo do rigor e vigilancia indispensáveis - ao bom desempenho de suas atividades, darão assistecia técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sôbre a interpretação e fiel observancia das Leis fiscais.

§ 1º Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência- aos orgãos responsáveis.

§ 2º As medidas reeprensivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente ou por descaso, lesarem ou tentarem lesar o fisco.

Art. 8º- Os orgãos fazendários farão imprimir e distribuir modêlos de declarações e de documentos que devem serem preenchidos obrigatoriamentes pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimentos de impostos, taxas e contribuições.

Art. 9º- São autoridades fiscais, para os efeitos dêste còdigo, as que tem juridição e competencia definidas em Leis e regulamentos.

## CAPITILO IV

### Do Domicilio Fiscal

Art. 10- Concidera-se domicilio fiscal do contribuinte ou responsavel por obrigação tributário.

I- Tratando-se de pessoa natural, o lugar onde habitualmente reside, e não sendo este conhecido, o lugar onde se encontre a séde principal de suas atividades de negócios.

II- Tratando-se de pessoa Juridica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos.

III- Tratando-se de pessoa juridica de direito publico, o local da sede de qualquer de sua repartição administrativa.

Art. 11- O domicilio fiscal será consignado nas petições, guias e outr documentos que os obrigados dirijam ou devem apresentar a zenda Municipal.

Parágrafo unico- Os inscritos como contribuintes habituais co toda mudança de domicilio, no prazo de 15 (quinze) tados a partir da ocorrencia.

## CAPITULO V

### Das Obrigações Tributárias Acessórias

Art. 12- Os contribuintes,ou qualquer responsáveis por tributos,facilitarão,por todos os meios a seu alcance o lançamento,a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos a Fazenda Municipal,ficando especialmente obrigados a:

I - Apresentar declarações e guias e a escriturar em livros proprios os fatos geradores de obrigação tributária segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais.

II - Comunicar a Fazenda Municipal,dentro de 15 (quinze)dias,contados a partir da ocorrência,qualquer alteração capaz de gerar,modificação ou extinguir obrigação tributária.

III - Conservar e apresentar ao fisco,quando solicitado,qualquer documento que,de algum modo,se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária que sirva como comprovante de veracidades dos dados consignados em guias e documentos Fiscais.

IV - Prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que,a juizo do fisco,se refiram a fato gerador de obrigação tributária,

Parágrafo unico - Mesmo no caso de isenção ficam os beneficiarios sujeitos ao comprimento do disposto nêste artigo.

Art. 13- O fisco poderá requisitar a terceiros,e estes ficam obrigados a fornecer-lhe,todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária,para os quais tenham contribuido ou que devem conhecer,salvo quando,por força da Lei,estejam obrigados a guardar sigilio com relação a êsses fatos.

§ 1º- As informações obtidas por força deste artigo tem carater sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União,do Estado e dêste Municipio.

§ 2º- Constitui falta grave,punivel nos termos do Estatuto dos funcionarios Municipais,a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exebidos.

## CAPITULO VI

### Do Lançamento

Art. 14- Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa,destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente a determinação da matéria tributável,o calculo do montante dotributo devido, a identificação do contribuinte e,sendo o caso a aplicação de penalidaes cabivel.

Art. 15- O áto de lançamento é vinculado e obrigatóriamente,sob pena de responsabilidade funcional,ressalvadas as hipóteses de esclusão ou suspenção do crédito tributário previsto nêste Código.

Art. 16- O Lançamento reporta-se á data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela Lei então vigente,ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º- Aplica-se ao lançamento a Legislação que,posteriormente ao nascimento da obrigação,haja instituido novos critérios de apuração de base de calculo,estabelecido novos métodos de fiscalizaçe ção,ampliado ou poderes de ivestigação das autoridades administrativas,ou outorgado maiores garantias e privilégios a Fazenda Municipal,exceto,no último caso,para atribuir responsabilidades tributárias a terceiros.

§ 2º- O disposto neste artigo,não se aplica aos impostos lançados por

períodos certos de tempos, desde que a Lei tributária respetiva fixa expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Art. 17- Os átos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do orgão Fazendario competente.

Parágrafo Unico- A omissão ou erro de lançamento não isenta o contribuinte do comprimento da obrigação fiscal,nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 18- O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do cadastro fiscal nas declarações apresentadas pelos contribuintes,na forma e épocas estabelecidas nêste Código e em regulamentos.

§ 1º- As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e á verificação do montante do crédito tributário conrespondente.

§ 2º- Á Fazenda Municipal examinará as declarações para verificar a exetidão dos dados nelas consgnados,quando o contribuinte ou - responsável não houver feito a declaração,ou á fiser inexatamente,consignando fatos falsos ou erroneos,o lançamento será feito de oficío com base nos elementos de que dispuser.

Art. 19- Far-se-á o lançamento de oficío,com base nos elementos disponiveis

I - Quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração,ou a mesma apresentar-se inexata,por serem falsos ou erroneos os fatos consignados.

II - Quando,tendo prestado declaração,o contribuinte ou responsavel deixar de atender satisfatóriamente,no prazo e forma legais de esclarecimentos formulado pela autoridade administrativa.

Art. 20- Com o fim de obter elementos que lhe permitem verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsaveis, e de determinar, com precisão e na natureza e o montante dos créditos tributários,á Fazenda Municipal poderá:

I- Exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária.

II- Fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigação tributária ou nos bens que constituem matéria tributável.

III- Exegir informações e comunicações escritas ou verbais.

IV- Notificar o contribuinte ou responsável para comparecer as repartições da Fazenda Municipal.

V- Requisitar o auxilio da força Publica ou requerer ordem Judicial quando indispensavel á realização de diligências,inclusive de inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos assim como dos objétos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo Unico- Nos caso a que se refere o item V os funcionários lavrarão têrmos de diligencia,do qual constarão especificamente os elementos examinados.

Art. 21- O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes por meio de edital afixado na Prefeitura,por publicação em jornal local,ou mediante notoficação diréta,feita como aviso, - para servir como guia de pagamento.

Art. 22- Far-se-á revisão de lançamento sempre que se verificar erro na fixação da base tributária,ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco.

Art. 23- Os lançamentos efetuados de ofício,ou decorrentes de arbitramento,só poderão ser revistos em face da superviniência de prova irrecusável que modifique a base do cálculo utilizado no lançamento anterior.

Art. 24- É facultados aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias,quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exetamante.

Art. 25- Poderá a Prefeitura estabelecer controle fiscal propio,instituindo livros e registros obrigatórios afim de apurar o movimento econômico e outros fatos geradores de tributos.

Parágrafo Unico- Em não havendo o controle de trata este artigo, o movimento econômico será apurado em face dos livros e registros fiscais de compras,estoque,vendas a vistas e a prazo,transferencias de mercadorias,estabelecidos pelo Estado e pela União.

Art. 26- Independentemnete do controle de que trata o artigo anterior poderá ser adotada a apuração ou verificação diaría no propio local da atividade durante determinado período do movimento econômico,do contribuinte,quando houver dúvida sôbre a exetidão do que for declarado para efeito dos impostos de Indutría e profissões e de diverções públicas.

## CAPITULO VII

## Da Cobrança e do Recolhimento dos Tributos

Art. 27- Á cobrança dos tributos far-se-á.

I- Para pagamento á boca do cofre.
II- Por procedimento amigável.
III- Mediante ação executiva.

§ 1º - Á cobrança para pagamento a boca do cofre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos neste Código nas Leis e regulamentos fiscais.

§ 2º - Expirado o prazo para pagamento á boca do cofre ficam os contribuintes sujeitos a multa de 30% (trinta por cento) ao amo, contados por mêz ou fração sôbre a importância até seu pagamento.

Art. 28- Nenhum recolhimento de tributo, exceto o que se faça por meio de sêlo ou guia,será efetuado sem que se espeça o competente conhecimento.

Art. 29- Nos casos de expedição fraudolentas de guias ou conhecimentos e de aplicação de sêlos usados,responderão administrativa e criminalmente,os servidires que os houverem subscrito ou fornecido.

Art. 30- Pela cobrança menor de tributo responde,perante a Fazenda Municipal,solidariamente,o servidor culpado,cabendo-lhe direito regresivo contra o contribuinte.

Art. 31- Não se procederá contra o contribuinte que haja agido ou pago tributo de acôrdo com decisão administrativa ou judicial passada em julgamento,mesmo que,posteriormente venha a ser modificada a Jurisprudência.

Art. 32- A prefeitura poderá contratar com estabelecimentos de crédito com séde,agencia ou escritório na Cidade ou nas vilas,o recebimento de tributos lançados mecanicamente.

## CAPITULO VIII

## Da Restituição

Art. 33- O contribuinte tem direito,independentemente de previo protesto, á restituição total ou parcial do tributo,seja qual for a modalidade de seu pagamento,nos seguintes casos:

I- Cobrança ou pagamento expontaneo de tributo indevido ou maior do que o devido em face dêste Código,ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido:

II- Erro de identificação do contribuinte,na determinação da alíquota aplicavel,no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.

III- Reforma,anulação,revogação ou recisão de decisão condenatória.

Art. 34- A restituição total ou parcial do tributo á lugar a restituição na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias,salvo as referentes a infrações de carater formal, que não se deva reputar prejudicadas pela causa asseguratória da restituição.

Art. 35- O direito de pleitear a restituição do imposto,taxa contribuição ou multa,extingue-se com o decurço do prazo de seis mezes quando expedido se baseie em em simples erro de cálculo, ou de trez anos nos demais casos,contados:

I- Nas hipóteses previstas nos itens I e II do artigo 33 da data da extinção do credito tributário.

II-Na hipoteses prevista na alínea III do artigo 33 da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha formado digo reformado anulado,revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 36- Quando se tratar de tributos e multas indevidamnete arrecadadas por motivos de erros cometido pelo fisco ou pelo contribuinte e apurado pela autoridade competente,a restituição será de ofício,mediante determinação do Prefeito e representação formulada pelo orgão Fazendário e devidamente processada.

Art. 37- O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculos no exame de sua escrita ou de documentos quando isso se tornar necessario a verificação da procedencia da medida,a juizo da administração.

Art. 38- Os processos de restituição serão obrigatóriamente informados antes de receberem despachos,pela repartição que houver arrecadado os tributos e multas reclamados total ou parcialmente.

## CAPITULO IX

## Da Prescrição

Art. 39- O direito de proceder o lançamento de tributos,assim como a revisão,prescreve em 5 (cinco) anos a contar do ultimo dia do ano em que se tornarem devidos.

Parágrafo Unico- O decurço do prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensavel ao lançamento ou a sua revisão, começando de novo a correr da data em que se operou a notificação.

Art. 40- As dividas provinientes de tributos prescrevem em cinco anos a contar do término do exercicio,dentro do qual aqueles se tornarem devidos,a divida ativa inferior a um decimo do salario minimo,prescreve porem em dois anos,contados do prazo do vencimento, se prefixado,e no caso contrário,da data em que foi inscrito.

Art. 41- Interrompe-se a prescrição da divída fiscal:

I- Por qualquer notificação ou intimação feita ao contribuinte, por repartição ou funcionario fiscal,para pagar a dívida.

II- Pela concessão de prazos especiais para esse fim.

a III- Pelo despacho que ordenou a citação judicial do reponsávle para efetuar o pagamento.

IV- Pela apresentação de documentos comprobatório da dívida,em juizo de inventário ou concurso de credores.

Art. 42-Cessa em 5 (cinco)anos o poder de aplicação,ou cobrar multas - por infração a êste Código,exceto nos casos de quantia inferior a 1 (hum décimo)do salário minimo, em que o prazo será de 2 anos.

CAPITULO X

Das Imunidades e Isenções

Art. 43-É vedado ao Municipio (Constituição Federal)artigo 31 e 203 lançar impostos sôbre:

I-Bens,rendas e serviços da União,dos Estados e dos Municipios sem prejuizo dos serviços publicos concedidos observado o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

II-Templo de qualquer culto,bens e serviços de partidos politicos, instituição de educação e assistencia social,desde que suas rendas sejam aplicadas integralmente no Páiz e para os respetivos fins.

III-Atividades de professores e jornalistas.

IV-Tráfego Intermunicipal de qualquer natureza quando representarem limitações ao mesmo.

§ 1º - Os servidores publicos concedidos não gozam de isenção tributária,salvo quando estabelecido,em cada caso, em Lei especial.

§ 2º - As entidades autárquicas sómente gozarão de imunidadestributárias em relação aos seus bens inóveis quando nêles funcionarem suas repartções ou serviços.

§ 3º - A imunidade tributária de bens inóveis das igrejas se restrige áqueles destinados aos exercicios dos cultos.

§ 4º - As instituições de educação e assistencia social sómente gozarão de imunidades mencionadas no Item II dêste artigo quando se tratar de sociedade civis legalmente constituidas e sem fins lucrativos.

Art. 44-São isentas de impostos Municipais as atividades individuais de pequeno rendimento,destinados,exclusivamente,ao sustento de quem as exerce ou de sua familia e como tais definidos em regulamentos.

Art. 45-Nenhum tributo gravará:

I- Os atos ou titulos referantes a vida funcional dos servidores municipais.

II- As conferencias cientificas ou literárias e as exposições de artes.

Art. 46-A concessão de isenção apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem publica ou de interesse do Municipio não poderá ter carater pessoal e dependerá de Lei aprovada por 2 (dois)terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º - Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão,em Lei de isenção de tributos a determinada pessoa fisica ou juridica.

§ 2º - As isenções estão condicionadas á renovação anual e serão reconhecidas por ato do Prefeito,sempre a requerimento do interessado.

Art. 47-Verificada,a qualquer tempo,a inobservancia das formalidades exigidas para a concessão,ou de desaparecimento das condições que a motivarem,será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Art. 48- As imunidades e isenções não abrangem as taxas salvo as isenções expressamentes estabelecidas nêste Código.

## CAPITULO XI

## DA DIVIDA ATÍVA

Art. 49- Constitui divida atíva do Municipio a provinientes de impostos, Taxas e contribuições, Multas de qualquer natureza regularmente inscritas na repartição administrativa.

Art. 50- Para todos os efeitos legais concidera-se como inscrita a divida atíva registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.

Art. 51- Encerrado o exercicio, a repartição competente providenciará imediatamente, a inscrição dos débitos por contribuinte.

Art. 52- O Municipio fará publicar, no seu orgão oficial até o dia 31 ( trinta e hum)de Janeiro de cada ano, durante 5 (cinco)dias, relação contendo:

a - Nomes dos devedores e indereço relativo a divida.
b - Provinienela da divida e seu valôr.

Parágrafo Único- Dentro de 30 (trinta)dias, a contar da data da publicação da relação, será feita a cobrança amigavel da divida judicial à medida que forem sendo extraidas, as certdões relativas aos débitos.

Art. 53- O têrmo de inscrição da divida atíva, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatóriamente:

I - O nome do devedor, e sendo caso, dos comespondentes, bem, como sempre que possivel, o domicilio ou residencia de um ou de outros.

II - A origem e a natureza do crédito, mencionando a Lei tributária - respetiva.

III - A garantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

IV - A data em que foi inscrita.

V - O numero do processo administrativo de que se origina o crédito sendo o caso.

Parágrafo Único- A certidão devidamente autenticada conterá alem dos requisitos dêste artigo, a indicação do livro e folha de inscrição.

Art. 54- Serão cancelados, mediantes dispachos do Prefeito os debitos:

I - Legalmentes prescritos.

II - De contribuintes que hajam falecidos sem deixarem bens que exprimam valôr.

Parágrafo Único- O cancelamento será determinado de oficio ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem provado a morte do devedor e a inesistencia de bens, ouvidos os orgãos fazendarios e juridicos da Prefeitura.

Art. 55- As dividas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão acumuladas em uma só ação.

Art. 56- As certidões da divida atíva, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 53 dêste Código.

Art. 57- O recébimento de débitos constantes de certidões ja encaminhadas para a cobrança executiva, será feito exclusivamente a vista de guia em duas vias, expedida pelos escrivães ou advogados, com o visto do orgão juridico da Prefeitura incumbido da cobrança judicial da di-

Parágrafo ùnico- As guias mencionarão o nome do devedor seu indereço, o numero da inscrição,a importancia total do débito, o exercicio ou periodo a que se referirem,a multa,os juros de mora e - custas,e serão datadas e assinadas pelo êmitente.

Art. 58- Ressalvados os casos de autorização legislativa,não se efetuará o recebimento de debitos inscritos na divida ativa com dispensa de multas e dos juros de mora.

Parágrafo Único- Verificada a qualquer tempo,a inobservancia do disposto nêste artigo,é o funcionario responsavel sujeito,alem da pena de demissão,a recolher aos cófres do Municipio o valor da multa e e dos juros de mora que houver dispensado.

Art. 59- O disposto no artigo anterior se aplica tambem aos servidores que reduzir gracias,ilegal ou regularmente,o montante de qualquer débito inscrito na divida ativa com ou sem autorização superior.

Art. 60- É solidariamente responsável com o servidor quanto a reposição das quantias relativas á redução á multa,eos juros de mora, mencionados nos dois artigos anteriores,a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões,salvo se o fizer em comprimento de mandado judicial.

Art. 61- Encaminhada a certidão da divida atíva para a cobrança executiva cessará a competencia do orgão fazendário para agir ou decidir quanto a éla,cumprindo-lhe,entretanto,prestar as informações solicitadas pelo orgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

## CAPITULO XII

## Das Penalidades

### Seção 1º
### Disposições Gerais

Art. 62- Sem prejuizo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras Leis e Códigos Municipais,as infrações a este Código serão punidas com as seguintes penas:

I - Multas.
II - Revalidações.
III - Proibição de transacionar com as repartições Municipais.
IV - Sujeição a sistema especial de fiscalização.
V - Suspenção ou cancelamento de isenção de tributos.

Parágrafo Único- A aplicação da penalidade de qualquer natureza,de caráter administrativo ou criminal,e o seu cumprimento,em caso de - algum dispensa o pamento dontributo devido e das multas e juros de mora.

Art. 63- Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com interpretação fiscal,constante de decisão de qualquer instância administrativa,mesmo que,- posteriormente venha ser modificada essa interpretação.

Art. 64- A omissão de pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação,notificação preliminar ou ato de infração.

§ 1º- Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuzer de elementos de conveção em mão das quais se possa admitir involutária a omissão do pagamento.

§ 2º- Em qualquer caso,conciderar-se-á como fraude a reencidencia na omissão de que trata êste artigo.

§ 3º- Conceitua-se tambem como fraude o não pagamento do tributo,tempestivamente,quando o contribuinte o deva recolher a seu propio requerimento,formulado êste antes de qualquer diligencia fiscal,

e desde que a negligencia perdure após decorredos 8 (oito) dias contados da data da entrada deste requerimento na repartição - arrecadadora competente.

Art. 65- Os coautores e cumplices,nas infrações ou tentativas de infração dos dispositivos dêste Código,responde solidáriamente com os autores pelo pagamento do tributo devido e ficam sujeitos as mesmas penas fiscais impostas a êstes.

Art. 66- Apurando-se no mesmo processo,infração de mais de uma disposição êste Código pela mesma pessoa,será aplicada sómente a pena comrespondente á infração mais grave.

Art. 67- Se do processo se apurar responsabilidade de diversas pessoas não vinculadas por,co-atoria ou cumplicidade,será imposta a cada uma delas a pena relativa a infração que houver cometido.

Art. 68- Os reicidentes de infração das normas estabelecidas nêste Código terão agravados de 30% (trinta por cento)as sanções nêle estipuladas.

Parágrafo único- Concidera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa fisica ou jurídica,depois de passado em julgado,administrativamente,a decisão condenatória - referente á infração anterior.

Art. 69- A aplicação de multas não prujudicará a ação criminal,que no - caso couber.

Seção 2º

Das Multas

Art. 70- As multas serão impostas em gráu mínimo,medio ou maximo.

Parágrafo único- Na imposição de multas,e para gradualá,ter-se-á em vista:

a - A maior ou menor gravidade da infração.
b - As suas circunstancias atenuantes ou agravantes.
c - Os antecedentes do infrator com relações disposições dêste Código e de outras Leis e regulamentos Municipais.

Art. 71- É passivel de multa de dois décimos do sálario mínimo a duas - vêzes o valor dêste o contribuinte que::

I - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito a taxa de licença, - antes da conceção dêsta.

II - Deixar de fazer a inscrição de seus bens ou de sua atividade no cadastro fiscal da Prefeitura.

III - Apresentar fixa de inscrição ou declaração de movimento ecônomico em dados inverídicos ou omissos.

IV - Deixar de comunicar,dentro dos prazos previstos,as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados.

V - Deixar de apresentar,dentro dos respectivos prazos,declaração do movimento economico de seu estabelecimento.

VI - Em sendo obrigado a fazê-lo deixar de remeter á Prefeitura documentos exigidos por lei ou regulamentos fiscal.

VII - Negar-se a exibir livros e documentos de escritas fiscal que - interessar á fiscalização.

Art. 72--É passivel de multa de um décimo de sálario mínimo a uma vez e mais o valor dêste o contribuinte ou responsavel que:

I - Apresentar fixa de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar.

II - negar-se a prestar informação ou, por qualquer outro modo tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interêsses da Fazenda Municipal;

III - deixar do cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida nêste Código ou em regulamento a ela referente,

Art. 73 - as multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuizo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.

Art. 74 - Ressalvadas as hipóteses do art. 89 dêste Código, serão punidos com:

I - Multa da importância igual ao valor do tributo, nunca inferior, porém, a um décimo do salário mínimo os que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vêz regularmente, apurada a falta e se não ficar / provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude

II - Multa de importância igual a uma a trêz vêses o valor do tributo, mas nunca inferior a dois décimos do salário mínimo, os que sonegarem, por qualquer forma, tributo devido, se qpurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

III - Multa de cinco décimo de slário mínimo a trez vêses o valor / dêstes:

a)- os que viciarem ou falcificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais ou comerciais,para iludir a fiscalização ou fujir ao pagamento do tributo.

b)- Os que instruirem pedidos de isenção ou redução de impostos taxa ou contribuição,com documentos falsos ou que contenha - falcidade.

c)- Os que falcificarem sêlos,subscreverem conhecimento falso de sêlagem por verba,ou adulterarem conhecimentos de selagem por verba assim como venderem,comprarem,ou empregarem sêlos falsos ou usados,com o fim de lezar o fisco.

§ 1º - As penalidades a que se refere a alínea a serão aplicadas nas hipóteses em que não se puder efetuar o calculo pela forma dos ítens I e II.

§ 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal nos casos do Item III mesmo antes de vencidos os prazos de comprimentos de obrigação tributarias.

§ 3º - Salvo prova em contrario,presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas.

a) - Contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas as repartições Municipais.

b) - Manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante as obrigações tributárias ea sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável.

c) - Remessa de informes e comunicações falsas ao fisco com respeito aos fatos geradores de obrigações tributárias.

d) - Omissão de lançamentos nos livros,fixas,declarações ou guias de bens,atividades ou ocupações que constituám fatos geradores de obrigações tributarias.

Secção 3º

## Da revalidação

Art. 75 - Á pena de revalidação ficarão sujeitos aos contribuintes que não emprgarem os sêlos devidos,ou os emprgarem deficientemente,em qualsquer documentos ou papeis onde devem ser aplicados.

Parágrafo único- A revalidação, que importa em outro tanto de sêlo devido, será exigida por qualquer servidor municipal que constatar a insuficiencia, não podendo ter andamento nas repartições o documento ou papel insuficientemente selado, enquanto não revalidado.

Seção 4ª

Da Proibição de Transacionar com as Repartições Municipais

Art. 76- Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantia ou crédito que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrencias, coletas ou tomadas de preços, selebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Municipio.

Seção 5ª

Da Sujeição a sistema Especial de Fiscalização

Art. 77- Os contribuintes que houverem cometidos infração punida em grau máximo, ou reincidir constantemente na violação dêste Código e de outras Leis e regulamentos Municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 78- O regime especial de fiscalização de que trata êste capitulo será definido em regulamento.

Seção 6ª

Da supressão ou Cancelamento de Isenções

Art. 79- Todas as pessoas fisicas ou juridicas que gozarem de isenção de tributos Municipais e infrigerem disposição dêste Código ficarão privadas, dela privada definitivamente.

§ 1º - A pena de privação definitiva da isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do artigo 68 dêste Código.

§ 2º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de representação neste sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado nos prazos legais.

Seção 7ª

Das Penalidades Funcionais

Art. 80- Serão punidos com multas, equivalentes a 15 (quinze) dias do respectivo vencimento ou remuneração:

a)- Os funcionários que se negarem a prestar assistencia ao contribuinte, quando por este solicitada na forma dêste Código.

b)- Os agentes fiscais que, por negligencia ou má fé lavrarem autos sem obdiencia aos requisitos legais, de modo a lhes acarretar nulidades.

Art. 81- As multas serão impóstas pelo Prefito, mediante representação da autoridade fazendária competente se de outro modo não dispuzer o estatuto de funcionarios municipais.

Art. 82- O pagamento de multas decorrentes de processo fiscal se tornará exegivel depois de passada em julgado a decisão que a impôs.

TITULO II

Do Processo Fiscal

CAPITULO I

Das Medidas Preliminares e Incidentes

Seção 1ª

Dos Têrmos de Fiscalização

Art. 83- A autoridade ou funcionário fiscal que presidir ou proceder a exame de diligencias,fará ou levará sob sua assinatura,têrmo circunstanciado do que apurar,do qual constarão,alem do mais que possa interessar,as datas iniciais e finais do periodo fiscalizado e a relação dos livros e documentos examunados.

§ 1º - O têrmo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a infração,ainda que si não resida o infrator,o poderá ser datilografado ou impresso em relação as palavras rituais,devendo espelaros serem preenchidos a mão e inutilizadas as entre linhas em branco.

§ 2º - Aos fiscalizados dar-se-á copia do têrmo,autenticado pela autoridade,contra recibo no original.

§ 3º - A recusa do recibo,que será declarada pela autoridade,não aproveita ao fiscalizado,nem o projudica.

Seção 2º

Da apreencão de Bens e Documentos

Art. 84- Poderão ser apreendidas as coisas móvveis,inclusive mercadorias e documentos,existentes em estabelecimentos comerciais,industriais,agricula ou proficional do contribuinte ou de terceiros, ou em outrós lugares ou em trnasito,e que constituam prova material de infração da legislação tributaria.

Parágrafo Único- Havendo prova,ou fundada suspeita que as coisas se encontram em residencias particular ou lugar utilizado como moradia,serão promovidas a busca e a preenção judicial,sem prejuizo das medidas necessarias para evitar a remoção clandestina.

Art. 85- Da apreenção administrativa lavrar-se-á auto,com os elementos do auto de infração,observando-se no que couber,o disposto no artigo 97 dêste Código.

Parágrafo único- o Auto de apreenção conterá a descrição das coisas ou documentos apreendidos,a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário,o qual será designado pelo atuante,podendo a designação recair no própio detentor,se for idôneo,a juizo do atuante.

Art. 86- Os documentos apreendidos poderão,a requerimento do atuado,serlhe devolvidos,ficando no processo cópia do inteiro têor ou da parte que deva faser prova,caso o original não seja indispensavel a esse fim.

Art. 87- As coisas apreendidas serão restituidas a requerimento,mediante depósito das quantias exigíveis,cuja importancia será arbitrada pela autoridade competente,ficando retido até decisão final,os espécimos á prova.

Parágrafo único- Em relação a matéria deste artigo,aplica-se,no que couber, os dispostos no artigo 122 dêste Código.

Art. 88- Se o autuado não provar o preenchimento das exigencias legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 60(sessenta) dias,a contar da data da apreenção,serão os bens levados a hasta publica.

§ 1º - Quando a apreenção recair em bens de fácil deterioração,a hasta pública poderá realizar-se á partir do própio dia da apreenção.

§ 2º - Apurando-se na venda,importancia superior ao tributo e multa devida,será o atuando notificado,no prazo de 5 (cinco)dias, para receber o exedente,se ja não ouver comparecido para fase-lo.

Seção 3º

Da Notificação Preliminar

Art. 89- Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo,ou qualquer infração,de Lei ou regulamento de que possa resultar evasão da receita,será expedido contra o infrator notificar - preliminar para que no prazo de 8 (oito)dias,regularise a situação.

§ 1º- Esgotado o prazo de que trata êste artigo sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º- Lavrar-se-á igualmente,auto de infração quando o contribuinte se recusar de tomar conhecimento da notificação preliminar.

Art. 90- A notificação preliminar será feita em formúla destacada de talonário,no qual ficará copia a carbono com o"ciente"do notificado,e conterá os elementos seguintes:

I - Nome do notificado
II - Local,dia e hora da lavratura.
III - Descrição do fato que a motivou a indicação,do dispositivo legal de fiscalização,quando couber.
IV - Valôr do tributo e da multa devido.
V - Assinatura do notificante.

Art. 91- Concidera-se convencido do débito o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar,da qual não cabe recurso ou defesa.

Art. 92- Não caberá notificação preliminar,devendo o contribuinte ser imediatamente atuado.

I - Quando for encontrado no exercicio de atividade tributável, sem previa inscrição.
II - Quando houver prova de que diligenciou para furtar o pagamento do imposto.
III - Quando for manifesto ou ânimo de sonegar.
IV - Quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão da receita,antes de decorrido um ano,contado da ultima notificação preliminar.

Sessão 4º

Da Representação

Art. 93- Quanto incompetente para notificar preliminarmente ou para atuar,o agente da Fazenda pública deve,e qualquer pessoa pode, representar contra tôda ação ou omissão contraria e disposições dêste Código ou de outras Leis e regulamentos fiscais.

Art. 94- A representação far-se-á em petição assinada e mencionará,em letra legível,o nome,a profissão e inderesso de seu autor,será acompanhadas de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou - conhecida a infração.

Parágrafo único- Não se admitirá representação feita por qem haja sido socio,diretor,preposto ou empregado do contribuinte,quando relativa a fatos anteriores a data em que tenham perdido essa - qualidade.

Art. 95- Recebida a representação,a autoridade competente providenciará imediatamente as diligencias para virificar a respectiva veracidade e,conforme couber,notificará preliminarmente o infrator autuá-lo-á ou arquivará a representação.

Art. 96- Quando da representação resultar a imposição de multa,o autor ou autores da representação terão direitos a quóta-parte correspondente.

CAPITULO II

Dos Atos Iniciais

Seção 1º

## Do Auto de Infração

Art. 97- O auto de infração,lavrado com preisão e clareza,sem entrelinhas emendas ou rasuras,deverá:

I - Mencionar o local,o dia e a hora da lavratura.
II - Referir o nome do infrator e das testemunhas,se houver.
III - Descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes,indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referencia ao têrmo de fiscalização, em que se consignou a infração, quando for o caso.
IV - Conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defeza e provas,nos prazos previstos.

§ 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, - quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essecional a validade do auto,não implica em confissão,nem a recusa agravará a pena.

§ 3º - Se o infrator,ou quem o representa,não puder ou não quiser assinar o auto,far-se-á menção dessa circunstância.

Art. 98-,O auto de infração poderá ser acumulado com o de apreenção,e - então conterá,tambem os elementos do artigo 85,parágrafo único.

Art. 99- A lavratura de auto será intimada ao infrator:

I - Pessoalmente sempre que possível,mediante intrega de cópia do auto ou autoado,seu representante ou preposto,contra recibo datado no original.
II - Por cartas,acompanhadas de cópia do auto,com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguem de seu domicilio.
III - Por edital,com prazo de 30 (trinta)dias,se desconhecido o domicilio fiscal do infrator.

Art.100- A intimação presume-se feita:

I - Quando pessoal,na data do recibo.
II - Quando por carta,na data do recibo de volta,e se for omitida 15 (quinze)dias após a intrega da carta no correio.
III - Quando por edital,no têrmo do prazo,contado êste da data da - afixação ou da publicação.

Art.101- As intimações subsquentes á inicial far-se-ão pessoalmente,caso em que serão certificadas no processo e por carta e edital, conforme as circunstâncias,observando o disposto nos artigos 99 e 100 dêste Código.

Seção 2º

## Das Reclamações Contra Lançamentos

Art.102- O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 60 (sessenta)dias,contados da publicação no órgão oficial,da fixação do edital,ou do recebimento do aviso.

Art.103- A reclamação contra lançamento far-se-á por petição,facultada a juntada de documentos.

Art.104- É cabivel a reclamação por parte de qualquer pessoa,contra a omissão ou exclusão do lançamento.

Art.105- À reclamação contra lançamento não terão efeito suspencivo da cobrança dos tributos lançados.

Art. 123 - Julgado idônio o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando protocolado o requerimento de prestação de fiança oferecer outro fiador, indicando os elementos de idoniedade do mesmo.

Parágrafo único- Não se admitirá como fiador o sócio solidário da firma recorrente nem o devedor da fazenda Municipal.

Art. 124 - Recuzados 2 (dois) fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias ou de prazo igual ao que restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se este prazo for maior.

Secção 3º

Do Recurso de Oficio

Art. 125 - Das deccisões, no todo ou em parte, a fazenda Municipal, inclusive por desclacificação da infração, será obrigatóriamente interposto recurso de oficio, com efeito suspencivo, sempre que a importância em litigio exeder de 20 (vinte) vezes o salario mínimo.

Parágrafo único- Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de oficio quando couber a medida, cumpre ao funcionário iniciador do processo, ou que do fato tomar conhecimento, anterior ao recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

CAPITULO VIII

Do Pedido de Esclarecimentos

Art. 126 - Da decisão do Prefeito que ao interessado se afiguri omissa, contraditória ou obscura, cabe pedido de esclarecimento interposto no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do acórdão.

Art. 127 - Não será conhecido o pedido e a sua interposição não interromperá o prazo de decadência do recurso se a juizo do Prefeito o pedido for manifestamente protilatório ou visar, indiretamente a reforma da decisão.

Art. 128 - O pedido de esclarecimento será encaminhado á fazenda Municipal e devera ser devolvido com os devidos esclarecimentos no prazo de 10 (déz) dias.

CAPITULO IX

Da Ordem dos Trabalhos dos Recursos

Art. 129 - O Prefeito Municipal madará organisar pela secretária e publicar, até a vespera do dia da decisão a pauta dos processos de acordo com os seguintes criterios preferenciais:

I - Data de entrada no protocolo.
II - Data do julgamento de primeira instância, e finalmente,
III - Mior valôr, se coincidirem aqueles 2 (dois) elementos de Precedência.

Art. 130 - Terão preferência absuluta para inclusão em paúta e para julgamento os processos de que constar a apreenção de mercadorias.

Art. 131 - Passadas em julgado as decisões, a secretaría encaminahrá o processo a repartição competente, para as providências de execução.

Art. 132 - Ficarão arquivadas na secretaría as petições, do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito.

CAPITULO X

Dos Recursos da Decisão

Art. 133- As decisões do Prefeito constituem ultima instância administrativa para recursos contra atos e decisões de caráter fiscal.

Art. 134- A decisão favorável ao contribuinte ou infrator desde que a importância questionada seja superior a 30 (trinta)vezes o salario minimo obrga oficio para o Prefeito.

Art. 135- O oficio de que trata o artigo anterior será interposto pelo protelador do despacho vendedor,no própio ato da decisão,independentemente de novas provas e alegações.

Art. 136- O recurço de oficio devolve a 1ª instância o exame de tôda a matéria em discução.

Art. 137- Não haverá recurço de oficio nos casos em que a decisão apenas procure corrigir êrro manifesto.

CAPITULO XI

Da Execução das Decisões Finais

Art. 138- As decisões definitivas serão cumpridas:

I - Pela notificação do contribuinte,e quando for o caso,tambem do seu fiador,para no prazo de 10 (déz)dias satisfaserem ao pagamento do valor da condenação e,em consequência receberem titulos depositados em garantia da instância.

II- Pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente com multa ou tributo.

III- Pela notificação do contribuinte para vir receber ou,quando for o caso,pagar no prazo de 10 (déz)dias a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância.

IV- Pela notificação do contribuinte para vir receber ou,quando for o caso,pagar no prazo de 10 (déz)dias a diferença entre o valor da condenação e o produto de venda dos titulos caucionados,quando não satisfeito o pagamento no prazo legal.

V- Pela liberação das mercadorias aprendidas e depositadas,ou pela restituição do produto de sua venda,se houver ocorrido alienação,com fundamento no artigo 88,e seus parágrfos deste Código.

VI- Pela imediata inscrição,como dívida atíva,a remessa,da certidão a cobrança executiva,dos débtos a que se refere os Itens I,III e IV,se não satisfeito no prazo estabelecido.

Art. 139- A venda de Titulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação,e deduzidas as despesas legais,da venda,inclusive Taxa oficial de corretagem,proceder-se-á, em tudo oque couber,de acôrdo com o artigo 137, ItemIV e como § 3º do artigo 122,dêste Código.

TITULO III

Do Cadastro Fiscal

CAPITULO I

Disposições Gerais

Art. 140- O cadastro fiscal da Prefeitura Comprêende:

I - O cadastro Imobiliário.
II - O cadastro do Comércio,da Industria e das Profições.

§ 1º -O cadastro Imobiliario compreende:

a) - Os terrenos Vagos existentes nas áreas urbanas e sub-urbanas do Municipio e os que vierem a resultarem do desmembramento dos atuais e de novas areas urbanizadas:

b) - As edificações exestentes,ou que vierem a ser construidas nas nas áreas urbanas e sub-urbanas.

c) - As propiedades rurais,exploradas ou não existentes no Municipio.

Art. 141- O cadastro do comércio e da industria e das profissões compreende os estabelecimentos comerciais,industriais e profissionais bem como quaisquer outras atividades lucrativas em exercidades no territorio do Municipio.

Art. 142- Todos os propietários,ou possuidores a qualquer titulo,de imoveis mencionados no artigo anterior a aqueles que individualmente ou sob razão social de qualquer espécie,exercerem atividades lucrativas no Municipio,estão sujeitos a inscrição obrigatória no cadastro fiscal da Prefeitura.

## CAPITULO II

## Dos Imóveis Urbanos e Rurais

Art. 143- A inserição dos imóveis urbanos e rurais no cadastro Imobiliário será promovida:

I - Pelo propietário ou seu representante legal ou pelo respectivo possuidor a qualquer titulo.
II - Por qualquer dos condôminios,em se tratando de condôminio.
III - Pelo compromissario comprador,nos casos de compromissos de compra e venda.
IV - De oficio,em se tratando de propio Federal,Estadual,Municipal ou de entidade autárquica,ou ainda,quando a inserição deixar de ser feita no prazo regulamentar.

Art. 144- Para efetivar a inserição no cadastro Imobiliario dos imóveis urbanos e rurais,são os responsáveis obrigados a preexer e entregar na repartição competente uma fixa de inserição para cada imovél,coforme modelo fornecido pela Prefeitura.

Art. 145- A inserição será efetuada no prazo de 60 (sessenta)dias,contados da data da escritura.

§ 1º - Por ocasião da entrega da fixa de inserição devidamente preenchidas,deverá ser exibido o titulo de propiedade,ou de compromisso de compra e venda,para as necessarias verificações.

§ 2º - Não sendo feita a inserição no prazo estabelecido neste artigo o orgão competente,valendo-se dos elementos em que dispuser, preencherá a ficha de inserição e expedira edital convocando o propietário,para no prazo de 30 (trinta)dias,cumprir as exigências dete artigo,sob pena de multas previstas neste Código para os faltósos.

Art. 146- Em caso de letigio sobre o dominio do Imovél,a ficha de inserição mencionará tais circunstâncias,bem como os nomes dos litigiantes dos possuidores do Imóvel,e a natureza do feito,o Juizo e o cartório por onde correr a ação.

Art. 147- Em se tratando de área loteada cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura,deverá o impresso de inserição ser acompanhado de uma planta completa,em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição,os logradouros,quadras e lotes,a área total,as áreas cedidas ao patrimonio Municipal,as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art. 148- Os responsaveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer no mêz de Janeiro de cada ano,ao orgão fazendario competente

Parágrafo único- A baixa no cadastro será dada após feita a verificação da veracidade da comunicação,sem prejuizo de quaisquer débitos de tributo pelo exercicio da profissão,industria ou comércio.

Art.154 -Para os efeitos dêste capitulo concidéra-se estabelecimento:

I -O local de exercicio de qualquer atividade industrial,comercial ou cimilar,em caráter permanente ou eventual,ainda que no interior de residencias.

II -O local fixo do exercicio de profissão,auto ou oficio,ainda que no interior de residencias.

Art.155 -Serão conciderados estabelecimentos profissionais aqueles em que se explorem exclusivamente,arte,oficio ou profissão,sem intercorrencia de:

I -Operações diretas ou indiretas de vendas ou locação de bens ou coisas.

II -Operações de fabricação,transformação,melhoramento ou limpeza, com instalações industriais que compreendem aparelhos geradores ou motores.

III -Esploração de trabalhos assalariados de mais de 2(duas)pessoas.

Parágrafo único- Não serão consideradas operações de vendas,nem locação para fins deste artigo:

a) -A venda de obras de arte,quando feita pelos respctivos autores.

b) -A utilização de matériais,indispensaveis ao exercicio de qualquer arte,oficio ou profissão.

c) -O fornecimento de alimentação em pequena escala e o comercio de artigos de produção exclusivamente domestica.

Art.156 -Constituem estabelecimento distinto para efeito de inscrição no cadastro.

I -Os que,embora no mesmo local,ainda que com identico ramo de atividade,pertensam a diferentes pessoas fisicas ou juridicas.

II -Os que,Embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negocio,estejam localisados em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo único-Não são conciderados como locais diversos 2 (dois)ou mais imóveis contiguos e com comunicações interna,nem os varios pavimentos de um mesmo imóvel.

## PARTE ESPECIAL

## TITULO IV

## Do Imposto Territorial Urbano

### CAPITULO I

### Da Incidência das Isenções e das Reduções

Art.157 -O imposto territorial urbano tem como fato gerador,o dominio pleno ou util,ou a posse de terrenos construidos ou não situados nas zonas urbanas do território do Municipio.

Art. 158 São isentos de impostos territorial os terrenos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município.

Art.159 -Aos proprietários dos terrenos com área não inferior à 20.000 ( vinte mil ) metros quadrados, que tenham promovidonos mesmos

os melhoramentos abaixo especificados, sem ônus para os cofres Municipais, poderão ser concedidos, pelo prazo maximo de dois anos, redução do imposto degido, na forma seguinte:

I - Canalização de agua potável.....10%

II - Esgotos.....10%

III - pavimentação.....10%

IV - canalização ou galerias para àgua pluviais..... 5%

V - guias e sargetas..... 5%

Parágrafo ùnico - A redução será proporcional à extensão de Estrada correspondente ao melhoramento efetivamente executado.

Art. 160 - O imposto territorial urbano constitue ônus real e acompanha o imóvel em todos os suas mutações de dominio,

CAPÌTULO - II

Da Aliquota e Base do Cálculo

Art. 161 - O imposto territorial urbano será cobrado na base de 5% ( cinco porcento ) sôbre o valôr venal do terreno.

§ 1º - o imposto territorial urbano que incide sôbre o valôr venal dos terrenos e que estejam com a frente dos lótes murados em loteamentos regularmente aprovados, com escrivatura definitiva, será reduzido de 30% ( trinta porcento ) do valor do imposto.

§ 2º - O imposto territorial que incide sôbre o valor venal do terreno construido será reduzido de 100% ( cem por cento ),quando seu proprietário nele residir ou exercer suas atividades e desde que não possua outro imovel no Municipio.

Art. 162 - O valor venal dos terrenos será qpurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro imobiliário, levando se em conta, a critério da repartição, os seguintes elementos:

I - O valôr declarado pelo contribuinte.

II - Os indice médio de valorização corresóndente à zona em que esteja situado o imóvel

III - O preço do terreno nas ultimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas;

IV - A forma, as dimensões, os acidentes naturais, e outras caracteristicas do terreno;

V - Quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

Art. 163 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valôres que servirão de base de calculo para o lançamento do imposto territorial urbano será o,definitivo, definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Art. 164 - O mínimo do imposto territorial urbano será de 10% ( dez centézimos ) do salário mínimo.

CAPÍTULO III

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 165 - O lançamento do imposto territorial urbano, sempre que possivel

será feito em conjunto com os demais tributos que recaem sôbre imóveis, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Art. 166 - Far-se-à o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o terreno no Cadastro Imobiliário.

§ 1º - No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de todos os condomínios, respondendo a cada um, na proporção de sua parte, pelo onus do tributo.

§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento, será feito em nome de quem esteja na posse do terreno.

§ 3º - Quando o imóvel estiver sujeito ao inventário far-se-á o lançamento em nome do espolio, e, feita a partilha será transferido para o nomes dos erdeiros, para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferencia perante o orgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 ( trinta ) dias a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4º - Os terrenos pertencentes a espôlio, cujo inventário esteja sob restado, serão lançados em nome dos mesmos que responderão pelo tributo até que, julgado o inventário se façam as necessárias modoficações.

§ 5º - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas; mas os avisos ou notificação serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor, ordenando promissário comprador, respondendo este pelo pagamento do tributo sem prejuízo da responsabilidade solidária do promitente vendedor.

Art. 167 - O lançamento de imposto territorial urbano será feito anualmente em época e pelo modo estabelecido, em regulamento ou instruções.

## TITULO V

## Do Imposto Predial

### CAPÍTULO I

### Da incidência e Insenções

Art. 168 - O imposto predial tem como fato gerador o domicilio pleno ou util ou a posse, conjuntamente ou não, com os respectivos terrenos, de prédios situados nas zonas urbanas do Municipio.

Parágrafo Unico - Consideram-se prédios, para os efeitos dêste artigo, todas as edificações que possam servir à habitação, uso ou recreio, seja qual fôr sua denominação forma ou destino.

Art. 169 - São insentos do imposto predial as edificações cedidas gratuitamente, em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município.

### CAPITLO II

### Das Aliquotas e Base de Cálculo

Art. 170 - O imposto será cobrado na base de 1,5% ( um e meio por cento) sôbre o valor venal da edificação, com exclusão do terreno.

Parágrafo Único - O imposto, predial que incide sôbre o valôr venal da edificação será reduzido de 30% (trinta por cento), quando seu proprietário nele residir ou exercer suas atividades e desde que não pa

sua outro imóvel no Municipio.

Art.171 -O valôr venal da edificação será calculado levando- se em conta os seguintes valôres:

I - a àrea construída;

II - o valôr unitário da construçaõ

III - o estado de conservação da edificação.

Art.172 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valôres que servirão de base no calculo para o lançamento do imposto predial será o definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Art.173 - O mínimo de imposto predial será de 5 centésimos o salário mínimo.

CAPÍTULO III

Do Lançamento e da Arrecadação

Art.174 - O lançamento e arrecadação do imposto será feito, sempre que possível em conjunto com o imposto territorial incidente sôbre o terreno em que esteja situado o prédio, tomando- se por base a situação existente ao encerrar- se o exercício, anterior, e observando- se no que couber o disposto no capítulo III do título IV dêste Código.

Parágrafo ùnico - os apartamentos e dependências com economia distinta serão lançadas em a um, em nome de seus proprietários condominos.

Art.175 - O lançamento do imposto predial será feito em época e pelo modo estabelecido em regulamento ou instruções.

TÍTULO VI

Do imposto Territorial Rural

CAPÍTULO I

Das Incidências e das Insenções

Art.176 - O imposto territorial rural tem como fato gerador o, dominio pleno ou util ou a justa posse do solo, com exclusão de quaisquer benfeitorias, situado na zona rural, do Municipio.

Art.177 - São imunes ao Imposto Territorial Rural os sítios localizados em zona rural, de àrea não excedentes à 20 (vinte) hectares, quando os cultive só com sua familia,o proprietário que não possua outro imóvel ( Constituição Federal art. 19, § 1º )

Art. 178 -São insentas do imposto territorial as àreas cedidas gratuitamente para uso da União, do Estado e do Municipio.

Art.179 - O imposto territorial rural constitui onus real e acompanha o imóvel em todas as suas mutaçoes de dominio.

CAPITULO II

Da Aliquota e Base de Calculo

Art. 180 - O imposto territorial rural será cobrado na base de 1% (um por cento) do valôr venal d a àrea do imóvel, (+)

Paragrafo ùnico - O imposto territorial rural que incide sôbre o valor venal do imóvel será reduzido de 50% (cinquenta por cento) para as àreas que forem cultivada com cereais, feito por seu proprietário e familiares.

(+) - A carreta utilização do imposto territorial rural deve levar em conta a politica agraria do Municipio, pois esse imposto tem extraordinárias potencialidades como instrumento de fixação dessa politica. As normas aqui contidas são apenas de ordem geral e meramente exemplicativas, cabendo a cada Municipio adapta- las às pecualiaridades / locais, especialemente no que diz respeito aos critérios e a tabela do Artigo 180.

Art.181 - O valôr venal dos terrenos será apurado bom base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando- se em conta, a critério das repartições, os seguintes elementos:

I - O valôr declarado pelo contribuinte;

II - O indice médio de valorização correspondente à zona em que esteja situado o imóvel;

III - O preço de terreno nas ultimas transações de compra e / venda realizadas nas zonas respectivas.

IV - Quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

Art. 182 - O minimo do imposto territorial rural será de 5 centésimos do salário mínimo.

CAPÍTULO III

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 183 - Aplica-se ao imposto territorial rural, no que couber, as disposições relativas do lançamento e arrecadação do imposto territorial rural urbano.

TITULO VII

Do Imposto de Transmissão " Inter- Vivos " e sua incorporação ao capital de sociedade.

CAPITULO I

Conceito e Contribuintes

Art. 184 - O imposto recai sôbre a transferencia de bens imóvel situado no Municipio, de uma pessoa para outra a titulo oneroso ou // gratuito, mediante ato " Inter- Vivos ".

Art. 185 - O imposto grava, inclusive;

I - A incorporação de imòvel ao patrimonio de pessoa Jurídica;

II - A transferencia do imóvel do patrimonio de pessoa juridica para o de qualquer de seus componentes ou respectivos sucessôres;

III - A aquisição por usucapião;

IV - A adjudicação do Imóvel e conjuge ou herdeiro que tenha pago ou se obrigue à pagar divida do casal ou espólio, legado ou despesas do inventário.

V - O excesso de bens imòveis sôbre o valôr do quinhão hereditário ou de meação, partilhada no adjudicaçao a herdeiro / ou meeiro;

VI - O excesso em bens imóveis partilhados ou adjudicados, no / desquites, a um dos conjuges independentemente de valôr de quaisquer outros bens móveis partilhados ou adjudicados, / ou de divida do casal.

VII - a diferença entre o valôr da quota parte material recebida por um ou mais condominios, na divisão / para extinção de condominio, e o valôr de sua // quota- parte ideal;

VIII - a transferencia de direito sôbre construção existente em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo.

IX - a cessão de direito de arrematante ou adjudicante depois de assinado ou auto de arrematação ou adjudicação.

X - a instituição, translação ou extinção de direito real sôbre imóvel, excetuados os direitos reais / de garantia e as servidões prediais;

XI - a transferencia de usofruto ao nú proprietário;

XII - a transferencia de direito e ação à herança ou / legado quando o inventário se tiver aberto no Município.

XIII - a cessão de direito e ação que tenha por objeto / bem imóvel;

XIV - a transferencia de quinhão, quota ou ação, feita pela sociedade ou por terceiro, à socio que se retira ou a terceiro, desde que a sociedade vise a explorar bens imóveis situados no Municipio, e não constituem os imóveis apenas um meio para exploração desse objeto ou realização do fim- social;

XV - a convenção de ações nominativas de sociedade a / que se refere o item anterior em titulos ao portador.

XVI - a outorga e o substabelecimento de mandatos em // em causa propria com poderes equivalentes.

XVII - a função de sociedade a que se refere o item XIV;

XVIII - na cessão de condessão feita pelo Estado ou pelo Municipio para exploração de serviços públicos / antes ou depois de iniciada a exploração.

Paragrafo Único - o item IV deste artigo aplica-se aos conjuges meeiros sendo, no caso de remissão de dividas cobrado o imposto da metade dos bens adjudicados.

Art.186 - E devido o imposto pelo ato inter-vivos na compra e venda // arrematação, adjudicação, renuncia, desistência, doação em pagamento, doação, cessão ou atos equivalentes de direito e ação a herança ou legados sem prejuizo do imposto relativo a transmissão por titulo sucessório, legal ou testamentario correspondente ao grau de parentesco entre o " de conjus 2 e o vendedor, o executado, o devedor, o renunciante, o doador ou o cedente.

Paragráfo Único - Esse imposto não grava a desistência ou renuncia, desde que concorram os seguintes requisitos:

I - seja feita em benefitio de monte

II - seja efetivada dentro de 60 ( sessenta ) dias contados da data do falecimento do 2 conjus "

Art.187 - O imposto e devido por inteiro pelo adquerente do bem ou / direito

Parágrafo Único - Nas permutas, cada permutante pagará por inteiro, o imposto relativo ao imóvel ou imóveis que adquirir.

Art. 188 - Será devido o imposto quando as partes resolverem a retratação de contratos que já houver sido lavrado e bem quando o vendedor exercer o direito de prelação.

CAPITULO II

Das Imunidades e Insenções

Art. 189 - Estão imunes ou insentos do imposto:

I - as aquisições feita pela União, pelos Estados, pelos Municipios, pelo Distrito Federal e pelas demais pessoas de direito público interno.

II - a aquisição, por Estado estrangeiro, de imóvel exclusivamente destinado a uso de sua missão diplomática ou consular;

III - a extinção do usufruto, quando o instituidor tenha continuado dono de sua propriedade;

IV- a indenização de benfeitorias, pelo proprietário ao locatário concideradde essas formas da Lei civil;

V - a quisição de bens pelos autarquias para utilização em seus serviços, excluidos os destinados a revenda ou locação;

VI - a transmissão dos bens de conjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens de casamento;

VII - as termas ou reposições, iguais ou inferiores ao salrio minimo mensal vigente no Municipio;

VIII - a partilha de bens entre os sócios, dissolvida a sociedade, quando o imovel seja atribuido aquele que tiver entrado com o mesmo para com a sociedade;

IX - as vendas a colonos, e a primeira venda por estes feita, a outros colonos em núcleos oficiais ou reconhecidos pelo Governo Municipal ou de parte de propriedade agrícolas, particulares até o maximo de 20 (vinte) hectares por individuo / ou familia, conciderando- se colono para os efeitos dêste / inciso os nacionais ou estrangeiros que cultivarem a terra com esforço proppio e de membros da familia sem empregado / assalariado ou empreiteiro;

X - A compra e venda de embarcação de qualquer espécie, a remarcação e a adjudicação de imoveis para pagamentos de sociedades de crédito real constituidas com a autorização do govêrno estadual, não se estendendo a insenção aos concessionário dos direitos crediarios;

XI - as aquisições feitas por instituições beneficientes onde // gratuitamente seja prestado socorro, tratamento ou assistencia a enfêrmo, decrépitos, orgãos ou desvalidos, como casas de misecórdia, hospitais, asilos, recolhimento ou abrigos e as sociedades literarias, associações ou estabelicimentos / de ensino e sociedades de cultura fisica, sem fito de lucro, desde que apliquem inteiramente suas rendas no Pais emas finalidades previstas em seus Estatutos.

XII - a transmissão de titulos da divida pública federal, estadual ou Municipal;

XIII - Os contratos de aquisição de imóveis de valor não superior a 2 (dois) vêses o valor do salário mínimo mensal vigente / no Municipio que se destinem a instituições de bem de familia na forma da legislação civil;

XIV - as aquisições de imoveis feitas pelas cooperativas que se /

organizarem no Municipio, assim como já organizadas de acôrdo com a Lei e devidamente registradas no Departamento de Assistencia ao cooperativismo, destinados a instalação de sua séde ou // serviço, de escolas ou obras de assistência social, bem como nas que resultarem da liquidação de emprestimos com garantia hipotecaria, efetuadas pelas cooperativas de crédito.

Parágrafo Único - As insenções e reduções fundadas nos Itens X, XI, XIII, e XIV são declaradas pelo Prefeito mediante requerimento do interessado, instruido na forma determinada e m regulamento.

Art.190 - Em todos os casos de insenções ou redução de imposto quando o adquirente der ao imóvel destino diferente daquele que motivou a // isenção ou redução antes de decorridos 5(cinco) anos o imposto será exigido com acrécimo de dez (10%) por cento se o recolhimento se fizer por iniciativa do contribuinte, e de vinte por cento (20% dentro de 15 (quinze) dias da notificação mensal.

Parágrafo Único - Quando se verificar ter havido fraude na obtenção da isenção, o imposto será devido com acrécimo de cem por cento (100%) sem prejuizo da penalidade prevista no item I do artigo 74.

CAPITULO III

De Aliquota e Base do Calculo

Art.191 - O imposto será cobrado de acôrdo com a tabela anéxa, tomando-se por base:

I - Na compra e venda ou atos equivalentes, nas ações em pagamento, nas permutas nas incorporações de imóveis ao patrimônio de pessoas jurídicas, nas transferencias de imoveis de pessoas jurídicas e seus componentes, nas arrematações ou adjudicante, e de direito e ação sôbre o imóvel, valôr do bem, 5% ( cinco por cento ).

II - Nas desistências, renuncias e cessões, onerosas ou gratuítas, de direito e ação a herança ou legado, o valôr do legado, quinhão ou quinhões cedidos.

III - Nas transmissões de imóvel com reserva de usufruto para o transmitente, 5% ( cinco por cento ), do valor do bem;

IV - nas aquisições por usucapião, bem como nas cessões dos direitos do usucapiente feitas após o decurso do prazo necessario para o usucapião- valôr do bem, 5% (cinco por cento).

V - nas constituições de enfiteuse e subenfiteuse, nas alienações do dominio útil e bem assim nos casos de comisso o valôr do / bem, 5% (cinco por centos);

VI - na instituição, translação ou extinção de direito real sôbre o imovel o valor do bem, 5% ( cinco por cento ).

VII - na procuração simples de direito sôbre imóveis, 5% (três por cento) do valôr dobem e por cada procuração;

Art.192 - O valôr do bem, para efeito do cálculo do imposto será o constante do cadastro Imobiliário Fiscal, na data em que fôr efetuado o pagamento do imposto;

§ 1º - Se no terreno houver edificação, serão avaliadas segundo as normas de avaliação estabelecidas para apuração devalôres base do calculo do imposto predial e ao valôr do terreno será adicionado o das edificações;

§ 2º - Se no terreno urbano houver edificação não concluida ao valôr de terreno será adicionado o das obras realizadas;

ou se localizar entre as zonas rural e urbana,far-se-á referencia ao fato com especificação das áreas e seus respectivos valôres.

Art. 206- Mencionar-se-á ainda,na guia de transmissão quando for o caso:

I - A exàstencias e as datas do compromisso de compra e venda, de cesão,de procuração,de substalecimento celebrado por quaisquer das partes.

II - O objeto da sociedade civil ou comercial de que se retira qualquer sócio,recebendo imóvel em pagamento de sua quóta de capital ou de lucro ou da sociedade que se dissolve,sendo atribuido a sócio bens imóveis,em qualquer caso,esclarecidos se os bens recebidos pelo quinhão o havian constituido objeto de entrada para formação de sua quota de capital.

III - O valor dos fôres joiaš e laudemios na enfiteuse.

IV - O quantum das pensões subenfeituose.

V - A avaliação para a primeira ou unica praça na arrematação.

VI - O autor da cesção e lugar de abertura da sucessão na cessão de direitos hereditarios.

VII - Grau de parentesco entre doador e donatário nas doações.

VIII - Nome dos permutantes,designando a seguir a cada um deles, claramente o imóvel ou imóveis que recebem.

Art. 207- A arrecadação do imposto far-se-á mediante especificação do respectivo conhecimento,na forma estabelecida em regulamento.

Art. 208- Os tabeliães e escrivães transcreverão literalmente o conhecimento do imposto nos instrumentos,escrituras,contratos ou têrmos judiciais que lavrarem.

§ 1º- Os tabeliães e escrivães,remeterão mensalmente a Prefeitura Municipal em forma de mapa todas as transações efetuadas em seus Cartorios sobre imóveis,facultando aos representantes da Prefeitura Municipal,Promotores Publicos e demais encarregados do fiscalização,no cartório o exame dos livros, autos e papeis que interessar possam a incidência ou arrecadação do imposto.

§ 2º- Os tabeliães e escrivães que negarem o exposto neste artigo caberá recurço de denuncia-los ao sr.Dezembargador do Estado.

Art. 209- Os conhecimentos de arrecadação e a 1ª via da Guia de transmissão acompanharão os premeiros traslados e certidões do instrumento, da escritura e dos termos.

## CAPITULO V

### Da Solidariedade e da Repetição do Indébto

Art. 210- Nas transmissões que se efeturem sem o pagamento do imposto devido por este respondem,solidariamente,o transmitente e o adquirente,o o cedente e o cecionário ou os co-herdeiros,conforme o caso.

Art. 211- O imósto de transmissão,uma vez pago,será restituido:

I - Aparecendo o exsento,nos casos de sucessão provisória.

II - Quando confirmado por sentença,não pendente de qualquer recurço ordinário,extraordinário ou de revista e conhecimento da qualidade de parente do "de cujus" judicialmente constatada ou herdeiro.

III - No caso de não se chegar a realizar-se o ata ou o contrato.

IV - No caso de nulidade do ato juridico.

V- No caso de rescisão do contrato e no de ser desfeito a arrematação com fundamentos nos artigos 1.136 do código Civil e 979 do código do processo civil, respectivamente.

Parágrafo Unico- No caso de abatimento de preço de acordo com o direito comum poderá ser restituida a parte do imposto relativa a importância abatida.

Art. 212 - Não será restituido o imposto pago por quem venha a perder o imóvel em virtude de te-lo comprado com pacto de retrovendo.

## CAPITULO VI

## Da Fiscalização

Art. 213 - As companhias e sociedades que se referem o item XIV do art.185 são obrigados a entregar ou a remeter trimestralmente à Prefeitura até o dia 10 (Dez) do mês seguinte ao trimestre vencido, quando haja movimento, á relação de transferencias de partes, quinhões cotas ou ações efetuadas devendo as sociedades anonimas comunicar nesses têrmos as converções de ações nominativas, em titulo ao portador.

§ 1º - As sociedaes anônimas com séde neste Municipio, não averbarão transferencias de ações sem prova do pagamento do imposto devido, sob pena de responderem solidáriamente com o devedor pela respectiva importância sem prejuiso da aplicação das penas estabelecidas neste código.

§ 2º - As relações serão extraidas na forma estabelecida em regulamentos.

Art. 214 - As autoridades judiciárias e escrivães darão vistas aos representantes judiciais da fazenda de todos os processos em que seja inventariados, avaliados, partilhados ou adjudicados bens de espólios sujeitos a tributação do Municipio.

Parágrafo unico- Será, tambem obrigatória a intervenção dos representantes da fazenda Municipal:

I - Em todos os processos em que se apurarem bens ou haveres do de "de cujus" em sociedade ou firma com séde no Municipio, quer o inventário se esteja processando no seu território, quer fora dele.

II - No processamento de precatórias ou rogatórias para avaliação ou lquidação de bens ou haveres de " de cujus".

III -Em quiasquer processo de cobrança de divida atíva de espólios, quando concorrerem na justiça local, ainda que as sucessões se tenha aberto fora dele.

IV - Em quais quer outros processos em que se faça necessária a intervenção da fazenda, para evitar evasão do imposto.

Art. 215 - Os escrivães são obrigados a remeter a repartição fiscal os processos de testamentos, inventarios, ainda que negativos, arrolamentos arrecadação, extinção do usufruto e fideicomisso, precatória, divisão de coisa comum ou quaisquer outros processos judiciais relativos á transmissão de "Inter-Vivos" a juizo da administração, para exame e inscrição.

Parágrafo Unico- Não se fará inscrição desde logo se a repartição fiscal suscitar qualquer duvida.

Art. 216 - Os elementos da inscrição, bem como as especificações das guias, para pagamento do imposto, e a forma de seu processamento, serão estabelecidas em regulamentos.

Art. 217 - Quem adquirir bem ou direito, mediante fto ou fato gerador de imposto de transmissão, é obrigado apresentar seu titulo a repartição arrecadadora digo, fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 90 (nOventa) dias, a contar da data em que for lavrado o contrato

I - Os que,embora no mesmo local,ainda que com identico ramo de atividade,pertença a diferentes pessoas fisicas ou juridicas.

II - Os que,embora pertença á mesma pessoa fisica ou juridica,funcionem em locais diverços.

Parágrafo unico- Não são conciderado como locais diversos dois ou mais imoveis contingues e com comunicação interna,nem os varios pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 228 - As pessoas que,no decorrer do exercicio as tornarem sujeitas a incidencia do imposto,serão lançadas inclusivel a partir do mez em que iniciou as atividades.

Art. 229 - Os fabricantes ou industriais que,no mesmo estabelecimento ou em estabelecimentos diversos,venderem tambem a varejo,produtos de sua fabricação,serão lançados com imposto conrespondente a cada atividade distinta isto é,como industrial e como comerciante retalhista,na porpoção das respectivas operação.

Art. 230 - Os estabelecimentos comerciais que negociarem com produtos clacificados em mais de um dos grupos de atividades constantes das tabelas anexas a este código,serão lançadas com base no giro comercial total pela alíquota imediatamente inferior á mais elevada e conrespondente a um desses prodotos.

Art. 231 - A arrecadação do imposto de industria e profissões sobre sobre o movimento economico,será recolhido nos 10 (déz)primeiros dias de cada mez subsquente.

Parágrafo unico-As vendas não registradas,ou outra qualquer transação,o recolhimento do imposto será efetuado antes de ser transmitido,digo, tramitado.

## TITULO IX

## Do Imposto Sôbre Diverções Publicas

### CAPITULO UNICO

### Da Incidência,da alíquota e da Base de Cálculo

Art. 232 - O Imposto sôbre diverções públicas tem como fato gerador:

I - A aquisição onerosa do direito de ingresso em local onde se realise espetáculo,exebição,representação ou função onde sejam praticados jógos,embates,prélios,divertimentos ou certames de qualquer espécie.

II - A aquisição onerosa do direito de participar dos jógos,divertimentos,certames ou atividades a que se refere o item I deste artigo.

Art. 233 - O imposto sobre diverções publicas será calculado de conformidade com a tabéla anexa a este código,tomando-se por base.

I - O preço cobrado por bilhete de ingresso de qualquer divertimento publico,ou de pules,cartões,talão ou outro sistema de aposta empregada em jógos esportivos,ou não devidamentes licenciados.

II - O preço cobrado em cartão com ou sem picótes,bilhetes ou outro - qualquer sistema de cobrança por contradança ou a titulo de consumação, em clubes, "dancigues" "boites" ou estabelecimentos congeneres.

III - O preço cobrado por meio de qualquer sistema a titulo de consumação minima "couvert" ou aluguel da mesa em qualquer estabelecimento de deverção ou club.

IV - O preço cobrado pela utilização de aparelhos,armas e outros meios mecanicos ou não, instalados em parques de diverções ou outros locais permitidos.

Parágrafo Unico-Quando não houver cobrança de entradas ou vendas de bilhetes e por isso mesmo,não for possivel apurar-se o valor exato do ingresso ou ônos individual,o imposto será calculado sôbre o movimento economico ou a receita bruta diariamente apurada ou arbitradas.

Art. 234 - O regulamento a ser expedidodisporá sôbre a arrecadação,o recolhimento e demais obrigações do imposto,os bilhetes de ingressos a instalação ou armação de circos,de parques ou barracas.

Art. 235 - Os empresários,propietários,arrendatários ou quaisquer pessoa que individual ou coletivamente,sejam responsaveis,por qualquer casa ou local em que se realizarem diverções publicas,são obrigados sob pena de multas,a forneserem,ingressos,bilhetes ou cartões, pelos quais se possa calcular o valor doimposto na forma prevista em regulamento.

Art. 236 - Para os efeitos do artigo anterior conciderando-se casa de diverções os cinemas,teatros,circos,salões ou clubes de danças,concertos,conferendias,exposições e congeneres,os hipodrmos,campos ou quadra de esportes de qualquer natureza,picinas,os parques de diverções,ou qualquer outros locais,edificados ou não,onde se realizarem divertimentos publicos de qualquer especie.

Art. 237 - Ficam isento do imposto as permanentes gratuitas fornecidas as autoridades,aos jornalistas e aos radialistas.

Parágrafo unico- ás autoridades fiscais poderão exigir dos portadores de permanentes gratuitas a apresentação de carteiras de identidades.

Art. 238 - Os empresários ou responsaveis por casas,estabelecimentos,locais ou emprezas de divertimentos,franquearão aos funcionários desiginado pela prefeitura as salas ou espetaculos ou locais de jogos de diverções,as bilheterias e o mais que for necessarios,afim de ser xxx verificada a fiel observância e execução deste codigo,não podendo conservar as bilheterias feichadas a chave,sob pena de multa.

Art. 239 - São responsavel pela arrecadação e recolhimento do impostos os emprezários ou responsaveis encarregados das casas,emprezas,estabelecimentos,instalações ou locais de diverções publicas e jogos permitidos,esportivos ou não.

## TITULO X
## Das Taxas

Art.

### CAPITULO I
### Disposições Gerais

Art. 240 - Em razão de serviços especifícos prestados aos contribuintes ou posto a sua disposição pela Prefeitura,serão cobradas as seguintes Taxas:

I - Aplicação Social
II - De expediente
III - De segurança Pública
IV - Rodoviária
V - Coleta de lixo
VI - De saneamento
VII - De aferição de pesos e medidas
VIII - De iluminação Publica
IX - De licença
X - De serviços diverços

Art. 241 - São isento das taxas de segurança publica,coleta de lixo,serviços diverços e licença.

I - Os própios Federais e Estaduais,quando exclusivamente utilizados por serviço da União ou do Estado.

II - Os templos de qualquer cultos.

### CAPITULO II
### Taxa de Aplicação Social

Art. 242 - A taxa de aplicação social,cobrada com base no valor de todos os impostos Municipais,na razão de 10% (Dez por Cento) e se destina a custear os serviços de assistencia em geral,regendo-se o lançamento e arrecadação da taxa de aplicação social pelas normas estabelecidas para os impostos.

§ 1º - Não se inclui na exigencia dêste artigo os comerciantes com estabelecimentos fixo que,por ocasião de festejos ou comemorações explorem o comercio eventual ou ambulante.

§ 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante,sempre que ouver qualquer modificação nas caracteristicas iniciais de atividades por ele exercidas.

Art. 285 - Ao comerciante eventual ou ambulante,que satisfazer as exigências regulamentares,será concedido um cartão de habilitação contendo as caracteristicas essenciais da sua inscrição e as condições de incidências de Taxas,destinado a basear a cobrança dêsta.

Art. 286 - Respondem pela taxa de licença de comercio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores,mesmo que pertença a contribuinte que hajam pago a respectiva taxa.

Art. 287 - São isento da taxa de licença para o comercio eventual ou ambulante:

I - Os cegos,inutilizados que exercerem comércio ou industria em escala infima.

II - Os vendedores ambulantes de livros,jornais e revistas.

III - Os engraxates ambulantes.

## Secção 6º

### Da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares

Art. 288 - A taxa de licença para execução de obras particulares é devida em todos os casos de construção e reconstrução,reforma ou demolição de predio e muros ou qualquer outra obra,dentro da área urbana do Municipio.

Art. 289 - Nenhuma construção,reconstrução,reforma,demolição,ou obras,de qualquer natureza,podera ser iniciada sem previo ~~xxxx~~ pedido de licença da Prefeitura e pagamento da taxa devida.

Art. 290 - A taxa de licença para execução de obras particulares será cobrada de conformidade com a tabela anéxa a este código.

Art. 291 - São isenta da taxa de licença para execução de obras particulares:

I - A limpeza pintura externa ou interna de predios muros ou gradis.

II - A construção de passeios,quando do tipo aprovado pela Prefeitura.

III - A construção de barracões destinados a guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas.

## Secção 7º

### Da Taxa de Licença Para Execução de Arruamentos e Loteamentos de Terrenos Particulares.

Art. 292 - A taxa de licença para execução de arruamentos e loteamentos de terrenos particulares é exigivel pela permissão outorgada pela Prefeitura,na forma da Lei,mediante previa aprovação dos respectivos planos ou projetos para arruamento ou parcelamento de terrenos particulares,segundo o zoneamento em vigôr no Municipio.

Art. 293 - Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata esta secção

Art. 294 - A licença concedida constará de alvará no qual se mencionarão as obrigações do loteador ou arruador,com refencia as obras de terra planagens e urbanização.

Art. 295 - A taxa de que trata esta secção será cobrada de conformidade com a tabela anexa a este código.

Secção 8ª

Da Taxa de Licença Para o Tráfego de Veiculos

Art. 296 - A taxa de licença para o trafego de Veiculos é devida por todos os propietários de veiculos em circulação no Municipio e será cobrada anualmente de conformidade com a tabela anéxa a este C/.

Art. 297 - Todos os veiculos que circulem no Municipio ainda que isentos do pagamento da taxa,deverão ser inscritos na repartição competente da Prefeitura.

Parágrafo Unico- A inscrição será feita pelo propietário do veiculo,mediante preenchimento de fixa fornecida pela Prefeitura.

Art. 298 - A inscrição de que trata o artigo anterior deverá ser permanentemente atualizada,ficando os propietários dos veiculos obrigados a comunicar a repartição competente,para esse fim,todas as modificações que ocorrer nas caracteristicas dos mesmos.

Art. 299 - O pagamento da taxa será feito de uma só vez anualmente,antes de ser feita a renovação do respectivo emplacamento pelas repartições competentes.

Parágrafo unico- Cobrar-se-á pela metade a taxa referente a veiculos licenciados pela primeira vez no segundo semestre do exercício.

Art. 300 - A baixa do Veiculo,no registro,quando requerida depois do mez de janeiro,sujeita o propietario no pagamento da taxa correspondente a todo o exercício.

Art. 301 - São isentos da taxa de licença para o trafego de veiculos:

I - Os veiculos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores, quando se destinarem exclusivamente aos serviços de suas lavouras e ao transporte de seus produtos.

II - Os veiculos destinados a os serviços agricolas uzado unicamente dentro das propiedades rurais de seus possuidores.

III - Pelo prazo maximo de 60 (sessenta) dias,os veiculos passageiros em transito,excurção ou turismo,devidamente licenciados em outros Municipios.

IV- Os veiculos pertencentes á união e ao Estado.

Secção 9ª

Da Taxa de Licença Para Publicidade.

Art. 302 - A exploração ou utilização de maior publicidade nas vias e logradouros publicos do Municipio,bem como nos lugares de acesso ao publico, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura,e quando for o caso,ao pagamento da taxa devida.

Art. 303 - Inclui-se na obrigatóriedade do artigo anterior:

I - Os cartazes,letreiros,programas,quadros,painéis,placas,anuncios, Mostruarios fixo ou volantes, luminosos ou não,afixados,distribuidos,ou pintados em paredes,muros,postes,veiculos ou calçadas.

II - A propaganda falada,em lugares publicos,por meio de amplificadores de voz,alto falantes e propagandistas.

Parágrafo Unico- Comprede-se nêste artigo os anuncios colocados em lugares de acesso ao público,ainda que mediante cobrança de ingresso,assim como os que forem,de qualquer forma visivel das vias publicas.

Art. 304 - Respondem pela observância das disposições deste secção tôdas as pessoas físicas e jurídicas,as quias,direta ou indiretamente,a publicidade venha a beneficiar uma vez que a tenha autoridade.

Art. 305 - Sempre que a licença depender de requerimento deverá ser instruido com a descrição da posição,da situação,das cores,dos dizeres,das alegorias e de outras caracteristicas do meio de publicidade,de acôrdo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Unico- Quando o local em que se pretender colocar o anuncio não for de propriedade do requerente,deverá este juntar ao requerimento a autorização do propietário.

Art. 306 - Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis e anuncíos, sujeitos a taxa,um numero de identificação fornecido pela repartição competente.

Art. 307 - Os anuncios devem serem escritos em boa e pura linguagem,ficando por isso,sujeitos a revisão da repartição competente.

Art. 308 - A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo o periodo fixado para a publicidade e de conformidade com a tabéla anexa a este código.

§ 1º- Ficam sujeitos ao acrécimo de 10% (dés por cento) da taxa,os anuncios de quàlquer natureza referentes á bebidas alcólicas bem como os regidos em lingua estrangeira.

§ 2º- A taxa será paga adiantadamente por ocasião da outorga da licença.

§ 3º- Nas licenças sujeitas a renovação anual,a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

§

Art. 309 - São isentos da taxa de licença para publicidade:

I - Os cartazes ou letreiros destinados á fins patrióticos,religioso ou eleitotais.

II - As tabuletas indicativas de sítios,granjas ou fazendas,bem como as do rumo ou direção de estradas.

III - Os dísticos ou denominação de estabelecimentos comerciaais ou industriais,apostos nas paredes e vitrnas internas.

IV - Os anuncios publicados em jornais,revistas ou catálogos e os irradiados em estação de ráqio-difusão.

Secção 10ª

Da Taxa de Licença Para Ocupação do Solo Nas Vias e Logradouros Publicos.

Art. 310 - A ocupação do solo nas feiras e nas vias ou logradouros públicos fica sujeito a licença da Prefeitura,mediante o pagamento da taxa respectiva,cobrada adiantadamente,de acôrdo com a tabéla anexa a este codigo.

Art. 311 - Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante instalação provisoria de balcão,barraca,mesa,tabuleiro,quióque,aparelho e qualquer outro móvel ou utencílio,e estabelecimento privativo de veiculo,em locais permitido.

Art. 312 - Sem prejuizo do tributo e multas devidos,a Prefeitura apreenderá e removera para os seus depositos qualquer objeto ou mercadoria dáixados em locais não permitidos,ou colocados em vias ou logradouros públicos,sem o pagamento da taxa de que trata esta secção.

Secção 11ª

Da Taxa de Licença Para Abate do Gado Fora do Matadouro Municipal

Art. 313 - O abate do gado destinado ao consumo público,quando não for feito no matadouro Municipal,só será permitido mediante licença da Prefeitura,procedida de inspenção sanitária feitas nas condições previstas nas pusturas Municipais.

Art. 314 - Concedida a licença de que trata o artigo anterior o abate do gado fica sujeito ao pagamento da taxa resoectiva,cobrada de acordo - - com a tabéla anéxa a êste código.

Art. 315 - A exigência da taxa não atinge o abate do gado em charqueadas,frigorificos,ou outros estabelecimentos semelhantes,fiscalizado pelo serviço Federal competente,salvo quando o gado cuja carne fresca se destinar ao consumo local,ficando o abate,nesse caso sujeito ao tributo.

Art. 316 - A arrecadação da taxa de que trata esta secção será feita no áto da conceção da respectiva licença ou,no caso do artigo anterior, ao ser a carne destinada digo distribuida ao consumo local.

Art. 317 - Ficam sujeitos as penalidades previstas nêste Código e nas posturas Municipais quem abater o gado fora do matadouro Municipal sem prévia licença da Prefeitura e o pagamento das taxas devidas.

## CAPITULO VIII

### Das Taxas de Serviços Diversos.

Art. 318 - Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, de apreensão e depósitos de bens móveis, semoventes e mercadorias, de alinhamento e nivelamento e de cemitério, inclusivel quando as concessões serão cobradas as seguintes taxas:

I - De numeração de Prédios.
II - De apreensão de bens móveis ou semoventes e de mercadorías.
III - De alinhamento e nivelamento.
VI - De cemitério.

Art. 319 - A arrecadação das taxas de que trata esta secção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente, ou posteriormente segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acôrdo com a tabela anéxa a este código.

## TITULO XI

### Da Contribuição de Melhoría.

## CAPITULO I

### Disposições Gerais

Art. 320 - A contribuição de melhoría será devida sempre que ocorra valorização do imovel, rural ou Urbano, propriedade particular, resultante da execução de obras públicas Municipais especialmente nos seguintes casos:

a) - Abertura ou alargamento de Ruas, parques, campos de esportes, vias e logradouros públicos, inclusivel estradas, pontes, tuneis e viadutos.
b) - Nivelamento, retificação, pavimentação, iluminação de vias ou logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários.
c) - Proteção contra inudação, saneamento em geral, dronagens, retificação e regularização de cursos de aguas.
d) - Canalização de agua pótevel e instalação de rêde eletríca.
e) - Aterros e obras e embelezamento em geral, inclusive desapropiações para desenvolvimento paisagístico.

Art. 321 - A contribuição de melhoría não poderá ser exigida em limite superior á despeza realizada, nem ao acrecimo valor que da obra decorrer para o imóvel beneficiado (Constituição Federal artigo 30 paraggafo único).

Art. 322 - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoría o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes, ou sucessores a qualquer titulo.

Art. 323 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I - Ordinário, quando referentes a obras preferenciais, e de iniciativa da própia administração.
II - Extraordinário, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, dois terços dos proprietários interessados.

Art. 324 - Para a cobrança da contribuição de melhoría, a repartição competente deverá:

I - Publicar o plano especificado da obra e seu orçamento.
II - Estabelecer os limites das zonas beneficiadas, direta ou indiretamente.

§ 1º - Nos casos de subistituição por motivo idêntico ou equivalente não é dávida a contribuição,desde que as obras primitivas hajam sido executadas sob o regime de contribuição de melhoría,taxa de calçamento ou tributo equivalente.

§ 2º - Nos casos de subistituição por motivo de melhor qualidade a contribuição será calculada tomando-se pro base a diferença entre o custo da pavimentação nova e o da parte correspondente ao antigo reorçado este ultimo com bases nos preços do momento,reputar-se-á nulo,para esse efeito o custo da pavimentação anterior,quando feita em material sílico-argiloso,macadame ou com simples apedregulhamento.

§ 3º - Nos casos de subistituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouros,a contribuição será calculada tomando-se por base toda a diferença de custo entre os dois calçamento.

Art. 345 - O custo das obras de pavimentação,que vierem a serem executados nos têrmos dos artigos anteriores,será dividido entre a Prefeitura e os Proprietários dos terrenos marginais as vias e logradouros beneficiados,tocando 80% (oitenta por cento) parte aos proprietários e 20% (vinte por cento) parte a Prefeitura e fazendo-se a distribuição da parte que toca aos proprietários,segundo o disposto no artigo 324 dêste Título.

Art. 346 - Para cálculo da contribuição a ser cobrada de cada proprietário marginal,não se tomará distancia superior a 8,5 (oito virgula cinco) metros entre o meio-fio e o eixo das vias ou logradouros em se tratando de vias carroçavel da largura superior a 15 (quinze) metros,correndo o excesso por conta da Prefeitura,

Art. 347 - Assentação periódicamente o programa ordinário da pavimentação procederão as repartições técnicas competente á elaboração dos projétos e das especeficações e orçamento respectivo.

Art. 348 - Aprovação do orçamento de cada trecho típico e apurado a importância total a ser distribuida entre as áreas marginais,será verificada a quóta correspondente a cada uma data.

## CAPITULO III

## Disposições Especiais Sôbre as Obras de Construção de Estradas

Art. 349 - Entende-se por obras de construção de estradas ou trabalho de levantamento,locação,cortes,aterros,desterros,terraplanegem,pavimentação,escoamento e suas respectivas obras de artes,como pontes,viadutos,pontilhões,mata-burros,e outros e quando se tratar de obras contmatadas ou serviços da administração.

§ 1º - São ainda conciderados como obras de construção as de ppavimentação asfálticas,poliédrica,ou a parelelepípedo,quando executada - com toda a extenção da estrada,ligando uma aglomeração Urbana a outra.

§ 2º - São conciderados apenas de conservação as obras de construção de desvios,retificação parcial,construção de pontes,viadutos,pontilhões,mata-burros e ensaibramento em estradas existentes.

Art. 350 - A contribuição de melhoría exigida na forma dêste capítulo destina-se,exclusivamente,á indemização parcial de dispesas feitas com a construção de estradas Municipais e será exigivel dos proprietários de terrenos marginais,ladeiros ou adjecentes ás obras realizadas na área rural do Municipio,quando da obra resultar - benefício para os mesmos.

Art. 351 - O outro das obras de construção de cada estrada observadas as disposições constantes do capítulo I dêste código digo dêste Título,será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos nas seguintes formas:

(+)

I - Um sexto (1/6) caberá aos proprietários dos terrenos marginais.

(+)

II - Um duodecimo (1/12) caberá aos proprietários dos terrenos adjecentes ou não á estrada construida,

Art. 361 - Os lançamentos de tributos feitos nas bases previstas nêste código poderão ser reajustadas, a critério de Prefito, de modo que qualquer, aumento decorrido da revisão dos valores tributaveis, resultante da reorganização do cadastro fiscal, seja reduzido até 50% (cincoenta por cento) no primeiro exercício dêste código em vigência, de até 30% (trinta por cento) no segundo e de até 20% (vinte por cento no terceiro.

Parágrafo-unico-O Prefeito Municipal regulamentará este artigo se for o caso, especificacdo em Decreto, os impostos cujos os contribuintes se benificiarão das reduções, podendo estabelecer estas proporcionalmente ao aumento havido, dentro dos limites previstos nêste código.

Art. 362 - Fica revogada a Lei nº 19/62 de 26 de Janeiro de 1.962, em todos os seus artigos e teôres, bem como as tabêlas integrantes a mesma Lei, Révoga-se na mesma conformidade a Lei nº57/64 de 19 de Fevereiro de 1.964.-

Art. 363 - Êste código entrará em vigôr a partir de 1º (primeiro de Janeiro de 1.965, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO Snr. PREFEITO MUNICIPAL

EM, 11 DE JANEIRO DE 1.965.-

Sebastião M. Leite
Prefeito Municipal

Sebastião S. de Lima
Secretário

PUBLICADO NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL EM, 11 DE JANEIRO DE 1.965.-

Sebastião S. de Lima
Secretário

T B É L A "A"

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE IMOBILIARIA "INTER-VIVOS" E SUA INCORPORAÇÃO AO CAPITAL DE SOCIEDADE;

I - DOAÇÕES- RENUNCIAS- OU SESSÃO DE TITULO GRATUITO.

| | Valor da Propriedade Imobiliaria referente ao salario minimo. | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 10 vêses o S.M. | De mais de 10 vêses até 50 vêses o S. M. | De mais de 50 vêses até 100 vêses o S. M. | De mais de 100 vêses até 200 vêses o S. M. | De mais de 200 vêses Até 500 vêses o S. M. | De mais de 500 vêses o S. M. |
| Ascendentes, descedentes e conjuges. | 1% | 1,2% | 1,5% | 1,8% | 2,1% | 2,5% |
| Colaterais 2º grau | 1,8% | 1,9% | 2,1% | 2,5% | 2,7% | 3% |
| Colaterais 3º grau | 2 % | 2,3% | 2,6% | 2,9% | 3,2% | 3,5% |
| Outros Parentescos ou estranhos. | 2,5% | 2,8% | 3,1% | 3,4% | 3,7% | 4% |

II- Nos demais casos, 5% sôbre o valor da propriedade.

T A B É L A "B"

IMPOSTO DE INDUSTRIA E PROFISSÕES

A T I V I D A D E S — Alíquota %

I

MOVIMENTO ECONÔMICO REPRESENTADO PELO GIRO COMERCIAL GRAVADO POR IMPOSTO FEDERAIS E ESTADUAIS.....1%

II

MOVIMENTO ECONÔMICO REPRESENTADO PELA RECEITA BRUTA APURADA NOS TÊRMOS DAS LETRAS A a F DO § 1º DO Art. 220, CAP.II DO TITULO VIII.....6%

Emprezas concecionárias de serviços de utilidade pública.,.....
Proprietários rurais.....
Estabelecimentos que operem em transações Bancarias.....
Estabelecimentos que operem em construção civil,ou empreiteiros de obras,assim como instalações e serviços auxiliares,seja - por empreitada,ou sub-empreitada total ou parcial.....
Estabelecimentos que operem em seguros.....
Estabelecimentos que operem em capitalização.....

ESTADO DO PARANA

| | |
|---|---|
| Advogado | 1/3 |
| Agrimensor | 1/3 |
| Agrônomo | 1/3 |
| Arquiteto | 1/3 |
| Contador | 1/3 |
| Dentista | 1/3 |
| Desenhista | 1/3 |
| Economista | 1/3 |
| Engenheiro | 1/3 |
| Guarda Livros | 1/3 |
| Médico | 1/3 |
| Protético | 1/3 |
| Químico | 1/3 |
| Tabelião ou notário (por título) | 1/3 |
| Veterinário | 1/3 |
| Outras profissões | 1/3 |

Nota: A taxação independerá da existência de escritório ou estabelecimento fixo.

T A B E L A "C"

IMPOSTO SOBRE DIVERSÕES PÚBLICAS

| Especificação e Descriminação | Alíquota |
|---|---|
| Sôbre o preço cobrado por bilhete de ingresso em qualquer diversão pública, ou de pulsa, cartões, talão ou outro sistema de aposta empregado em jogos esportivos ou não devidamente licenciados | 10 % |
| Sôbre o preço cobrado em cartões com ou sem alcoôte, bilhete ou outro qualquer sistema de cobrança por contra danças em clubes, "boites" ou congêneres | 20 % |
| Sôbre o preço cobrado por meio de qualquer sistema a título de consumação mínima, "couvert" ou alguma de mesa em qualquer estabelecimentos de diversão ou clu | 18 % |
| Sôbre o preço da utilização de aparelhos, mesa e outros meios mecânicos ou não instalados em parques de diversões ou outros locais permitidos | 15 % |

T A B E L A "D"

TAXA DE EXPEDIENTE

| Especificação | Alíquota sôbre o salário mínimo |
|---|---|
| Alvarás: | |
| a) De licença concedida ou transferida, sôbre o imposto de indústria e profissões | 10 % |
| b) De indústrias e profissões | 10 % |
| A T E S T A D O S: | |
| a) Por lauda até 35 (trinta e cinco) linhas | 5 % |
| b) Sôbre o que exceder a lauda ou fração | 3 % |
| Aprovação de arruamento ou loteamento, cada decreto com tendo aprovação parcial ou geral de arruamento ou lote amento de terreno | 20 % |

Baixa de qualquer natureza em lançamento ou registros..... 5%

C E R T D Õ E S

a) Por laudo até 33 (trinta e trez) linhas..... 5 %
b) Sôbre o que exceder,por laudo ou fração..... 3 %
c) Busca por ano,alem das taxas da alíneas á a e b)..... 1 %
d) Quitação..... 2 %

C O N C E SS Õ E S

a) Favores,em virtude de Lei Municipal,sôbre o valor da cogsseção..... 1 %
b) Previlégio industrial ou á empreza concadida pelo Municipio,sôbre o valor efetivo ou arbitrado..... 1 %
c) Permissão para exploração,a título precário de serviços-ou atividades..... 5 %
Contratos com o Municipio,sôbre o valor do contrato..... 0,5 %
Guias apresentadas ás repartições Municipais,para qualquer-fim,excluidas as emitidas pelos servidores Municipais e relativas aos serviços de administração..... 1 %

P E T I Ç Õ E S, R E Q U E R I M E N T O S, R E C U R S O S OU M E M O R I A I S,D I R I G I D O S AOS O R G Ã O S OU A U T O R I D A D E S M U N I C I P A I S:

a)Por laudo até 33 (trinta e trez) linhas..... 5 %
b)Cada documento anexado,por folha..... 1 %
c)Sôbre o que exceder,por laudo ou fração..... 0,5 %
Prorrogação de prazo de contrato com o Municipio,sôbre o valor da prorrogação..... 1 %

Têrmos e registros de qualquer natureza,lavrados em livros Municipais,por pagina de livro ou fração..... 10%

T Í T U L O S

De Perpetuidade de sepultura,Jazigo,Carneira,Mosulea ou ossuário..,..... 40%

T R A N S F E R Ê N C I A S

a) de contrato de qualquer natureza,alem do têrmo respectivo..... 5 %
b) de local,de firmas ou ramos de negocios..... 1 %
c) de veículos por unidade..... 20 %
d) de previlégio de qualquer natureza,sôbre o valor efetivo ou arbitrado...,.....1 %

==========

T A B É L A "E"

T A X A S DE S E G U R A N Ç A P Ú B L I C A

Especificações e Descriminações

I - <u>T A X A DE V I G I L Â N C I A P Ú B L I C A</u>

Sôbre o valor do imposto predial ou dependência com economia distinta,de uzo residencial,industrial ou misto..... 10 %
Sôbre o valor do imposto predial ou dependência com economia distinta,de uzo comercial ou profissional..... 10 %
Idem,Idem,de uzo bancario ou joalheria..... 10 %

==========

T A B É L A "F"

<u>T A X A R O D O V I Á R I A</u>

ESTADO DO PARANÁ

Mod. 6

Cobra-se-á Cr$ 250,00 (Duzentos e Cincoenta Cruzeiros) por Alqueire,medida Paulista.....
O Minimo da Taxa Rodoviaria será de Cr$ 500,00 (Quinhentos) Cruzeiros.....

Nota: O lançamento será efetuado nos meses de Janeiro e Fevereiro de cada ano,e a cobrança será efetuada no mês de março do ano em que se refere o lançamento,e em nome do senhor(s) Proprietário (s) pois em caso de alienação do imóvel,ficará o alienente obrigado a transferir na Prefeitura,e informando o nome e domicilio do adquirente,sob pena de continuar a responder pela Taxa.

## T A B É L A "G"

## T A B E L A DE A F E R I Ç Ã O DE P E S O S E M E D I D A S

| DESCRIMINAÇÃO | Alíquota sôbre o Salario Mínimo % |
|---|---|
| **I- Balanças Comuns** | |
| Até 20 (Vinte) quilos | 2 % |
| Até 50 (Cincoenta) Quilos | 3 % |
| Até 100 (CEM) quilos | 3,5% |
| Até 1.000 (Um Mil) quilos | 4 % |
| Até 3.000 (Treis)Mil) quilos | 4,5% |
| **II- Balanças Automáticas** | |
| Até 10 (Déz) quilos | 3 % |
| Até 50 (Cincoenta) quilos | 4 % |
| Até digo,Demais de 50 (Cincoenta) quilos | 5 % |
| **III- Pesos** | |
| Jogos de Pesos por 8 (Oito) unidades ou fração | 1 % |
| **VI- Medidas Lineares** | |
| Metro,fita,métrica e trena,cada um | 1 % |
| **V- Medidas de Capacidades** | |
| Jogos de Medidas de 1 (um ) á 100 (Cem) litros | 1 % |
| Bomba de Gasolina ou Oleo por cada uma | 10 % |
| Carro Tanque cada um | 10% |
| Qualquer outra medida de Capacidade | 5% |
| **VI- Medidores de Consumo de Energia** | |
| Elétrica por medidor | 1% |

## T A B É L A "H"

| T A X A S DE L I C E N C A S | Áliquota Sôbre o Salario Mínimo % |
|---|---|
| Especificações e descriminações | |
| **I- Taxa de Licença para o funcionamento de estabelecimento Comerciais em horario Especial** | |
| Prorrogação de Horário. | |

1- Até as 22 (vinte e duas) horas.....
por dia..... 1 %
por mês..... 10%
por ano.....100%

2- Além das 22 (vinte e duas) horas.....
por dia..... 2 %
por mês..... 20%
por ano.....150%

II- Taxa de Licença Para o Exercício de Comércio Eventuais ou Ambulante.

| | Dia | Mês | Ano |
|---|---|---|---|
| a) Comércio Eventual..... | | | |
| Alimentos preparados,inclusivel refrigerantes,para vendas em balcões,barracas ou mesas..... | 10% | 50% | 100% |
| Aparelhos elétricos, de uso domestíco..... | 4% | 25% | 90% |
| Armarinhos e miudesas..... | 10% | 50% | 120% |
| Artefatos de couro..... | 2% | 15% | 50% |
| Artigos carnavalescos (máscaras),confetes,serpentinas,-- lançaperfumes e congêneres)..... | 30% | - | - |
| Artigos para fumantes..... | 30% | 100% | 300% |
| Artigos não especificados nésta tabéla..... | 10% | 50% | 120% |
| Artigos de papelaria..... | 5% | 30% | 100% |
| Artigos de toucador..... | 20% | - | - |
| Aves..... | 1% | - | - |
| Baralhos e outros artigos de jogos conciderado de azar..100% | | - | - |
| Brinquedos e artigos ornamentais para presentes..... | 2% | 20% | 80% |
| Fogos de Artifício..... | 10% | 50% | 100% |
| Frutas Nacionais e Estrangeiras..... | 1% | 5% | 20% |
| Gêneros e produtos alimentícios,aves,ovos,doces,frutas, queijos,peixes e carnes etc..... | 1% | 5% | 20% |
| Jóias e relógios..... | 30% | - | - |
| Louças,ferragens,e artefatos de plásticos e de borrachas vassouras escovas,palhas de aço e semelhantes..... | 5% | - | - |
| Peles pilicas,pluma,ou confecção de Luxo..... | 20% | - | - |
| Revistas livros e jornais..... | - | - | 20% |
| Tecidos e roupas..... | 5% | 20% | 60% |
| b) Comércio Ambulante: | | | |
| Alimentação preparada e fornecida ao marmitas,para mais de 3 (treis)pessoas,quando o fornecedor não paga o im- posto de industria e profissão..... | - | - | - |
| Armarinhos e miudezas..... | 5% | - | - |
| Artigos não especificados..... | 5% | - | - |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Artigos de toucador..... | 5% | - | - |
| Bijoterias e pedras não preciosas..... | 10% | - | - |
| Brinquedos..... | 2% | - | - |
| Confecções de luxo,peles,pelicas,plumas..... | 10% | - | - |
| Fazendas e roupas feitas..... | 2% | - | - |
| Gêneros e produtos alimenticios..... | 1% | - | - |
| Jóias e pedras preciosas..... | 10% | - | - |
| Louças,ferragens artefatos plásticos e de borrachas - vassouras escovas palhas de aço e semelhantes..... | 2% | - | - |
| Malhas meias gravatas e lenços..... | 2% | - | - |

Notas: a licença será cobrada para cada especificaççao - caso o contribuinte negocie em mais de uma.....

III- TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS PARTICULARES

| | Alíquota sôbre o salário Mínimo.....% |
|---|---|
| a) Construção: | |
| Especificações e descriminações. | |
| Barracões nos quintais de casas residenciais,metros quadrados de área útil de piso coberto..... | |
| 1- Nas áreas urbanas..... | 0,5% |
| 2- Nas áreas suburbanas.e.povoados..... | 0,25% |
| Dependências em prédios residenciais,por metro quadrado de área útil do piso coberto..... | |
| 1- Nas áreas urbanas..... | 0,5% |
| 2- Nas áreas suburbanas e povoados..... | 0,25% |
| Dependências em prédio utilizado por estabelecimento de qualquer natureza,por metro quadrado..... | 0,5% |
| Terrenos,sargetas,paredes e muros divisórios,por metro linear..... | 0,25% |
| Fornos de padarias..... | 0,25% |
| Fossas,cada uma..... | 0,25% |
| Galpões para qualquer fim,por metro quadrado de área útil de piso coberto..... | 0,5% |
| Garagens e postos de lubrificação,por metro quadrado de área útil de piso coberto..... | 1% |
| Muros com gradil ou não,por metro linear..... | |
| 1- Nas áreas urbanas..... | 0,5% |
| 2- Nas áreas suburbanas e povoados..... | 0,25% |
| Obras não especificadas nésta tabéla,por metro quadrado de área de piso coberto..... | 1% |
| Obras pequenas ou acréçimos de área de dificel medição,não especificada nésta tabéla..... | 0,8% |
| Prédios residenciais,de um ou mais pavimentos,por metro quadrado de área útil e piso coberto..... | |
| 1- Nas áreas urbanas..... | 1% |
| 2- Nas áreas suburbanas e povoados..... | 0,5% |
| Prédios de um ou mais pavimentos,a serem usados em atividades industriais,çomerçiais ou profissionais, - por metro quadrado de área útil e piso coberto..... | 1% |
| b) Reconstruções: | |
| Aslicenças para reconstruções parciais pagarão a taxa de acordo com a sua natureza,pela metade do que estiver especificado,nésta tabéla para as construções. | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
Estado do Paraná

# L E I Nº 79/65

Sebastião Inpecencio Leite, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul Estado do Parana etc., FAÇO, saber que a Câmara - Municipal Decretou e eu Sanciono a seguinte Lei;

## CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICIPIO DE ITAÚNA DO SUL.

### PARTE GERAL
### TITULO I

### DOS TRIBUTOS EM GERAL

### CAPITULO I

### Do Sistema Tributário do Municipio

Art. 1º- Este Código dispoẽ sôbre os fatos geradores a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos Municipais, e estabelece normas de direito fiscal a eles pertinentes.

Art. 2º- Além dos tributos que vierem a ser criados ou que lhe forem transferido pela União, ou pelo Estado, itegram o sistema tributário do Municipio:

I - Os Impostos
- a) Predial
- b) Territorial Urbamo
- c) Territorial Rural
- d) De Transmissão de Propiedade Imobiliária "Inter-Vivos"
- e) De Industrias e Profissões
- f) De Diverções Publicas

II - As Taxas
- a) De Aplicação Social
- b) De Expediente
- c) De Segurança Social
- d) De Rodoviária
- e) De Limpeza Publica
- f) De Saneamento
- g) De Aferição de Pesos e Medidas
- h) De Iluminação Publica
- i) De Licença
- j) De Serviços Diverços

III - A Contribuição de Melhoria

### CAPITULO II

### Da Legislação Fiscal

Art. 3º- Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa concidera da como contribuinte ou responsável pelo comprimento de obrigação tributária, senão em virtude deste código ou de Lei subsequente.

Art. 4º--A Lei Fiscal entra em vigôr na data de sua publicação,salvo as disposições que criarem ou aumentarem tributos, as quais entrarão em vigôr a primeiro de Janeiro do ano seguinte.

Art. 5º- As tabelas de tributos,anexas a este código,serão revistas e publicadas integralmente,no mês de Janeiro de cada ano,sempre que,no decurço do exercicio anterior,houverem sido substancialmente alteradas.

## CAPITULO III

## Da Administração Fiscal

Art. 6º- Todas as funções referentes a cadastramentos,Lançamentos, cobrança,Recolhimentos,Restituição e fiscalização de tributos Municipais,aplicação de samções por infração de disposiçao deste código,bem como as medidas de prevenção e - repreemção ás fraudes, serão exercidas pelos orgãos Fazendarios e repartições a eles subordinados,segundo as atribuições constantes da Lei de organização dos serviços administrativos e do respetivo regimento.

Art. 7º- Os orgãos e servidores de cobrança e fiscalização dos tributos,sem prejuizo do rigor e vigilancia indispensáveis - ao bom desempenho de suas atividades,darão assistecia técnica aos nica aos contribuintes,prestando-lhes esclarecimentos sôbre a interpretação e fiel observancia das Leis fiscais.

§ 1º Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência- aos orgãos responsáveis.

§ 2º As medidas reeprensivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente ou por descaso,lesarem ou tentarem lesarôo fisco.

Art. 8º- Os orgãos fazendários farão imprimir e distribuir modêlos de declarações e de documentos que devem serem preenchidos obrigatóriamentes pelos contribuintes,para efeito de fiscalização,lançamento,cobrança e recolhimentos de impostos, taxas e contribuições.

Art. 9º- São autoridades fiscais,para os efeitos dêste còdigo,as que tem juridição e competência definidas em Leis e regulamentos.

## CAPITILO IV

## Do Domicilio Fiscal

Art. 10- Concidera-se domicilio fiscal do contribuinte ou responsavel por obrigação tributário.

I- Tratando-se de pessoa natural,o lugar onde habitualmente rezide,e não sendo este conhecido,o lugar onde se encontre a séde principal de suas atividades de negócios.

II- Tratando-se de pessoa Juridica de direito privado,o local de qualquer de seus estabelecimentos.

III- Tratando-se de pessoa juridica de direito publico, o local da séde de qualquer de sua repartição administrativa.

Art. 11- O domicilio fiscal será consignado nas petições,guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou demem apresentar a fazenda Municipal.

Parágrafo unico- Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão toda mudança de domicilio, no prazo de 15 (quinze) dias,contados a partir da ocorrencia.

## CAPITULO V

### Das Obrigações Tributárias Acessórias

Art. 12- Os contribuintes,ou qualquer responsáveis por tributos,facilitarão,por todos os meios a seu alcance o lançamento,a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos a Fazenda Municipal,ficando especialmente obrigados a:

I - Apresentar declarações e guias e a escriturar em livros proprios os fatos geradores de obrigação tributária segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais.

II - Comunicar a Fazenda Municipal,dentro de 15 (quinze)dias,contados a partir da ocorrência,qualquer alteração capaz de gerar,modificação ou extinguir obrigação tributária.

III - Conservar e apresentar ao fisco,quando solicitado,qualquer documento que,de algum modo,se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária que sirva como comprovante de veracidades dos dados consignados em guias e documentos Fiscais.

IV - Prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que,a juizo do fisco,se refiram a fato gerador de obrigação tributária,

Parágrafo unico - Mesmo no caso de isenção ficam os beneficiarios sujeitos ao comprimento do disposto nêste artigo.

Art. 13- O fisco poderá requisitar a terceiros,e estes ficam obrigados a fornecer-lhe,todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária,para os quais tenham contribuido ou que devem conhecer,salvo quando,por força da Lei,estejam obrigados a guardar sigilio com relação a êsses fatos.

§ 1º- As informações obtidas por força deste artigo tem carater sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União,do Estado e dêste Municipio.

§ 2º- Constitui falta grave,punivel nos termos do Estatuto dos funcionarios Municipais,a divulgação de informações obtidas no exeme de contas ou documentos exebidos.

## CAPITULO VI

### Do Lançamento

Art. 14- Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa,destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrêneia da obrigação tributária correspondente a determinação da matéria tributavel,o calculo do montante dotributo devido, a identificação do contribuinte e,sendo o caso a aplicação de penalidaes cabivel.

Art. 15- O áto de lançamento é vinculado e obrigatóriamente,sob pena de responsabilidade funcional,ressalvadas as hipóteses de esclusão ou suspenção do crédito tributário previsto nêste Código.

Art. 16- O Lançamento reporta-se á data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela Lei então vigente,ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º- Aplica-se ao lançamento a Legislação que,posteriormente ao nascimento da obrigação,haja instituido novos critérios de apuração de base de cálculo,estabelecido novos métodos de fiscalização,ampliado os poderes de ivestigação das autoridades administrativas,ou outorgado maiores garantias e privilégios a Fazenda Municipal,excento,no último caso,para atribuir responsabilidades tributárias a terceiros.

§ 2º- O disposto neste artigo,não se aplica aos impostos lançados por

periodos certos de tempos, desde que a Lei tributária respetiva fixa expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Art. 17- Os átos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do orgão Fazendario competente.

Parágrafo Unico- A omissão ou erro de lançamento não isenta o contribuinte do comprimento da obrigação fiscal,nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 18- O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do cadastro fiscal nas declarações apresentadas pelos contribuintes,na forma e épocas estabelecidas neste Código e em regulamentos.

§ 1º- As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e á verificação do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º- Á Fazenda Municipal examinará as declarações para verificar a exetidão dos dados nelas consgnados,quando o contribuinte ou - responsável não houver feito a declaração,ou á fiser inexatamente,consignando fatos falsos ou erroneos,o lançamento sera feito de oficio com base nos elementos de que dispuser.

Art. 19- Far-se-á o lançamento de oficío,com base nos elementos disponiveis

I - Quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração,ou a mesma apresentar-se inexata,por serem falsos ou erroneos os fatos consignados.

II - Quando,tendo prestado declaração,o contribuinte ou responsavel deixar de atender satisfatóriamente,no prazo e forma legais de eselarecimentos formulado pela autoridade administrativa.

Art. 20- Com o fim de obter elementos que lhe permitem verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e de determinar, com precisão e na natureza e o montante dos créditos tributários,á Fazenda Municipal poderá:

I- Exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária.

II- Fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigação tributária ou nos bens que constituem matéria tributável.

III- Exegir informações e comunicações escritas ou verbais.

IV- Notificar o contribuinte ou responsável para comparecer as repartições da Fazenda Municipal.

V- Requisitar o auxilio da força Publica ou requerer ordem Judicial quando indispensável á realização de diligências,inclusive de inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo Unico- Nos caso a que se refere o item V os funcionários lavrarão termos de diligencia,do qual constarão especificamente os elementos examinados.

Art. 21- O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes por meio de edital afixado na Prefeitura,por publicação em jornal local,ou mediante notoficação diréta,feita como aviso, - para servir como guia de pagamento.

Art. 22- Far-se-á revisão de lançamento sempre que se verificar erro na fixação da base tributaria,ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco.

Art. 23- Os lançamentos efetuados de offício,ou decorrentes de arbitramento,só poderão ser revistos em face da superviniência de prova irrecusável que modifique a base do cálculo utilizado no lançamento anterior.

Art. 24- É facultados aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias,quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exetamnte.

Art. 25- Poderá a Prefeitura estabelecer controle fiscal propio,instituindo livros e registros obrigatórios afim de apurar o movimento econômico e outros fatos geradores de tributos.

Parágrafo Unico- Em não havendo o controle de trata este artigo, o movimento econômico sera apurado em face dos livros e registros fiscais de compras,estoque,vendas a vistas e a prazo,transferencias de mercadorias,estabelecidos pelo Estado e pela União.

Art. 26- Independentemnete do controle de que trata o artigo anterior poderá ser adotada a apuração ou verificação diaría no propio local da atividade durante determinado período do movimento ecopmíco,do contribuinte,quando houver dúvida sôbre a exetidão do que for declarado para efeito dos impostos de Indutría e profissões e de diverções públicas.

## CAPITULO VII

## Da Cobrança e do Recolhimento dos Tributos

Art. 27- Á cobrança dos tributos far-se-á.

I- Para pagamento á boca do cofre.
II- Por procedimento amigável.
III- Mediante ação executiva.

§ 1º - Á cobrança para pagamento a boca do cofre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos neste Código nas Leis e regulamentos fiscais.

§ 2º - Expirado o prazo para pagamento á boca do cofre ficam os contribuintes sujeitos a multa de 30% (trinta por cento) ao amo, contados por mêz ou fração sôbre a importância até seu pagamento.

Art. 28- Nenhum recolhimento de tributo, exceto o que se faça por meio de sêlo ou guia,será efetuado sem que se espeça o competente conhecimento.

Art. 29- Nos casos de expedição fraudolentas de guias ou conhecimentos e de aplicação de sêlos uzados,responderão administrativa e criminalmente,os servidires que os houverem subscrito ou fornecido.

Art. 30- Pela cobrança menor de tributo responde,perante a Fazenda Municipal,solidariamente,o servidor culpado,cabendo-lhe direito regresivo contra o contribuinte.

Art. 31- Não se procederá contra o contribuinte que haja agido ou pago tributo de acôrdo com decisão administrativa ou judicial passada em julgamento,mesmo que,posteriormente venha a ser modificada a Jurisprudência.

Art. 32- A prefeitura poderá contratar com estabelecimentos de crédito com séde,agência ou escritório na Cidade ou nas vilas,o recebimento de tributos lançados mecanicamente.

## CAPITULO VIII

## Da Restituição

Art. 33- O contribuinte tem direito,independentemente de previo protesto, á restituição total ou parcial do tributo,seja qual for a modalidade de seu pagamento,nos seguintes casos:

I- Cobrança ou pagamento expontaneo de tributo indevido ou maior do que o devido em face dêste Código, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido:

II- Erro de identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicavel, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.

III- Reforma, anulação, revogação ou recisão de decisão condenatória.

Art. 34- A restituição total ou parcial do tributo á lugar a restituição na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de carater formal, que não se deva reputar prejudicadas pela causa asseguratória da restituição.

Art. 35- O direito de pleitear a restituição do imposto, taxa contribuição ou multa, extingue-se com o decurço do prazo de seis mezes quando expedido se baseie em em simples erro de cálculo, ou de trez anos nos demais casos, contados:

I- Nas hipóteses previstas nos itens I e II do artigo 33 da data da extinção do credito tributário.

II- Na hipoteses prevista na alínea III do artigo 33 da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha formado digo reformado anulado, revogado ou recindido a decisão condenatória.

Art. 36- Quando se tratar de tributos e multas indevidamnete arrecadadas por motivos de erros cometido pelo fisco ou pelo contribuinte e apurado pela autoridade competente, a restituição será de ofício, mediante determinação do Prefeito e representação formulada pelo orgão Fazendário e devidamente processada.

Art. 37- O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculos no exame de sua escrita ou de documentos quando isso se tornar necessario a verificação da procedencia da medida, a juizo da administração.

Art. 38- Os processos de restituição serão obrigatóriamente informados antes de receberem despachos, pela repartição que houver arrecadado os tributos e multas reclamados total ou parcialmente.

## CAPITULO IX

## Da Prescrição

Art. 39- O direito de proceder o lançamento de tributos, assim como a revisão, prescreve em 5 (cinco) anos a contar do ultimo dia do ano em que se tornarem devidos.

Parágrafo Unico- O decurço do prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensavel ao lançamento ou a sua revisão, começando de novo a correr da data em que se operou a notificação.

Art. 40- As dividas provinientes de tributos prescrevem em cinco anos a contar do término do exercicio, dentro do qual aqueles se tornarem devidos, a divida ativa inferior a um decimo do salario minimo, prescreve porem em dois anos, contados do prazo do vencimento, se prefixado, e no caso contrário, da data em que foi inscrito.

Art. 41- Interrompe-se a prescrição da divída fiscal:

I- Por qualquer notificação ou intimação feita ao contribuinte, por repartição ou funcionario fiscal, para pagar a dívida.

II- Pela concessão de prazos especiais para esse fim.

a III- Pelo despacho que ordenou a citação judicial do reponsávle para efetuar o pagamento.

IV- Pela apresentação de documentos comprobatório da dívida,em juizo de inventário ou concurso de credores.

Art. 42-Cessa em 5 (cinco)anos o poder de aplicação,ou cobrar multas - por infração a êste Código,exceto nos casos de quantia inferior a 1 (hum décimo)do salário minimo, em que o prazo será de 2 anos.

## CAPITULO X

## Das Imunidades e Isenções

Art. 43-É vedado ao Municipio (Constituição Federal)artigo 31 e 203 lançar impostos sôbre:

I-Bens,rendas e serviços da União,dos Estados e dos Municipios sem prejuizo dos serviços publicos concedidos observado o disposto no paragrafo primeiro deste artigo.

II-Templo de qualquer culto,bens e serviços de partidos politicos, instituição de educação e assistencia social,desde que suas rendas sejam aplicadas integralmente no Páiz e para os respectivos fins.

III-Atividades de professores e jornalistas.

IV-Tráfego Intermunicipal de qualquer natureza quando representarem limitações ao mesmo.

§ 1º - Os servidores publicos concedidos não gozam de isenção tributária,salvo quando estabelecido,em cada caso, em Lei especial.

§ 2º - As entidades autárquicas sómente gozarão de imunidades tributárias em relação aos seus bens imóveis quando nêles funcionarem suas repartções ou serviços.

§ 3º - A imunidade tributária de bens imóveis das igrejas se restrige áqueles destinados aos exercicios dos cultos.

§ 4º - As instituições de educação e assistencia social sómente gozarão de imunidades mencionadas no Item II dêste artigo quando se tratar de sociedade civis legalmente constituidas e sem fins lucrativos.

Art. 44-São isentas de impostos Municipais as atividades individuais de pequeno rendimento,destinados,exclusivamente,ao sustento de quem as exerce ou de sua familia e como tais definidos em regulamentos.

Art. 45-Nenhum tributo gravará:

I- Os atos ou titulos referentes a vida funcional dos servidores municipais.

II- As conferencias cientificas ou literárias e as exposições de artes.

Art. 46-A concessão de isenção apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem publica ou de interesse do Municipio não poderá ter carater pessoal e dependerá de Lei aprovada por 2 (dois)terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º - Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão em Lei de isenção de tributos a determinada pessoa fisica ou juridica.

§ 2º - As isenções estão condicionadas á renovação anual e serão reconhecidas por ato do Prefeito,sempre a requerimento do interessado.

Art. 47-Verificada,a qualquer tempo,a inobservancia das formalidades exigidas para a concessão,ou de desaparecimento das condições que a motivarem,será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Art. 48- As imunidades e isenções não abrangem as taxas salvo as isenções expressamentes estabelecidas nêste Código.

## CAPITULO XI

## DA DIVIDA ATÍVA

Art. 49- Constitui divida atíva do Municipio a provinientes de impostos, Taxas e contribuições, Multas de qualquer natureza regularmente inscritas na repartição administrativa.

Art. 50- Para todos os efeitos legais concidera-se como inscrita a divida atíva registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.

Art. 51- Encerrado o exercicio, a repartição competente providenciará imediatamente, a inscrição dos débitos por contribuinte.

Art. 52- O Municipio fará publicar, no seu orgão oficial até o dia 31 ( trinta e hum) de Janeiro de cada ano, durante 5 (cinco) dias, relação contendo:

a - Nomes dos devedores e indereço relativo a divida.
b - Provinienecia da divida e seu valôr.

Parágrafo Único- Dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da relação, será feita a cobrança amigavel da divida judicial a medida que forem sendo extraidas, as certidões relativas aos débitos.

Art. 53- O têrmo de inscrição da divida atíva, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - O nome do devedor, e sendo caso, dos commespondentes, bem, como sempre que possivel, o domicilio ou residencia de um ou de outros.

II - A origem e a natureza do crédito, mencionando a Lei tributária - respetiva.

III - A garantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrecidos.

IV - A data em que foi inscrita.

V - O numero do processo administrativo de que se origina o crédito sendo o caso.

Parágrafo Único- A certidão devidamente autenticada conterá alem dos requisitos dêste artigo, a indicação do livro e folha de inscrição.

Art. 54- Serão cancelados, mediantes dispachos do Prefeito os debitos:

I - Legalmentes prescritos.

II - De contribuintes que hajam falecidos sem deixarem bens que exprimam valôr.

Parágrafo Único- O cancelamento será determinado de oficio ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem provado a morte do devedor e a inesistencia de bens, ouvidos os orgãos fazendarios e juridicos da Prefeitura.

Art. 55- As dividas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão acumuladas em uma só ação.

Art. 56- As certidões da divida atíva, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 53 deste Código.

Art. 57- O recebimento de débitos constantes de certidões ja encaminhadas para a cobrança executiva, será feito exclusivamente a vista de guem duas vias, expedida pelos escrivães ou advogados, com o visto do orgão juridico da Prefeitura

Parágrafo ùnico- As guias mencionarão o nome do devedor seu indereço, o numero da inscrição,a importancia total do débito, o exercicio ou periodo a que se referirem,a multa,os juros de mora e - custas,e serão datadas e assinadas pelo ùmitente.

Art. 58- Ressalvados os casos de autorização legislativa,não se efetuará o recebimento de debitos inscritos na divida ativa com dispensa de multas e dos juros de mora.

Parágrafo Único- Verificada a qualquer tempo,a inobservancia do disposto nêste artigo,é o funcionario responsavel sujeito,alem da pena de demissão,a recolher aos cofres do Municipio o valor da multa e e dos juros de mora que houver dispensado.

Art. 59- O disposto no artigo anterior se aplica tambem aos servidores que reduzir gracias,ilegal ou regularmente,o montante de qualquer débito inscrito na divida ativa com ou sem autorização superior.

Art. 60- É solidariamente responsável com o servidor quanto a reposição das quantias relativas à redução à multa,aos juros de mora, mencionados nos dois artigos anteriores,a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões,salvo se o fizer em comprimento de mandado judicial.

Art. 61- Encaminhada a certidão da divida ativa para a cobrança executiva cessará a competencia do orgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela,cumprindo-lhe,entretanto,prestar as informações solicitadas pelo orgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

## CAPITULO XII

## Das Penalidades

### Seção 1ª
### Disposições Gerais

Art. 62- Sem prejuizo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras Leis e Códigos Municipais,as infrações a este Código serão punidas com as seguintes penas:

I - Multas.
II - Revalidações.
III - Proibição de transacionar com as repartições Municipais.
IV - Sujeição a sistema especial de fiscalização.
V - Suspenção ou cancelamento de isenção de tributos.

Parágrafo Único- A aplicação da penalidade de qualquer natureza,de caracter administrativo ou criminal,e o seu cumprimento,em caso de - algum dispensa o pamento do tributo devido e das multas e juros de mora.

Art. 63- Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com interpretação fiscal,constante de decisão de qualquer instância administrativa,mesmo que,- posteriormente venha ser modificada essa interpretação.

Art. 64- A omissão de pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação,notificação preliminar ou ato de infração.

§ 1º- Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuzer de elementos de convoção em mão das quais se possa admitir involutária a omissão do pagamento.

§ 2º- Em qualquer caso,conciderar-se-á como fraude a reencidencia na omissão de que trata êste artigo.

§ 3º- Conceitua-se tambem como fraude o não pagamento do tributo,tempestivamente,quando o contribuinte o deva recolher a seu propio requerimento,formulado êste antes de qualquer diligencia fiscal,

e desde que a negligencia perdure após decorredos 8 (oito) dias contados da data da entrada deste requerimento na repartição - arrecadadora competente.

Art. 65- Os coautores e cumplices,nas infrações ou tentativas de infração dos dispositivos dêste Código,responde solidariámente com os autores pelo pagamento do tributo devido e ficam sujeitos as mesmas penas fiscais impostas a êstes.

Art. 66- Apurando-se no mesmo processo,infração de mais de uma disposição êste Código pela mesma pessoa,será aplicada sómente a pena correspondente á infração mais grave.

Art. 67- Se do processo se apurar responsabilidade de diversas pessoas não vinculadas por,co-atoria ou cumplicidade,será imposta a cada uma delas a pena relativa a infração que houver cometido.

Art. 68- Os reicidentes de infração das normas estabelecidas nêste Código terão agravados de 30% (trinta por cento)as sanções nêle estipuladas.

Parágrafo único- Concidera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa fisica ou jurídica,depois de passado em julgado,administrativamente,a decisão condenatória - referente á infração anterior.

Art. 69- A aplicação de multas não prujudicará a ação criminal,que no - caso couber.

Seção 2º

Das Multas

Art. 70- As multas serão impostas em gráu mínimo,medio ou maximo.

Parágrafo único- Na imposição de multas,e para gradualá,ter-se-á em vista:

a - A maior ou menor gravidade da inffação.
b - As suas circunstancias atenuantes ou agravantes.
c - Os antecedentes do infrator com relações disposições dêste Código e de outras Leis e regulamentos Municipais.

Art. 71- É passivel de multa de dois décimos do sálario mínimo a duas - vêzes o valor dêste o contribuinte que::

I - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito a taxa de licença, - antes da conceção dêsta.

II - Deixar de fazer a inscrição de seus bens ou de sua atividade no cadastro fiscal da Prefeitura.

III - Apresentar fixa de inscrição ou declaração de movimento ecônomico em dados inverídicos ou omissos.

IV - Deixar de comunicar,dentro dos prazos previstos,as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados.

V - Deixar de apresentar,dentro dos respectivos prazos,declaração do movimento economico de seu estabelecimento.

VI - Em sendo obrigado a fazê-lo deixar de remeter á Prefeitura documentos exigidos por/ lei ou regulamentos fiscal.

VII - Negar-se a exibir livros e documentos de escritas fiscal que - interessar á fiscalização.

Art. 72--É passivel de multa de um décimo de sálario mínimo a uma vez e mais o valor dêste o contribuinte ou responsavel que:

I - Apresentar fixa de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar.

II - negar-se a prestar informação ou, por qualquer outro modo tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interêsses da Fazenda Municipal;

III - deixar do cumprir qualquer outra obrigação acessòria estabelecida nêste Código ou em regulamento a ela referente,

Art. 73 - as multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuizo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.

Art. 74 - Ressalvadas as hipóteses do art. 89 dêste Código, serão punidos com:

I - Multa da importância igual ao valor do tributo, nunca inferior, porém, a um décimo do salário mínimo os que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vêz regularmente, apurada a falta e se não ficar / provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude

II - Multa de importância igual a uma a trêz vêses o valor do tributo, mas nunca inferior a dois décimos do salário mínimo, os que sonegarem, por qualquer forma, tributo devido, se qpurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

III - Multa de cinco décimo de slário mínimo a trez vêses o valor / dêste:

a)- os que viciarem ou falcificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais ou comerciais,para iludir a fiscalização ou fujir ao pagamento do tributo.

b)- Os que instruirem pedidos de isenção ou redução de impostos taxa ou contribuição,com documentos falsos ou que contenha - falcidade.

c)- Os que falcificarem sêlos,subscreverem conhecimento falso de sêlagem por verba,ou adulterarem conhecimentos de selagem por verba assim como venderem,comprarem,ou empregarem sêlos falsos ou usados,com o fim de lezar o fisco.

§ 1º - As penalidades a que se refere a alínea a serão aplicadas nas hipóteses em que não se puder efetuar o calculo pela forma dos Itens I e II.

§ 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal nos casos do Item III mesmo antes de vencidos os prazos de comprimentos de obrigação tributárias.

§ 3º - Salvo prova em contrario,presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas.

a) - Contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas as repartições Municipais.

b) - Manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante as obrigações tributárias ea sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável.

c) - Remessa de informes e comunicações falsas ao fisco com respeito aos fatos geradores de obrigações tributárias.

d) - Omissão de lançamentos nos livros,fixas,declarações ou guias de bens,atividades ou ocupações que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

Secção 3º

Da revalidação

Art. 75 - Á pena de revalidação ficarão sujeitos aos contribuintes que não emprgarem os sêlos devidos,ou os emprgarem deficientemente,em quaisquer documentos ou papeis onde devem ser aplicados.

Parágrafo único- A revalidação, que importa em outro tanto de sêlo devido, será exigida por qualquer servidor municipal que constatar a insuficiencia, não podendo ter andamento nas repartições o documento ou papel insuficientemente selado, enquanto não revalidado.

Seção 4º

Da Proibição de Transacionar com as Repartições Municipais

Art. 76- Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantia ou crédito que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrencias, coletas ou tomadas de preços, selebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Municipio.

Seção 5º

Da Sujeição a sistema Especial de Fiscalização

Art. 77- Os contribuintes que houverem cometidos infração punida em grau máximo, ou reincidir constantemente na violação dêste Código e de outras Leis e regulamentos Municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 78- O regime especial de fiscalização de que trata êste capitulo será definido em regulamento.

Seção 6º

Da supressão ou Cancelamento de Isenções

Art. 79- Todas as pessoas fisicas ou juridicas que gozarem de isenção de tributos Municipais e infrigerem disposição dêste Código ficarão privadas, dela privada definitivamente.

§ 1º - A pena de privação definitiva de isenção só se declarará nas condiçõse previstas no parágrafo único do artigo 68 dêste Código

§ 2º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de representação neste sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado nos prazos legais.

Seção 7º

Das Penalidades Funcionais

Art. 80- Serão punidos com multas, equivalentes a 15 (quinze) dias do respectivo vencimento ou remuneração:

a)- Os funcionários que se negarem a prestar assistencia ao contribuinte, quando por este solicitada na forma dêste Código.

b)- Os agentes fiscais que, por negligencia ou má fé lavrarem autos sem obdiencia aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidades.

Art. 81- As multas serão impóstas pelo Prefito, mediante representação da autoridade fazendária competente se de outro modo não dispuzer o estatuto de funcionarios municipais.

Art. 82- O pagamento de multas decorrentes de processo fiscal se tornará exegivel depois de passada em julgado a decisão que a impôs.

TITULO II

Do Processo Fiscal

CAPITULO I

Das Medidas Preliminares e Incidentes

Seção 1ª

Dos Têrmos de Fiscalização

Art. 83- A autoridade ou funcionário fiscal que presidir ou proceder a exame de diligencias,fará ou levará sob sua assinatura,têrmo circunstanciado do que apurar,do qual constarão,alem do mais que possa interessar,as datas iniciais e finais do periodo fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - O têrmo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a infração,ainda que si não resida o infrator,o poderá ser datilografado ou impresso em relação ás palavras rituais,devendo osrclaros serem preenchidos a mão e inutilizadas as entre linhas em branco.

§ 2º - Aos fiscalizados dar-se-á copia do têrmo,autenticado pela autoridade,contra recibo no original.

§ 3º - A recusa do recibo,que será declarada pela autoridade,não aproveita ao fiscalizado,nem o projudica.

Seção 2º

Da apreenção de Bens e Documentos

Art. 84- Poderão ser apreendidas as coisas móvveis,inclusive mercadorias e documentos,existentes em estabelecimentos comerciais,industriais,agricula ou proficional do contribuinte ou de terceiros, ou em outrôs lugares ou em trnasito,e que constituam prova material de infração da legislação tributária.

Parágrafo Único- Havendo prova,ou fundada suspeita que as coisas se encontram em residencias particular ou lugar utilizado como moradia,serão promovidas a busca e a preenção judicial,sem prejuizo das medidas necessarias para evitar a remoção clandestina.

Art. 85- Da apreenção administrativa lavrar-se-á auto,com os elementos do auto de infração,observando-se no que couber,o disposto no artigo 97 dêste Código.

Parágrafo único- o Auto de apreenção conterá a descrição das coisas ou documentos apreendidos,a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário,o qual será desgnado pelo atuante,podendo a dsignação recair no própio detentor,se for idôneo,a juizo do atuante.

Art. 86- Os documentos apreendidos poderão,a requerimento do atuado,serlhe devolvidos,ficando no processo cópia do inteiro têor ou da parte que deva faser prova,caso o original não seja indispensavel a esse fim.

Art. 87- As coisas apreendidas serão restituidas a requerimento,mediante depósito das quantias exigíveis,cuja importancia será arbitrada pela autoridade competente,ficando retido até decisão final,os espécimos á prova.

Parágrafo único- Em relação a matéria deste artigo,aplica-se,no que couber, os dispostos no artigo 122 dêste Código.

Art. 88- Se o autuado não provar o preenchimento das exigencias legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 60(sessenta) dias,a contar da data da apreenção,serão os bens levados a hasta publica.

§ 1º - Quando a apreenção recair em bens de fácil deterioração,a hasta pública poderá realizar-se á partir do própio dia da apreenção.

§ 2º - Apurando-se na venda,importancia superior ao tributo e multa devida,será o atuando notificado,no prazo de 5 (cinco)dias, para receber o exedente,se ja não ouver comparecido para fase-lo.

Seção 3º

Da Notificação Preliminar

Art. 89- Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo,ou qualquer infração,de Lei ou regulamento de que possa resultar evasão da receita,será expedido contra o infrator notificar - preliminar para que no prazo de 8 (oito)dias,regularise a situação.

§ 1º- Esgotado o prazo de que trata êste artigo sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º- Lavrar-se-á igualmente,auto de infração quando o contribuinte se recusar de tomar conhecimento da notificação preliminar.

Art. 90- A notificação preliminar será feita em formúla destadada de talonário,no qual ficará copia a carbono com o"ciente"do notificado,e conterá os elementos seguintes:

I - Nome do notificado
II - Local,dia e hora da lavratura.
III - Descrição do fato que a motivou a indicação,do dispositivo legal de fiscalização,quando couber.
IV - Valôr do tributo e da multa devido.
V - Assinatura do notificante.

Art. 91- Concidera-se convencido do débito o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar,da qual não cabe recurso ou defesa.

Art. 92- Não caberá notificação preliminar,devendo o contribuinte ser imediatamente atuado.

I - Quando for encontrado no exercicio de atividade tributável, sem previa inscrição.
II - Quando houver prova de que diligenciou para furtar o pagamento do imposto.
III - Quando for manifesto ou ânimo de sonegar.
IV - Quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão da receita,antes de decorrido um ano,contado da ultima notificação preliminar.

Sessão 4º

Da Representação

Art. 93- Quanto incompetente para notificar preliminarmente ou para atuar,o agente da Fazenda pública deve,e qualquer pessoa pode, representar contra tôda ação ou omissão contraria e disposições dêste Código ou de outras Leis e regulamentos fiscais.

Art. 94- A representação far-se-á em petição assinada e mencionará,em letra legível,o nome,a profissão e inderesso de seu autor,será acompanhadas de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou - conhecida a infração.

Parágrafo único- Não se admitirá representação feita por qem haja sido socio,diretor,preposto ou empregado do contribuinte,quando relativa a fatos anteriores a data em que tenham perdido essa - qualidade.

Art. 95- Recebida a representação,a autoridade competente providenciará imediatamente as diligencias para virificar a respectiva veracidade e,conforme couber,notificará preliminarmente o infrator autuá-lo-á ou arquivará a representação.

Art. 96- Quando da representação resultar a imposição de multa,o autor ou autores da representação terão direitos a quóta-parte correspondente.

CAPITULO II

Dos Atos Iniciais

Seção 1º

## Do Auto de Infração

Art. 97- O auto de infração,lavrado com preisão e clareza,sem entrelinhas emendas ou rasuras,deverá:

I - Mencionar o local,o dia e a hora da lavratura.
II - Referir o nome do infrator e das testemunhas,se houver.
III - Descrever o fato que constitui a infração e às circunstâncias pertinentes,indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referencia ao têrmo de fiscalização, em que se consignou a infração, quando for o caso.
IV - Conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defeza e provas,nos prazos previstos.

§ 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, - quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essecional a validade do auto,não implica em confissão,nem a recusa agravará a pena.

§ 3º - Se o infrator,ou quem o representa,não puder ou não quiser assinar o auto,far-se-á menção dessa circunstância.

Art. 98-,O auto de infração poderá ser acumulado com o de apreenção,e - então contera,tambem os elementos do artigo 85,paragrafo único.

Art. 99- A lavratura de auto será intimada ao infrator:

I - Pessoalmente sempre que possível,mediante intrega de cópia do auto ou autoado,seu representante ou preposto,contra recibo dado no original
II - Por cartas,acompanhadas de cópia do auto,com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguem de seu domicilio.
III - Por edital,com prazo de 30 (trinta)dias,se desconhecido o domicilio fiscal do infrator.

Art.100- A intimação presume-se feita:

I - Quando pessoal,na data do recibo.
II - Quando por carta,na data do recibo de volta,e se for omitida 15 (quinze)dias após a intrega da carta no correio.
III - Quando por edital,no têrmo do prazo,contado êste da data da - afixação ou da publicação.

Art.101- As intimações subsquentes á inicial far-se-ão pessoalmente,caso em que serão certificadas no processo e por carta e edital, conforme as circunstâncias,observando o disposto nos artigos 99 e 100 dêste Código.

Seção 2º

## Das Reclamações Contra Lançamentos

Art.102- O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 60 (sessenta)dias,contados da publicação no órgão oficial,da fixação do edital,ou do recebimento do aviso.

Art.103- A reclamação contra lançamento far-se-á por petição,facultada a juntada de documentos.

Art.104- É cabivel a reclamação por parte de qualquer pessoa,contra a omissão ou exclusão do lançamento.

Art.105- À reclamação contra lançamento não terão efeito suspencivo da cobrança dos tributos lançados.

Art. 123 - Julgado idônio o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo [illegible] ao que restava quando protocolado o requerimento de prestação de fiança oferecer outro fiador, indicando os elementos de idoniedade do mesmo.

Parágrafo único- Não se admitirá como fiador o sócio solidário da firma recorrente nem o devedor da fazenda Municipal.

Art. 124 - Recuzados 2 (dois) fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o deposito, dentro de 5 (cinco) dias ou de prazo igual ao que restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se este prazo for maior.

Secção 3ª

Do Recurso de Oficio

Art. 125 - Das deccisões, no todo ou em parte, a fazenda Municipal, inclusive por desclacificação da infração, será obrigatóriamente interposto recurso de oficio, com efeito suspencivo, sempre que a importância em litigio exeder de 20 (vinte) vezes o salario mínimo.

Parágrafo único- Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de oficio quando couber a medida, cumpre ao funcionário iniciador do processo, ou que do fato tomar conhecimento, anterior ao recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

CAPITULO VIII

Do Pedido de Esclarecimentos

Art. 126 - Da decisão do Prefeito que ao interessado se afiguri omissa, contraditória ou obscura, cabe pedido de esclarecimento interposto no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do acórdão.

Art. 127 - Não será conhecido o pedido e a sua interposição não interromperá o prazo de decadência do recurso se a juizo do Prefeito o pedido fôr manifestamente protilatório ou visar, indiretamente a reforma da decisão.

Art. 128 - O pedido de esclarecimento será encaminhado á fazenda Municipal e devera ser devolvido com os devidos esclarecimentos no prazo de 10 (déz) dias.

CAPITULO IX

Da Ordem dos Trabalhos dos Recursos

Art. 129 - O Prefeito Municipal madará organisar pela secretária e publicar, até a vespera do dia da decisão a pauta dos processos de acordo com os seguintes criterios preferenciais:

I - Data de entrada no protocolo.
II - Data do julgamto de primeira instância, e finalmente,
III - Mior valor, seoincidirem aqueles 2 (dois) elementos de Procedência.

Art. 130 - Terão preferia absuluta para inclusão em paúta e para julgamento os pessos de que constar a apreenção de mercadorias.

Art. 131 - Passadas em julgado as decisões, a secretaría encaminahrá o processo a repartição competente, para as providências de execução.

Art. 132 - Ficarão arquivadas na secretaría as petições, do recurso e todas as que lhe disserem respeito.

CAPITULO X

Recursos da Decisão

Art. 133- As decisões do Prefeito constituem ultima instância administrativa para recursos contra atos e decisões de caráter fiscal.

Art. 134- A decisão favorável ao contribuinte ou infrator desde que a importância questionada seja superior a 30 (trinta)vezes o salário minimo obrga oficio para o Prefeito.

Art. 135- O oficio de que trata o artigo anterior será interposto pelo protelador do despacho vendedor,no próprio ato da decisão,independentemente de novas provas e alegações.

Art. 136- O recurço de oficio devolve a 1ª instância o exame de tôda a matéria em discução.

Art. 137- Não haverá recurso de oficio nos casos em que a decisão apenas procure corrigir êrro manifesto.

CAPITULO XI

Da Execução das Decisões Finais

Art. 138- As decisões definitivas serão cumpridas:

I - Pela notificação do contribuinte,e quando for o caso,tambem do seu fiador,para no prazo de 10 (déz)dias satisfaserem ao pagamento do valor da condenação e,em consequência receberem titulos depositados em garantia da instância.

II- Pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente com multa ou tributo.

III- Pela notificação do contribuinte para vir receber ou,quando for o caso,pagar no prazo de 10 (déz)dias a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância.

IV- Pela notificação do contribuinte para vir receber ou,quando for o caso,pagar no prazo de 10 (déz)dias a diferença entre o valor da condenação e o produto de venda dos titulos caucionados,quando não satisfeito o pagamento no prazo legal.

V- Pela liberação das mercadorias aprendidas e depositadas,ou pela restituição do produto de sua venda,se houver ocorrido alienação,com fundamento no artigo 88,e seus parágrfos deste Código.

VI- Pela imediata inscrição,como dívida atíva,a remessa,da certidão a cobrança executiva,dos débtos a que se refere os Itens I,III e IV,se não satisfeito no prazo estabelecido.

Art. 139- A venda de Titulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação,e deduzidas as despesas legais,da venda,inclusive Taxa oficial de corretagem,proceder-se-á, em tudo oque couber,de acôrdo com o artigo 137, ItemIV e como § 3º do artigo 122,dêste Código.

TITULO III

Do Cadastro Fiscal

CAPITULO I

Disposições Gerais

Art. 140- O cadastro fiscal da Prefeitura Compreende:

I - O cadastro Imobiliário.
II - O cadastro do Comércio,da Industria e das Profições.

§ 1º -O cadastro Imobiliario compreende:

a) - Os terrenos Vagos existentes nas áreas urbanas e sub-urbanas do Municipio e os que vierem a resultarem do desmenbramento dos atuais e de novas areas urbanizadas:

b) - As edificações exestentes,ou que vierem a ser construidas nas nas áreas urbanas e sub-urbanas.

c) - As propiedades rurais,exploradas ou não existentes no Municipio.

Art. 141- O cadastro do comércio e da industria e das profissões compreende os estabelecimentos comerciais,industriais e profissionais bem como quaisquer outras atividades lucrativas ou exercidades no territorio do Municipio.

Art. 142- Todos os propietários,ou possuidores a quàlquer titulo,de imoveis mencionados no artigo anterior a aqueles que individualmente ou sob razão social de qualquer espécie,exercerem atividades lucrativas no Municipio,estão sujeitos a inscrição obrigatória no cadastro fiscal da Prefeitura.

## CAPITULO II

## Dos Imóveis Urbanos e Rurais

Art. 143- A inscrição dos imóveis urbanos e rurais no cadastro Imobiliário será promovida:

I - Pelo propietário ou seu representante legal ou pelo respectivo possuidor a qualquer titulo.
II - Por qualquer dos condôminios,em se tratando de condôminio.
III - Pelo compromissario comprador,nos casos de compromissos de compra e venda.
IV - De oficio,em se tratando de propio Federal,Estadual,Municipal ou de entidade autárquica,ou ainda,quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar.

Art. 144- Para efetivar a inscrição no cadastro Imobiliario dos imóveis urbanos e rurais,são os responsáveis obrigados a preexer e entregar na repartição competente uma fixa de inscrição para cada imovél,coforme modelo fornecido pela Prefeitura.

Art. 145- A inscrição será efetuada no prazo de 60 (sessenta)dias,contados da data da escritura.

§ 1º - Por ocasião da entrega da fixa de inscrição devidamente preenchidas,deverá ser exibido o titulo de propiedade,ou de compromisso de compra e venda,para as necessarias verificações.

§ 2º - Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido neste artigo o orgão competente,valendo-se dos elementos em que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedira edital convocando o propietário,para no prazo de 30 (trinta)dias,cumprir as exigências dete artigo,sob pena de multas previstas neste Código para os faltósos.

Art. 146- Em caso de letigio sobre o dominio do Imovél,a ficha de inscrição mencionará tais circunstâncias,bem como os nomes dos litigiantes dos possuidores do Imóvel,e a natureza do feito,o Juizo e o cartório por onde correr a ação.

Art. 147- Em se tratando de área loteada cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura,deverá o impresso de inscrição ser acompanhado de uma planta completa,em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição,os logradouros,quadras e lotes,a área total,as áreas cedidas ao patrimonio Municipal,as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art. 148- Os responsaveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer no mêz de Janeiro de cada ano,ao orgão fazendario competente

relação dos lotes que no ano anterior tenha sidi alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o inderesso os numeros dos quarterões e do lote e o valor do contrato de venda, afim de ser feita a anotação no cadastro Imobiliário.

Art.149 - Deverão ser obrigatóriamente comunicada a Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta)dias, todas as ocorrencias verificadas com relação ao Imóvel, que possa alterar as bases de lançamentos de tributos Municipais.

Parágrafo único- A comunicação a que se refere este artigo, devidamnete processada e informada, servirá de base a alteração respctiva na ficha de inscrição.

Art 150- A conceção de "Habite-se" a predio novo ou a aceitação de obras em predio reconstruidos ou reformados, só se completara com a remessa do processo respectivo a repartição fazendária competente e a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no cadastro Imobiliário.

## CAPITULO III

## Do Comercio da Industria e das Profissões

Art. 151- A inscrição no cadastro do comercio e da Industria e das Profissões será feita pelo responsável ou seu representante legal, que preenchera e entregará na repartição competente uma ficha propia para cada estabelecimento ou atividade profissional, fornecida pela Prefeitura Municipal.

§ 1º - A ficha de inscrição deverá conter:

a) - O nome a razão social, ou a denominação, cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento ou ser exercida a atividade.

b) - A localização do estabelecimento urbano ou rural, compreendendo a numeração do prédio, do pavimento e da sala ou dependencia, conforme o caso, ou da propiedade rural.

c) - As espécies principal e acessòria de atividades.

d) - A área total do Imóvel, ou de parte dele ocupado pelo estabelecimento.

e) - Outros dados previstos em regulamentos.

§ 2º - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

a) - Quanto aos estabelecimentos móvos ou ao inicio da atividade profissional, antes das respetivas abertura ou exercicio da profissão.

b) - Quanto aos já existentes, dentro do prazo de 90 (noventa)dias a contar da vigência desta Lei.

Art. 152- A inscrição deverá ser permanente atualizada, ficando o responsavel obrigado a comunicar a repartição competente, dentro de 30 (trinta)dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das caracteristicas mencionados no § 1º do artigo anterior.

Parágrafo único- nos casos de vendas ou transferencia de estabelecimentos, sem a observancia no disposto nêste artigo o adquirente ou susesor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 153- A cessão das atividades profissionais do estabelecimento será comunicada a Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta)dias, afim de ser dada baixa no cadastro.

Parágrafo único- A baixa no cadastro será dada após feita a verificação da veracidade da comunicação,sem prejuizo de quaisquer débitos de tributo pelo exercicio da profissão,industria ou comércio.

Art.154 -Para os efeitos dêste capitulo concidéra-se estabelecimento:

I -O local de exercicio de qualquer atividade industrial,comercial ou cimilar,em caráter permanente ou eventual,ainda que no interior de residencias.

II -O local fixo do exercicio de profissão,auto ou oficio,ainda que no interior de residencias.

Art.155 -Serão considerados estabelecimentos profissionais aqueles em que se explorem exclusivamente,arte,oficio ou profissão,sem intercorrencia de:

I -Operações diretas ou indiretas de vendas ou locação de bens ou co coisas.

II -Operações de fabricação,transformação,melhoramento ou limpeza, com instalações industriais que compreendem aparelhos geradores ou motores.

III -Esploração de trabalhos assalariados de mais de 2(duas)pessoas.

Parágrafo único- Não serão consideradas operações de vendas,nem locação para fins deste artigo:

a) -A venda de obras de arte,quando feita pelos respctivos autores.

b) -A utilização de matériais,indispensaveis ao exercicio de qualquer arte,oficio ou profissão.

c) -O fornecimento de alimentação em pequens escalas e o comercio de artigos de [illegible] exclusivamente domestica.

Art.156 -Constituem estabelecimento distinto para efeito de inscrição no cadastro.

I -Os que,embora no mesmo local,ainda que com identico ramo de atividade,pertensam a diferentes pessoas fisicas ou juridicas.

II -Os que,Embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negocio,estejam localisados em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo único-Não são conciderados como locais diversos 2 (dois)ou mais imoveis contiguos e com comunicações interna,nem os varios pavimentos de um mesmo imóvel.

## PARTE ESPECIAL

## TITULO IV

## Do Imposto Territorial Urbano

### CAPITULO I

### Da Incidência das Isenções e das Reduções

Art.157 -O imposto territorial urbano tem como fato gerador,o dominio pleno ou util,ou a posse de terrenos construidos ou não situados nas zonas urbanas do territorio do Municipio.

Art. 158 São insentos de impostos territorial os terrenos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município.

Art.159 -Aos proprietários dos terrenos com área não inferior à 20.000 ( vinte mil ) metros quadrados, que tenham promovidonos mesmos

os melhoramentos abaixo especificados, sem ônus para os cofres Municipais, poderão ser concedidos, pelo prazo maximo de dois anos, redução do imposto devido, na forma seguinte:

I - Canalização de agua potável.....10%

II - Esgotos.....10%

III - pavimentação.....10%

IV - canalização ou galerias para água pluviais..... 5%

V - meias e sargetas..... 5%

Parágrafo ùnico - A redução será proporcional à extensão de Estrada correspondente ao melhoramento efetivamente executado.

Art. 160 - O imposto territorial urbano constitue ônus real e acompanha o imóvel em todos as suas mutações de dominio,

CAPÌTULO - II

Da Aliquota e Base do Calculo

Art. 161 - O imposto territorial urbano será cobrado na base de 5% ( cinco porcento ) sôbre o valôr venal do terreno.

§ 1º - o imposto territorial urbano que incide sôbre o valôr venal dos terrenos e que estejam com a frente dos lotes murados em loteamentos regularmente aprovados, com escrivatura definitiva, será reduzido de 30% ( trinta porcento ) do valor do imposto.

§ 2º - O imposto territorial que incide sôbre o valor venal do terreno construido será reduzido de 100% ( cem por cento ),quando seu proprietário nele residir ou exercer suas atividades e desde que não possua outro imovel no Municipio.

Art. 162 - O valor venal dos terrenos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro imobiliário, levando se em conta, a critério da repartição, os seguintes elementos:

I - O valôr declarado pelo contribuinte.

II - Os indice médio de valorização corresóndente à zona em que esteja situado o imóvel

III - O preço do terreno nas ultimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas;

IV - A forma, as dimensões, os acidentes naturais, e outras caracteristicas do terreno;

V - Quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

Art. 163 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valôres que servirão de base de calculo para o lançamento do imposto territorial urbano será o,definitivo, definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Art. 164 - O mínimo do imposto territorial urbano será de 10% ( dez centézimos ) do salário mínimo.

CAPÍTULO III

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 165 - O lançamento do imposto territorial urbano, sempre que possivel

será feito em conjunto com os demais tributos que recaem sôbre imóveis, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Art. 166 - Far-se-à o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o terreno no Cadastro Imobiliário.

§ 1º - No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de todos os condomínios, respondendo a cada um, na proporção de sua parte, pelo onus do tributo.

§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento, será feito em nome de quem esteja na posse do terreno.

§ 3º - Quando o imóvel estiver sujeito ao inventário far-se-á o lançamento em nome do espolio, e, feita a partilha será transferido para o nomes dos erdeiros, para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferencia perante o orgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 ( trinta ) dias à contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4º - Os terrenos pertencentes a espôlio, cujo inventário esteja sob restado, serão lançados em nome dos mesmos que responderão pelo tributo até que, julgado o inventário se façam as necessárias modoficações.

§ 5º - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notifimação serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor, ordenando promissário comprador, respondendo este pelo pagamento do tributo sem prejuízo da responsabilidade solidária do promitente vendedor.

Art. 167 - O lançamento de imposto territorial urbano será feito anualmente em epoca e pelo modo estabelecido, em regulamento ou instruções.

## TITULO V

## Do Imposto Predial

### CAPÍTULO I

### Da incidência e Insenções

Art. 168 - O imposto predial tem como fato gerador o domicilio pleno ou util ou a posse, conjuntamente ou não, com os respectivos terrenos, de prédios situados nas zonas urbanas do Municipio.

Parágrafo Unico - Consideram-se prédios, para os efeitos dêste artigo, todas as edificações que possam servir à habitação, uso ou recreio, seja qual fôr sua denominação forma ou destino.

Art. 169 - São insentos do imposto predial as edificações cedidas gratuitamente, em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município.

### CAPITLO II

### Das Aliquotas e Base de Cálculo

Art. 170 - O imposto será cobrado na base de 1,5% ( um e meio por cento) sôbre o valor venal da edificação, com exclusão do terreno.

Parágrafo Único - O imposto, predial que incide sôbre o valôr venal da edificação será reduzido de 30% (trinta por cento), quando seu proprietário nele residir ou exercer suas atividades e desde que não po

sua outro imóvel no Municipio.

Art.171 -O valôr venal da edificação será calculado levando- se em conta os seguintes valôres:

I - a àrea construída;

II - o valôr unitário da construçaõ

III - o estado de conservação da edificação.

Art.172 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valôres que servirão de base no calculo para o lançamento do imposto predial será o definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Art.173 - O mínimo de imposto predial será de 5 centésimos e salário mínimo.

CAPÍTULO III

Do Lançamento e da Arrecadação

Art.174 - O lançamento e arrecadação do imposto será feito, sempre que possível em conjunto com o imposto territorial incidente sôbre o terreno em que esteja situado o prédio, tomando- se por base a situação existente ao encerrar- se o exercício, anterior, e observando- se no que couber o disposto no capítulo III do título IV deste Código.

Parágrafo ùnico - os apartamentos e dependências com economia distinta serão lançadas em a um, em nome de seus proprietários condominos.

Art.175 - O lançamento do imposto predial será feito em época e pelo modo estabelecido em regulamento ou instruções.

TÍTULO VI

Do imposto Territorial Rural

CAPÍTULO I

Das Incidências e das Insenções

Art.176 - O imposto territorial rural tem como fato gerador o, dominio pleno ou util ou a justa posse do solo, com exclusão de quaisquer benfeitorias, situado na zona rural, do Municipio.

Art.177 - São imunes ao Imposto Territorial Rural os sítios localizados em zona rural, de àrea não excedentes à 20 (vinte) hectares, quando os cultive só com sua família, e proprietário que não possua outro imóvel ( Constituição Federal art. 19, § 1º )

Art. 178 -São insentas do imposto territorial as àreas cedidas gratuitamente para uso da União, do Estado e do Municipio.

Art.179 - O imposto territorial rural constitui onus real e acompanha o imóvel em todas as suas mutações de dominio.

CAPITULO II

Da Aliquota e Base de Calculo

Art. 180 - O imposto territorial rural será cobrado na base de 1% (um por cento) do valôr venal d a àrea do imóvel, (+)

Paragrafo ùnico - O imposto territorial rural que incide sôbre o valor venal do imóvel será reduzido de 50% (cinquenta por cento) para as àreas que forem cultivada com cereais, feito por seu proprietário e familiares.

(+) - A carreta utilização do imposto territorial rural deve levar em conta a politica agraria do Municipio, pois esse imposto tem extraordinarias potencialidades como instrumento de fixação dessa politica. As normas aqui contidas são apenas de ordem geral e meramente exemplificativas, cabendo a cada Municipio adapta- las às pecualiaridades / locais, especialemente no que diz respeito aos critérios e à tabela do Artigo 180.

Art.181 - O valôr venal dos terrenos será apurado bom base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando- se em conta, a critério das repartições, os seguintes elementos:

I - O valôr declarado pelo contribuinte;

II - O indice médio de valorização correspondente à zona em que esteja situado o imóvel;

III - O preço de terreno nas ultimas transações de compra e / venda realizadas nas zonas respectivas.

IV - Quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

Art. 182 - O mínimo do imposto territorial rural será de 5 centésimos do salário mínimo.

CAPÍTULO III

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 183 - Aplica-se ao imposto territorial rural, no que couber, as disposições relativas do lançamento e arrecadação do imposto territorial rural urbano.

TITULO VII

Do Imposto de Transmissão " Inter- Vivos " e sua incorporação ao capital de sociedade.

CAPITULO I

Conceito e Contribuintes

Art. 184 - O imposto recai sôbre a transferencia de bens imóvel situado no Municipio, de uma pessoa para outra a titulo oneroso ou // gratuito, mediante ato " Inter- Vivos ".

Art. 185 - O imposto grava, inclusive;

I - A incorporação de imòvel ao patrimonio de pessoa Jurídica;

II - A transferencia de imóvel do patrimonio de pessoa juridica para o de qualquer de seus componentes ou respectivos sucessôres;

III - A aquisição por usucapião;

IV - A adjudicação de Imóvel e conjuge ou herdeiro que tenha pago ou se obrigue à pagar dividá do casal ou espólio, legado ou despesas do inventário.

V - O excesso de bens imòveis sôbre o valôr do quinhão hereditario ou de meação, partilhada no adjudicaçao a herdeiro / ou meeiro;

VI - O excesso em bens imóveis partilhados ou adjudicados, no / desquites, a um dos conjuges independentemente de valôr de quaisquer outros bens moveis partilhados ou adjudicados, / ou de divida do casal.

VII - a diferença entre o valôr da quota parte material recebida por um ou mais condominios, na divisão / para extinção de condominio, e o valôr de sua // quota- parte ideal;

VIII - a transferencia de direito sôbre construção existente em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo.

IX - a cessão de direito de arrematante ou adjudicante depois de assinado ou auto de arrematação ou adjudicação.

X - a instituição, translação ou extinção de direito real sôbre imóvel, excetuados os direitos reais / de garantia e as servidões prediais;

XI - atransferencia de usofruto ao nú proprietário;

XII - a transferencia de direito e ação às herança ou / legado quando o inbentário se tiver aberto no Municipio.

XIII - a cessão de direito e ação que tenha por objeto / bem imóvel;

XIV - a transferencia de quinhão, quota ou ação, feita pela sociedade ou por terceiro, à socio que se retira ou a terceiro, desde que a sociedade vise a explorar bens imóveis situados no Municipio, e não constituem os imóveis apenas um meio para exploração dosse objeto ou realização do fim- social;

XV - a convenção de ações nominativas de sociedade a / que se refere o item anterior em titulos ao portador.

XVI - a outorga e o substabelecimento de mandatos em // em causa propria com poderes equivalentes.

XVII - a função de sociedade a que se refere o item XIV;

XVIII - na cessão de condessão feita pelo Estado ou pelo Municipio para exploração de serviços públicos / antes ou depois de iniciada a exploração.

Paragrafo Único - o item IV deste artigo aplica-se aos conjuges meeiros sendo, no caso de remissão de dividas cobrado o imposto da metade dos bens adjudicados.

Art.186 - E devido o imposto pelo ato inter-vivos na compra e venda // arrematação, adjudicação, renuncia, desistência, doação em pagamento, doação, cessão ou atos equivalentes de direito e ação a herança ou legados sem prejuizo do imposto relativo a transmissão por titulo sucessório, legal ou testamentario correspondente ao grau de parentesco entre o " de conjus 2 e o vendedor, o executado, o devedor, o renunciante, o doador ou o cedente.

Paragráfo Único - Esse imposto não grava a desistência ou renuncia, desde que concorram os seguintes requisitos:

I - seja feita em benefitio de monte

II - seja efetivada dentro de 60 ( sessenta ) dias contados da data do falecimento do 2 conjus "

Art.187 - O imposto e devido por inteiro pelo adquerente do bem ou / direito

Parágrafo Único - Nas permutas, cada permutante pagará por inteiro, o imposto relative ao imóvel ou imóveis que adquirir.

Art. 188 - Será devido o imposto quando as partes resolverem a retratação de contratos que já houver sido lavrado e bem quando o vendedor exercer o direito de prelação.

CAPITULO II

Das Imunidades e Insenções

Art. 189 - Estão imunes ou insentos do imposto:

I - as aquisições feita pela União, pelos Estados, pelos Municipios, pelo Distrito Federal e pelas demais pessoas de direito público interno.

II - a aquisição, por Estado estrangeiro, de imóvel exclusivamente destinado a uso de sua missão diplomática ou consular;

III - a extinção do usufruto, quando o instituidor tenha continuado dono de sua propriedade;

IV- a indenização de benfeitorias, pelo proprietário ao locatário concideradde essas formas da Lei civil;

V - a quisição de bens pelos autarquias para utilização em seus serviços, excluidos os destinados a revenda ou locação;

VI - a transmissão dos bens de conjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens de casamento;

VII - as tornas ou reposições, iguais ou inferiores ao salrio minimo mensal vigente no Municipio;

VIII - a partilha de bens entre os sócios, dissolvida a sociedade, quando o imovel seja atribuido aquele que tiver entrado com o mesmo para com a sociedade;

IX - as vendas a colonos, e a primeira venda por estes feita, a outros colonos em núcleos oficiais ou reconhecidos pelo Governo Municipal ou de parte de propriedade agrícolas, particulares até o maximo de 20 (vinte) hectares por individuo / ou familia, concideranda- se colono para os efeitos dêste / inciso os nacionais ou estrangeiros que cultivarem a terra com esforço proppio e de membros da familia sem empregado / assalariado ou empreiteiro;

X - A compra e venda de embarcação de qualquer espécie, a remarcação e a adjudicação de imoveis para pagamentos de sociedades de crédito real constituidas com a autorização do govêrno estadual, não se estendendo a insenção aos concessionário dos direitos crediarios;

XI - as aquisições feitas por instituições beneficientes onde // gratuitamente seja prestado socorro, tratamento ou assistencia a enfêrmo, decrépitos, orgãos ou desvalidos, como casas de misecórdia, hospitais, asilos, recolhimento ou abrigos e as sociedades literárias, associações ou estabelicimentos / de ensino e sociedades de cultura fisica, sem fito de lucro, desde que apliquem inteiramente suas rendas no Pais enas finalidades previstas em seus Estatutos.

XII - a transmissão de titulos da divida pública federal, estadual ou Municipal;

XIII - Os contratos de aquisição de imóveis de valor não superior a 2 (dois) vêses o valor do salário mínimo mensal vigente / no Municipio que se destinem a instituições de bem de familia na forma da legislação civil

XIV - as aquisições de imoveis feitas pelas cooperativas que se /

organizarem no Municipio, assim como as já organizadas de acôrdo com a Lei e devidamente registradas no Departamento de Assistencia ao cooperativismo, destinados a instalação de sua séde ou // serviço, de escolas ou obras de assistência social, bem como nas que resultarem da liquidação de emprestimos com garantia hipotecaria, efetuadas pelas cooperativas de crédito.

Parágrafo Único - As insenções e reduções fundadas nos Itens X, XI, XIII, e XIV são declaradas pelo Prefeito mediante requerimento do interessado, instruido na forma determinada e m regulamento.

Art.190 - Em todos os casos de insenções ou redução de imposto quando o adquirente der ao imóvel destino diferente daquele que motivou a // isenção ou redução antes de decorridos 5(cinco) anos o imposto será exigido com acrécimo de dez (10%) por cento se o recolhimento se fizer por iniciativa do contribuinte, e de vinte por cento (20% dentro de 15 (quinze) dias da notificação mensal.

Parágrafo Único - Quando se verificar ter havido fraude na obtenção da isenção, o imposto será devido com acrécimo de cem por cento (100%) sem prejuizo da penalidade prevista no item I do artigo 74.

## CAPITULO III

### Da Aliquota e Base do Calculo

Art.191 - O imposto será cobrado de acôrdo com a tabela anéxa, tomando-se por base:

I - Na compra e venda ou atos equivalentes, nas ações em pagamento, nas permutas nas incorporações de imóveis ao patrimônio de pessoas jurídicas, nas transferendas de impoveis de pessoas jurídicas e seus componentes, nas arrematações ou adjudicante, e de direito e ação sôbre o imóvel, valôr do bem, 5% ( cinco por cento ).

II - Nas desistências, renuncias e cessões, onerosas ou gratuítas, de direito e ação a herança ou legado, o valôr do legado, quinhão ou quinhões cedidos.

III - Nas transmissões de imòvel com reserva de usufruto para o transmitente, 5% ( cinco por cento ), do valor do bem;

IV - nas aquisições por usucapião, bem como nas cessões dos direitos do usucapiente feitas após o decurso do prazo necessario para o usucapião- valôr do bem, 5% (cinco por cento).

V - nas constituições de enfiteuse e subenfiteuse, nas alienações de dominio útil e bem assim nos casos de comisso e valôr do / bem, 5% (cinco por centos);

VI - na instituição, translação ou extinção de direito real sôbre o imovel o valôr do bem, 5% ( cinco por cento ).

VII - na procuração simples de direito sôbre imóveis, 5% (três por cento) do valôr dobem e por cada procuração;

Art.192 - O valôr do bem, para efeito do cálculo do imposto será o constante do cadastro Imobiliario Fiscal, na data em que fôr efetuado o pagamento do imposto;

§ 1º - Se no terreno houver edificação, serão avaliadas segundo as normas de avaliação estabelecidas para apuração devalôres base de calculo do imposto predial e ao valôr do terreno será adicionado e das edificações;

§ 2º - Se no terreno urbano houver edificação não concluida ao valôr de terreno será adicionado o das obras realizadas;

§ 3º - Do valor base do cálculo será dedutivel o valor da construção feita depois da promessa de compra e venda,da promessa de cessão de venda,ou da sessão de qualquer desssas promessas,se realizadas por escritura pública,ou se por escritura particular,depois da data do seu registro no cartorio do registro de Títulos e documentos desde que o promitente comprador,promitente cessionario ou cecionarios,conforme o caso,prove que essa parte da construção foi executada a sua custa.

§ 4º - O valor de base de calculo do imposto,no caso de imovel Rural será a soma do valor atribuido ao terreno pelo cadastro fiscal imobiliario e do,valor das benfeitorias e acessões,constantes da guia de transmissão,referidos nas letras, "f" e "k" do item I e "c" e "d" do item II do artigo 205.

§ 5º - A base de calculo de imposto,no caso de imovel Urbano,será o valor atribuido ao terreno e a edificação pelo cadastro fiscal imobiliario,mesmo na hipotese de ser inferior aos valores - constantes da guia de Transmissão,referidos nas letras, "f" e "k" do item I do artigo 205.

Art.193 - Ainda que exista compromisso anterior da compra e venda,o valor do bem será apurados nos têrmos do artigo 192.

A
Art.194 - O imposto em nenhuma hipotese será inferior a 20% (vinte por cento) do salário minimo mensal vigente no municipio na época do lançament

Art.195 - Nas doações e atos aquivalentes,havendo mais de um doador,ou donatario a aliquota será aplicada separadamente sôbre o valor do quinhão de cada doador ou donatário.

Art.196 - Não se decompõe o valor da doação para efeito de aplicação das alíquotas,aplicando-se a alíquota correspondente ao valor integral da doação.

Art.197 - Se em vertude de transferencia de ações ou partes,quotas ou quinhão de sociedade,quaisquer que elas sejam,resultar a unidade dos direitos sociais e se derem consequencia,a transmissão dos bens desta sociedade para o adquerente,o imposto sera devido sôbre o total de bens imoveis transferidos,deduzindo-se o que ja houver sido pago pelas transferencias parciais de ações,quotas ou quinhões realizado anteriormente em favor do adquirente.

Art.198 - Será cobrado o imposto pela cessão de direito do arrematante,adjudicatário ou seus sucessores,sem prejuizo do imposto cobrado pela arrematação ou a adjudicação.

## CAPITULO IV

## Do Pagamento

### Secção 1ª

### Da Época do Pagamento

Art.199 - Far-se-á o pagamento antes do ato translativo,exeento:

I - Nos casos dos incisos I e II do artigo 185 hipótese em que o imposto será feito o pagamento antes do registro do documento que servir de titulo á transferencia.

II - Nos casos dos incisos V e VI do artigo 185 hipóteses em que o imposto será pago antes da sentença homologatória.

Parágrafo unico - Se for necessario sentença para reconhecer-se o direito ou a pretenção ao mesmo, pagar-se-á o imposto apos a sentença.

Art.200 - Nas promessas ou compromissos de compra e vendd efetuar-se-á o pagamento do imposto antes das lavraturas dos documentos.

§ 1º - Ao que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valôr do imóvel na data em que for efetuado, o pagamento ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre e acrecimo de seu valor verificado no momento da escritura definitiva,

§ 2º - Verificada a redução do valor não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

Art.201- Nas cessoes de promessas ou compromisso de compra e venda é obrido a antecipação do pagamento do imposto, nos termos do artigo anterior e seus parágrafos.

Art.202 - Verificada a cessão de promessa ou compromisso de compra e venda ou da permuta de imóveis o cessionario se sub-rogará ao cedente, perante o fisco, no direito relativo ao imposto pago nos termos dos artigos 200 e 201.

Secção 2ª

Da Forma de Pagamento

Art.203 - Os tabeliães e escrivães não poderão lavrar instrumentos, procurações, escrituras de contratos ou termos judiciais e em todos os atos constitutivos e translativos sôbre imóveis, sem que o imposto devido tenha sido pago.

Art. 204 -Ficam os tabeliães e escrivães ou os interessados obrigados a preencher guia de transmissão, segundo modelo fiscal, em tantas vias - quantas forem estabelecidas em regulamentos.

Art.205 - A guia de transmissão, alem de que dispuser o regulamento, conterá os seguintes dados:

I - Quando ao imóvel Urbano.
a) - Nome e inderesso de todos os autorgados.
b) - Nome e indereço de todos os autorgantes.
c) - Naturesa do contrato.
d) - Numero da transcrição anterior e respectivo cartório de registro.
e) - Numero de averbação anterior na Prefeitura.
f) - Preço pelo qual será realizada a transmissão.
g) - Confrontações do imóvel, indicando localização e nome dos propietario dos imoveis confrontates.

h) - Localização do imóvel (rua nº e Bairro) ou nº da Quadra ou lote.
i) - Forma e dimenção do terreno, e quando houver idificação, área total construida.
j) - Quantidades de edificações exestentes.
k) - Valor do imóvel segundo o cadastro fiscal Imobiliário da Prefeitura.

II - Quanto ao imóvel rural, alem dos dados especificados nas letras a, b, c, d, e, f, g e k.

a) - A denominação pelo qual é conhecido o imóvel.
b) - Distância aproximada da séde do municipio,
c) - Referencias as culturas existentes, á sua área e ao numero de plantas quando se tratar de cultura permanente e os respectivos valores.
d) - Referencias, especificações e valores de animais existentes.
e) - Àrea do terreno.
f)

§ 1º- Sempre que o imóvel urbano não tenha levado nº oficial, far-se-á expressa menção á distância em que se encontra o numero mais proximo ou qualquer outro ponto facilmente indentificavel, bem como o nome das ruas entre os quais se localizarem.

§ 2º- Tratando-se de imóvel constante de planta de terreno arruado por particulares ou empresas imobiliarias citar-se-á na guia ou nº do lote e da quadra, correspondente, bem assim a data da aprovação da planta do lotiamento, do desmembramento ou do remembramento na Prefeitura.

§ 3º- Quando o imóvel rural transmido se estender além do Municipio

ou se localizar entre as zonas rural e urbana,far-se-á referencia ao fato com especificação das áreas e seus respectivos valôres.

Art. 206- Mencionar-se-á ainda,na guia de transmissão quando for o caso:

I - A existencias e as datas do compromisso de compra e venda, de cessão,de procuração,de substalecimento celebrado por quaisquer das partes.

II - O objeto da sociedade civil ou comercial de que se retira qualquer sócio,recebendo imóvel em pagamento de sua quóta de capital ou de lucro ou da sociedade que se dissolve,sendo atribuido a sócio bens imóveis,em qualquer caso,esclarecidos se os bens recebidos pelo quinhão o haviam constituido objeto de entrada para formação de sua quota de capital.

III - O valor dos fôres joiaš e laudemios na enfiteuse.

IV - O quantum das pensões subenfeituose.

V - A avaliação para a primeira ou unica praça na arrematação.

VI - O autor da cessão e lugar de abertura da sucessão na cessão de direitos hereditários.

VII - Grau de parentesco entre doador e donatário nas doações.

VIII - Nome dos permutantes,designando a seguir a cada um deles, claramente o imóvel ou imoveis que recebem.

Art. 207- A arrecadaçãc do imposto far-se-á mediante especificação do respectivo conhecimento,na forma estabelecida em regulamento.

Art. 208- Os tabeliães e escrivães transcreverão literalmente o conhecimento do imposto nos instrumentos,escrituras,contratos ou têrmos judiciais que lavrarem.

§ 1º- Os tabeliães e escrivães,remeterão mensalmente a Prefeitura Municipal em forma de mapa todas as transações efetuadas em seus Cartorios sobre imoveis,facultando aos representantes da Prefeitura Municipal,Promotores Publicos e demais encarregados do fiscalização,no cartório o exame dos livros, autos e papeis que interessar possam a incidência ou arrecadação do imposto.

§ 2º- Os tabeliães e escrivães que negarem o exposto neste artigo caberá recurço de denuncia-los ao sm.Dezembargador do Estado.

Art. 209- Os conhecimentos de arrecadação e a 1º via da Guia de transmissão acompanharão os premeiros traslados e cartidões do instrumento, da escritura e dos termos.

## CAPITULO V

### Da Solidariedade e da Repetição do Indébto

Art. 210- Nas transmissões que se efeturem sem o pagamento do imposto devido por este respondem,solidariamente,o transmitente e o adquirente,o o cedente e o cecionário ou os co-herdeiros,conforme o caso.

Art. 211- O imósto de transmissão,uma vez pago,será restituido:

I - Aparecendo o exsento,nos casos de sucessão provisória.

II - Quando confirmado por sentença,não pendente de qualquer recurço ordinário,extraordinário ou de revista e conhecimento da qualidade de parente do "de cujus" judicialmente constatada ou herdeiro.

III - No caso de não se chegar a realizar-se o ata ou o contrato.

IV - No caso de nulidade do ato juridico.

V- No caso de rescisão do contrato e no de ser desfeito a arrematação com fundamentos nos artigos 1.136 do código Civil e 979 do código doś processo civêl, respectivamente.

Parágrafo Unico- No caso de abatimento de preço de acordo com o direito comum poderá ser restituida a parte do imposto relativa a importânci abatida.

Art. 212 - Não será restituido o imposto pago por quem venha a perder o imóvel em virtude de te-lo comprado com pacto de retrovendo.

CAPITULO VI

Da Fiscalização

Art. 213 - As companhias e sociedades que se referem o item XIV do art.185 são obrigados a entregar ou a remeter trimestralmente á Prefeitura até o dia 10 (Dez) do mêz seguinte ao trimestre vencido,quando haja movimento,á relação de transferencias de partes,quinhões cotas ou ações efetuadas devendo as sociedades anonimas comunicar nesses têrmos as converções de ações nominativas,em titulo ao portador.

§ 1º - As sociedaes anônimas com séde neste Municipio,não averbarão transferencias de ações sem prova do pagamento do imposto devido,sob pena de responderem solidáriamente com o devedor pela respectiva importâcia sem prejuiso da aplicação das penas estabelecidas neste código.

§ 2º - As relações serão extraidas na forma estabelecida em regulamentos.

Art. 214 - As autoridades judiciárias e escrivães darão vistas aos representantes judiciais da fazenda de todos os processos em que seja inventariados,avaliados,partilhados ou adjudicados bens de espólios sujeitos a tributação do Municipio.

Parágrafo unico- Será,tambem obrigatório a intervenção dos representantes da fazenda Municipal:

I - Em todos os processos em que se apurarem bens ou haveres do de "de cujus" em sociedade ou firma com séde no Municipio,quer o inventário se esteja processando no seu território,quer fora dele.

II - No processamento de precatórias ou rogatórias para avaliação ou lquidação de bens ou haveres de " de cujus".

III -Em quiasquer processo de cobrança de divida atíva de espólios, quando concorrerem na justiça local,ainda que as sucessões se tenha aberto fora dele.

IV - Em quais quer outros processos em que se faça necessária a intervenção da fazenda, para evitar evasão do imposto.

Art. 215 - Os escrivães são obrigados a remeter a repartição fiscal os processos de testamentos,inventarios,ainda que negativos,arrolamentos arrecadação,extinção do usufruto e fideicomisso,precatória,divisão de coisa comum ou quaisquer outros processos judiciais relativos á transmissãp de "Inter-Vivos"a juizo da administração, para exame e inscrição.

Parágrafo Unico- Não se fará inscrição desde logo se a repartição fiscal suscitar qualquer duvida.

Art. 216 - Os elementos da inscrição,bem como as especificações das guias, para pagamento do imposto,e a forma de seu processamento,serão estabelecidas em regulamentos.

Art. 217 - Quem adquirir bem ou direito,mediante fto ou fato gerador de imposto de transmissão,é obrigado apresentar seu titulo a repartição arrecadadora digo,fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 90 (nOventa)dias,a contar da data em que for lavrado o contrato

g) - Para as demais atividades não incluidas nos itens anteriores,a receita bruta efetivamente realizada.

§ 2º- Quando o movimento economico,por qualquer motivo,não puder ser apurado nos termos dos itens anteriores,torna-se-á para base do calculo a receita bruta arbritada,a qual não poderá em hipotese alguma,ser inferior ao total das seguintes parcelas:

a) -Valor das materias primas,combustiveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano.
b) -Folha de salario pago durante o ano,adcionado de honorarios de diretores e retiradas de propietarios,socios ou gerentes.
c) -10% (dez por cento) do valor venal do imovel,ou parte dele e dos equipamentos utilizados pelo estabelecimento.
d) -Despesas com fornecimento de agua,luz e força,telefone e demais encargos mensais obrigatórios docontribuinte.

Art. 221 -A apreciação do movimento economico será feita de acordo com as seguintes regras.

§-1º-Mensalmente o contribuinte do imposto pelo movimento economico declarará em guias apropiadas sendo que estas guias devem ser em 4 (quatro) vias de igual têor,tendo ja feito o calculo do imposto e mais as taxas aplicaveis.

## CAPITULO III
## Das Declarações

Art. 222 -Dentro do prazo e das condições estabelecidas em regulamentos, os contribuintes sujeitos ao pagamento do imposto com base no movimento economico farão entrega a Prefeitura,cada mez de uma declaração fiscal relativa a esse movimento.

Art. 223 -A declaração será preenchida arbitrando-se o movimento economico quando o contribuinte,por qualquer motivo,injustificado deixar de apresentar ou quando nele se verificar fraude má-fé ou omissão dolos praticada com intuito de prejudicar o fisco,ou quando o contribuint dificultar o exame dos livros proprios e demais elementos julgados necessarios a sua comprovação.

Art. 224 -O procedimento se fará em oficio de que trata o artigo anterior prevalecerá até prova em contrario,feita antes do lançamento do imposto.

Art. 225 -Estão sujeitos a declaração de que trata este artigo digo capitulo os estabelecimentos comerciais ou industriais situados em propiedades rurais e pertencentes ou não aos propietários desta.

## CAPITULO IV
## Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 226 -O lançamento do imposto de industria e profissões será feito mensamente em face dos elementos constantesdas inscrições existentes no cadastro do comercio,da industria e das declarações de que trata o capitulo III.

§ 1º-As profissões,o lançamento do imposto será feito anualmente, em face dos elementos constantes das inscrições existentes no cadastro,e sua arrecadação do mez de janeiro de cada exercicio.

§ 2º-O lançamento será feito de oficio:

a) - Quando, em consequencia de revisão,o movimento economico constante da declaração for modificado de oficio.
b) - Quando o contribuinte deixar de preencher e apresentar sua declaração ao orgão fazendário competente dentro do prazo regulamentar.

Art. 227 -Concideram-se estabelecimentos distintos para efeito de lançamento e cobrança de imposto:

I - Os que,embora no mesmo local,ainda que com identico ramo de atividade,pertença a diferentes pessoas fisicas ou juridicas.

II - Os que,embora pertença á mesma pessoa fisica ou juridica,funcionem em locais divergos.

Parágrafo unico- Não são conciderado como locais diversos dois ou mais imoveis contingues e com comunicação interna,nem os varios pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 228 - As pessoas que,no decorrer do exercicio as tornarem sujeitas a incidencia do imposto,serão lançadas inclusivel a partir do mez em que iniciou as atividades.

Art. 229 - Os fabricantes ou industriais que,no mesmo estabelecimento ou em estabelecimentos diversos,venderem tambem a varejo,produtos de sua fabricação,serão lançados com imposto conrespondente a cada atividade distinta isto é,como industrial e como comerciante retalhista,na porpoção das respectivas operação.

Art. 230 - Os estabelecimentos comerciais que negociarem com produtos clacificados em mais de um dos grupos de atividades constantes das tabelas anexas a este código,serão lançadas com base no giro comercial total pela alíquotta imediatamente inferior á mais elevada e conrespondente a um desses prodotos.

Art. 231 - A arrecadação do imposto de industria e profissões sobre sobre o movimento economico,sera recolhido nos 10 (dez)primeiros dias de cada mez subsquente.

Parágrafo unico-As vendas não registradas,ou outra qualquer transação,o recolhimento do imposto será efetuado antes de ser transmitido,digo, tramitado.

## TITULO IX

## Do Imposto Sôbre Diverções Publicas

### CAPITULO UNICO

### Da Incidência,da alíquota e da Base de Cálculo

Art. 232 - O Imposto sôbre diverções públicas tem como fato gerador:

I - A aquisição onerosa do direito de ingresso em local onde se realise espetáculo,exebição,representação ou função onde sejam praticados jógos,embates,prélios,divertimentos ou certames de qualquer espécie.

II - A aquisição onerosa do direito de participar dos jógos,divertimentos,certames ou atividades a que se refere o item I deste artigo.

Art. 233 - O imposto sobre diverções publicas será calculado de conformidade com a tabéla anexa a este código,tomando-se por base.

I - O preço cobrado por bilhete de ingresso de qualquer divertimento publico,ou de pules,cartões,talão ou outro sistema de aposta empregada em jogos esportivos,ou não devidamentes licenciados.

II - O preço cobrado em cartão com ou sem picótes,bilhetes ou outro - qualquer sistema de cobrança por contradança ou a titulo de consumação, em clubes, "dancigues" "boites" ou estabelecimentos congeneres.

III - O preço cobrado por meio de qualquer sistema a titulo de consumação minima "couvert" ou aluguel da mesa em qualquer estabelecimento de deverção ou club.

IV - O preço cobrado pela utilização de aparelhos,armas e outros meios mecanicos ou não, instalados em parques de diverções ou outros locais permitidos.

Parágrafo Unico-Quando não houver cobrança de entradas ou vendas de bilhetes e por isso mesmo,não for possivel apurar-se o valor exato do ingresso ou ônos individual,o imposto será calculado sôbre o movimento economico ou a receita bruta diariamente apurada ou arbitradas.

Art. 234 - O regulamento a ser expedidodisporá sôbre a arrecadação,o recolhimento e demais obrigações do imposto,os bilhetes de ingressos a instalação ou armação de circos,de parques ou barracas.

Art. 235 - Os empresários,propietários,arrendatários ou quaisquer pessoa que individual ou coletivamente,sejam responsaveis,por qualquer casa ou local em que se realizarem diverções publicas,são obrigados sob pena de multas,a forneserem,ingressos,bilhetes ou cartões, pelos quais se possa calcular o valor doimposto na forma prevista em regulamento.

Art. 236 - Para os efeitos do artigo anterior conciderando-se casa de diverções os cinemas,teatros,circos,salões ou clubes de danças,concertos,conferendias,exposições e congeneres,os hipódrmos,campos ou quadra de esportes de qualquer natureza,picinas,os parques de diverções,ou qualquer outros locais,edificados ou não,onde se realizarem divertimentos públicos de qualquer especie.

Art. 237 - Ficam isento do imposto as permanentes gratuitas fornecidas as autoridades,aos jornalistas e aos radialistas.

Parágrafo unico- ás autoridades fiscais poderão exigir dos portadores de permanentes gratuitas a apresentação de carteiras de identidades.

Art. 238 - Os empresários ou responsaveis por casas,estabelecimentos,locais ou emprezas de divertimentos,franquearão aos funcionários desiginado pela prefeitura as salas ou espetaculos ou locais de jogos de diverções,as bilheterias e o mais que for necessarios,afim de ser verificada a fiel observância e execução deste código,não podendo conservar as bilheterias feichadas a chave,sob pena de multa.

Art. 239 - São responsavel pela arrecadação e recolhimento do impostos os emprezários ou responsaveis encarregados das casas,emprezas,estabelecimentos,instalações ou locais de diverções publicas e jogos permitidos,esportivos ou não.

## TITULO X
## Das Taxas

Art.

### CAPITULO I
### Disposições Gerais

Art. 240 - Em razão de serviços especifícos prestados aos contribuintes ou posto a sua disposição pela Prefeitura,serão cobradas as seguintes Taxas:

I - Aplicação Social
II - De expediente
III - De segurança Pública
IV - Rodoviária
V - Coleta de lixo
VI - De saneamento
VII - De aferição de pesos e medidas
VIII - De iluminação Pública
IX - De licença
X - De serviços diverços

Art. 241 - São isento das taxas de segurança publica,coleta de lixo,serviços diverços e licença.

I - Os própios Federais e Estaduais,quando exclusivamente utilizados por serviço da União ou do Estado.

II - Os templos de qualquer cultos.

### CAPITULO II
### Taxa de Aplicação Social

Art. 242 - A taxa de aplicação social,cobrada com base no valor de todos os impostos Municipais,na razão de 10% (Dez por Cento) e se destina a custear os serviços de assistencia em geral,regendo-se o lançamento e arrecadação da taxa de aplicação social pelas normas estabelecidas para os impostos.

## CAPITULO III

### Da Taxa de Expediente

Art. 243 - A taxa de expediente é devida pela apresentação de petiçoẽs e documentos as repartiçoẽs da Prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades Municipaes, ou pela lavratura de termos e contratos com o Municipio.

Art. 244 - Ataxa de que trata este artigo digo capitulo é devido pelo recorrente ou por quem tiver interesse direto no ato do govêrno municipal, e será cobrada de acordo com a tabela anéxa.

Art. 245 - Ficam isentos da taxa de expediente ou requerimentos e certidoẽs - relativas ao serviço de alistamento militar, ou para fins eleitorais.

Art. 246 - A taxa rodoviária será cobrada para custear os serviços de melhoramentos publicos rurais de acôrdo com a tabela anéxa.

## CAPITULO X

### Das Taxas de Segurança Pública

Art. 247 - As taxas de segurança pública, cobrados com base no valor do imposto Predial, territorial Urbano e Rural como segue:

I - De Vigilância Publica.
II - De Segurança Publica.

Art. 248 - A taxa de vigilância Publica se destina a custear os serviços Municipal de Guarda Noturna, vigilancia geral, transito de Veiculos e outros existentes ou que vierem a ser criados em Lei, e será exigida.

Art. 249 - A taxa de vigilância será cobrada Anualmente, por predio ou dependencia separada, com economia destinta e de acordo com a tabela anéxa.

Art. 250 - A taxa de segurança publica se destina a custear o serviço de policiamento e será cobrada, 10% (Déz por Cento) dos Impostos territorial Urbano, Rural e Predial Urbano.

Art. 251 - O lançamento e arrecadaçãodas taxas de que trata este Capitulo, serão feitas conjuntamente com o lançamento e a arrecadação dos impostos, Predial, Territorial Urbano e territorial Rural.

## CAPITULO VI

### Da Taxa de Saneamento

Art. 252 - Ataxa de Sane,mento será cobrada para custear os serviços de melhoramentos e fiscalização da Saude na zona Urbana e Rural do Municipio de acôrdo com os Impostos Predial, Territorial Urbano e Rural, na proporção de 10% (Dés por cento) do valor dos Impostos.

## CAPITULO VII

### Dá Taxa de Coleta de Lixo

Art. 253 - A taxa de coleta de Lixo é devida pelos propietarios de Predios situados nos logradouros beneficiados com o serviço de remoção de Lixo residuos e escorrias, na cidade e nas vilas.

Art. 254 - A taxa de coleta de lixo será cobrada a base de 10% (Dés por cento) do que for devido a titulo de Imposto Prdial.

§ 1º - Quando o Predio estiver ocupado, no todo ou em parte, por negocios ou escritorios comerciais, ou profissionais, oficinas em que não funcionem maquinas a motor, ou abilitação coletiva não incluidas no § 2º deste artigo, a importancia da taxa será acrecida de 30%(trinta p/c)

§ 2º - Quando o predio estiver ocupado, no todo ou em parte, por Hotel, Hospedaria, Padaria, Café, Colegio, Fabrica, Oficina que empregue maquina a Motor, Garagem, Pôsto de Gasolina, Lubrificantes e similares, estábulos

Clubes,Cinemas e outras casas de diverções,cantinas,Restaurantes, Sorveterias e Bares,a importância da Taxa será acrecida de 50% (Cincoenta Por Cento).

Art. 255 - O lançamento e a arrecadação da Taxa de coleta de lixo reger-se-á pelas normas estabelecidas para o imposto Predial.

## CAPITULO VIII

### Da taxa de Aferição de Pesos e medidas

Art. 256 - A taxa de Aferição de balanças,pesos e medidas,recai sobre quem no exercício de atividade lucrativa,medir ou pesar qualquer artigo destinado a venda,e será arrecadado em conformidade da tabéla anexa a este código.

Art. 257 - As pessoas referidas no artigo anterior são obrigadas a possuir medidas,pesos,balanças,inclusivel aparelho ou instrumento de pesar e medir adiquados ao comercio,a industria ou profissão,devidamente aferidos na Prefeitura.

Parágrafo Unico- A aferição de que trata este artigo se processará nos têrmos e condições previstas nas posturas municipais observadas a legislação Federal Respectiva.

Art. 258 - As aferições serão feitas anualmente,ou quando necessário,no decurço do exercício, e se processarão.

I - Na repartição competente,quando se tratar de inicio de atividade que por sua natureza,estejam obrigados ao uso de pesos, balanças, medidas,ou qualquer instrumento ou aparelho de pesar ou medir.

II - A domicilio nos estabelecimentos comerciais,industriais,ou profissionais na forma declarada em instruções ou nas posturas Municipai

III - Na repartição competente,quando se tratar de pesos,medidas e balanças usadas pelos ambulantes.

Art. 259 - O uzo de pesos,balanças e medidas,inclusivel de quaisquer instrumentos ou aparelhos de pesar ou medir não aferidos previamente ou, ainda a falta,ou adulteração dos mesmos constituirão infração passivel das penalidades previstas no capitulo XII,Titulo I deste Có.

## CAPITULO VI

### Da taxa de Ilumunação Pública

Art. 260 - A taxa de iluminação pública é devida pelos propietários edificados ou não,situados em logradouros servidos pela iluminação públicas.

Art. 261 - A taxa de iluminação pública será cobrada á base de 10% (Dés por cento)do que for devido a titulo de imposto predial quando se tratar de terrenos construidos ou doimposto territorial urbano,quando se tratar de terrenos não construidos.

Art. 262 - O lançamento e a arrecadação da taxa de iluminação pública regerse-ão pelas normas estabelecidas para o imposto predial e territorial urbano.

## CAPITULO VII

### Das Taxas de Licença

#### Seção 1º

### Disposições Gerais

Art. 263 - As taxas de licença tem como fato geradores autorga de permissão para o exercício de atividades ou a pratica de atos dependente, por sua natureza,de previa autorização de competência do Municipio.

Art. 264 - As taxas de licença são exigidas para:

I - Localização de estabelecimentos comerciais,industriais,e profissionais do Municipio.
II - Renovação de licença para localização de estabelecimentos comerciais,industriais e profissionais.
III - Funcionamentos de estabelecimentos comerciais em orario especial.
IV - Exercício,noterritorio do municipio,de comercio eventual ou ambulante.
V - Execução de obras particulares.
VI - Execução de arruamentos e loteamentos em terrenos particulares.
VII - Trafego de veículos.
VIII - Publicidades.
XX - Ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.
X - Abate de gado fora do matadouro Municipal.

Art. 265 - Para efeito da cobrança da taxa de licença,são conciderados estabelecimentos comerciais,Industriais e profissionais os definidos no artigo 154 do capitulo III,do Titulo III,Dêste código.

Secção 2ª

Da Taxa de Licença Para localização de Estabelecimentos Comerciais Industriais e Profissionais

Art. 266 - Nenhum estabelecimento comercial,industrial ou profissional poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Municipio sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que haja seus responsáveis efetuado o pagamento da Taxa devida.

Parágrafo unico - As atividades cujo exercício,dependem de autorização de - competencia da exclusiva da União,ou do Estado,não estão isenta da taxa de que trata este artigo.

Art. 267 - O pagamento da licença a que se refere o artigo anterior será exigido por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento,ou cada vez que se verificar mudança do ramo de atividade.
§ 1º - A taxa será cobrada na base de 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto de industria e profissão referente a parte ou peça do imóvel,ocupado ou utilizado pelo estabelecimento.
§ 2º - O valor a que se refere o paragrafo 1º será registrado no cadastro Imobiliário.

Art. 268 - Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimentos comerciais,Industriais ou profissionais serão acompanhados da competente fixa de inscrição no cadastro do comercio e da industria e das profissões,pela forma e dentro do prazo estabelecido para - esse fim no Titulo III,dêste código.

Art. 269 - A licença para localização e instalação é concedida mediante despacho,expedindo-se o alvará respectivo,em cada exercício,na base de 10% (dês por cento)sôbre o total do imposto s/industria e profissão do exercício anterior.

Art. 270 - A taxa de licença de que trata esta secção independe do lançamento e será arrecadada em conjunto com o imposto de industria e profissão.

Secção 3º

Da Taxa de Renovação de Licença Para localização de Estabelecimentos Comerciais,Industriais ou Profissionais.

Art. 271 - Além da Taxa de licença para localização,os estabelecimentos comerciais,industriais ou profissionais estão sujeitos anualmente,á taxa de renovação da licença para localização.

Art. 272 - A taxa de renovação de licença para localização será cobrada na base de 10% (dês por cento) sôbre o valor do imposto de industras e profissões sôbre o imovel ocupdo ou utilizado pelo estabelecimento vâlôr este que sera registrdo no cadastro Imobiliário.

nça Para o Tráfego de Veiculos

Da Taxa [illegible] para o trafego de Veiculos é devida por todos

Art. 296 - A taxa de [illegible] veiculos em circulação no Municipio e será os propi[illegible]ente de conformidade com a tabela anexa a este C/. cobrada [illegible]

Art. 297 - Todos [illegible]iculos que circulem no Municipio ainda que isentos de da taxa, deverão ser inscritos na repartição competente para a [illegible] pagamento.

Parágrafo Unico- A inscrição será feita pelo proprietário do veiculo, mediante preenchimento de fixa fornecida pela Prefeitura.

Art. 298 - A inscrição de que trata o artigo anterior deverá ser permanentemente atualizada, ficando os proprietários dos veiculos obrigados a comunicar a repartição competente, para esse fim, todas as modificações que ocorrer nas caracteristicas dos mesmos.

Art. 299 - O pagamento da taxa será feito de uma só vez anualmente, antes de ser feita a renovação do respectivo emplacamento pelas repartições competentes.

Parágrafo unico- Cobrar-se-á pela metade a taxa referente a veiculos licenciados pela primeira vez no segundo semestre do exercício.

Art. 300 - A baixa do Veiculo, no registro, quando requerida depois do mez de Janeiro, sujeita o propietario no pagamento da taxa correspondente a todo o exercício.

Art. 301 - São isentos da taxa de licença para o trafego de veiculos:

I - Os veiculos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores quando se destinarem exclusivamente aos serviços de suas lavouras e ao transporte de seus produtos.

II - Os veiculos destinados a os serviços agricolas uzado unicamente dentro das propiedades rurais de seus possuidores.

III - Pelo prazo maximo de 60 (sessenta) dias, os veiculos passageiros em transito, excurção ou turismo, devidamente licenciados em outros Municipios.

IV- Os veiculos pertencentes á união e ao Estado.

Secção 9ª

Da Taxa de Licença Para Publicidade.

Art. 302 - A exploração ou utilização de maior publicidade nas vias e logradouros publicos do Municipio, bem como nos lugares de acesso ao publico, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura, e quando for o caso, ao pagamento da taxa devida.

Art. 303 - Inclui-se na obrigatóriedade do artigo anterior:

I - Os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anuncios, mostruarios fixo ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuidos, ou pintados em paredes, muros, postes, veiculos ou calçadas.

II - A propaganda falada, em lugares publicos, por meio de amplificadores de vóz, alto falantes e propagandistas.

Parágrafo Unico- Comprede-se nêste artigo os anuncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma visivel das vias publicas.

Art. 304 - Responlem pela observância das disposições desta secção tôdas as pessoas físicas e jurídicas, as quias, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar ma vez que a tenha autoridade.

Art. 305 - Sempre que a licença depender de requerimento deverá ser instruido com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras caracteristicas do meio de publicidade, de acôrdo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Unico- Quando o local em que se pretender colocar o anuncio não for de propriedade do requerente, devera este juntar ao requerimento a autorização do propietário.

Art. 317 - Ficam sujeitos as penalidades previstas nêste Código e nas posturas Municipais quem abater o gado fora do matadouro Municipal sem prévia licença da Prefeitura e o pagamento das taxas devidas.

## CAPITULO VIII

### Das Taxas de Servicos Diversos.

Art. 318 - Pela prestação dos serviços de numeração de prédios,de apreenção e depósitos de bens móveis,semoventes e mercadorías,de alinhamento e nivelamento e de cêmitério,inclusivel quando ás conceções serão cobradas as seguintes taxas:

I - De numeração de Prédios.
II - De apreenção de bens móveis ou semoventes e de mercadorías.
III - De alinhamento e nivelamento.
VI - De cemitério.

Art. 319 - A arrecadação das taxas de que trata esta seção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente,ou posteriormente segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acôrdo com a tabela anéxa a este código.

## TITULO XI

### Da Contribuição de Melhoría.

## CAPITULO I

### Disposições Gerais

Art. 320 - A contribuição de melhoría será devida sempre que ocorra valorização do imovel,rural ou Urbano,propriedade particular,resultante da execução de obras públicas Municipais especialmente nos seguintes casos:

a) - Abertura ou alargamento de Ruas,parques,campos de esportes,vias e logradouros públicos,inclusivel estradas,pontes,tuneis e viadutos.
b) - Nivelamento,retificação,pavimentação,iluminação de vias ou lougradouros publicos,bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários.
c) - Proteção contra inudação,saneamento em geral,dronagens,retificação e regularização de cursos de aguas.
d) - Canalização de agua pótevel e instalação de rêde eletríca.
e) - Aterros e obras e embelezamento em geral,inclusive desapropiações para desenvolvimento paisagístico.

Art. 321 - A contribuição de melhoría não poderá ser exigida em limite superior a despeza realizada,nem ao acrecimo valor que da obra decorrer para o imóvel beneficiado (Constituição Federal artigo 30 parággafo único).

Art. 322 - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoría o proprietário do imovel ao tempo do respectivo lançamento,transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes, ou sucessores a qualquer titulo.

Art. 323 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I - Ordinário,quando referentes a obras preferenciais,e de iniciativa da propia administração.
II - Extraordinario,quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por,pelo menos,dois terços dos proprietários interessados.

Art. 324 - Para a cobrança da contribuição de melhoría,a repartição competente deverá:

I - Publicar o plano especificado da obra e seu orçamento.
II - Estabelecer os limites das zonas beneficiadas,direta ou indiretamente.

III - Publicar o cálculo provisório da contribuição de melhoría e de sua gradual distribuição entre os contribuintes.

Art. 325 - No custo das obras serão computadas as despezas de estudos e de administração,desapropiações e operações de financiamentos,inclusive juros não escedentes a 12% )doze por cento) sôbre o capital empregado.

Art. 326 - A distribuição gradual da contribuição de melhoría entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores venais dos terrenos presumívelmente beneficiados,constantes do cadastro imobiliário,na falta desse elemento,tomar-se-a por base a área ou testada dos terrenos.

Art. 327 - Fará o calculo necessarío á verificação da responsabilidade dos contribuintes,prevista nêste código,serão tambem computadas quaisquer área marginais,correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoría.

Parágrafo Unico- A dedução de superficies ocupadas por bens de uzo comum e situados dentro da propriedade tributada,somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja cido legalmente transferido á União,ao Estado e ao Municipio.

Art. 328 - No cálculo da contribuição de melhoría deverão ser individualmente conciderados os imóveis constantes do loteamento aprovado ou físicamente divididos em carater definitivo.

Art. 329 - Para efeito do cálculo e lançamento da contribuição de melhoría conciderar-se-ão como uma só propriedade as áreas contíguas,de um mesmo proprietario ainda que provinientes de títulos diversos.

Art. 330 - Em havendo condomínio,quer do simples terreno,qer do terreno e e edificação,a contribuição será lançada em nomes de todos os condomínios,que serão responsaveis na proporção de suas quotas.

Art 331 - Em se tratando de vilas edificadas no interior de quarteirão, a contribuição de melhoría correspondente a área pavimentada fronteira a entrada da vila será cobrada de cada proprietario proporcionalmente ao terreno ou fração de terreno de cada uma área reservada á via ou logradouro interno,e de serventia comum,será pavimentada integralmente por conta dos proprietarios.

Art. 332 - No caso de parcelamento do imóvel já lançado,poderá o lançamento mediante,requerimento do interessado,ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis,em que efetivamente se subdividir o primitivo.

Art. 333 - Para efetuar os novos lançamentos previstos no artigo anterior será a quóta relativa a propriedade primitiva distribuida de forma que as somas dessas novas quótas correspondem á quóta global anterior.

Art. 334 - As obras a que se refere o item II do artigo 320,quando julgadas de interesse público,só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos a caução exigida.

§ 1º- A importância da caução não poderá ser superior a 2 (dois) terços do orçamento total.

§ 2º- O orgão Fazendário promoverá,a seguir a organização do respectivo rol de contribuições,em que mencionará tambem,a caução em que couber a cada interessado.

Art. 335 - Completadas as diligências de que trata o artigo anterior,expedir-se-á edital convocando os interessados para,no prazo de 30 (trinta dias,examinarem o projeto,as especificações,o orçamento,as contribuições e as cauções arbitradas.

§ 1º - Os interessados,dentro do prazo previsto nêste artigo,devarão manifestar-se sôbre se concordam ou não com o orçamento,as contribuições e a caução,apontando as dúvidas e enganos a serem sanados.

§ 2º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a (sessenta) 60 dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que trata êste artigo.

§ 3º - Não sendo prestadas, totalmente, as cauções, no prazo de que trata o § 2º, a obra solicitada não terá inicio, devolvendo-se as cauções depositadas.

§ 4º - Em sendo prestadas todas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas, as obras serão executadas, procedendo-se dai em diante na conformidadedos dispositivos relativos a execução de obras dp plano ordinário.

§ 5º - Assim que a arrecadação individual das contribuições atingir a quantía que, somadas a das cauções prestadas, perfaça o total do debito de cada contribuinte, transferir-se-ão as cauções a receita - respectiva, anotando-se no lançamento da contribuição e liquidação total do débito.

Art. 336- Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias referido no artigo anterior, poderá o proprietário reclamar contra a importância lançada de acordo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamentos, com recursos para a junta de recursos fiscais.

Parágrafo único- A execução das obras e melhoramentos só terão início após o julgamento das reclamações de que trata êste artigo.

Art 337- A contribuição de melhoría será pago de uma só vêz, quando inferior a metade do salário mínimo ou, quando superior a esta quantia, em prestações mensais, semestrais, ou anuais, a juros de 8% (oito por cento) não podendo o prazo para recolhimento parcelados se inferior a 1 (um) ano, nem superior a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único- É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas, com descontos dos juros conrespondentes.

Art. 338- Quando a obra for entregue gradativamente ao público, a contribuição de melhoria, a juizo da administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluidas.

Art. 339- É licido o contribuinte pagar o débito privisto com títulos da dívida pública Municipal, pelo valor nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento, em virtude da qual foi lançada.

Art. 340- Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito a contribuição de melhoria, o orgão Fazendario será cientificado afim de em certidão negativa que vier a ser fornecida fazer constar o ônos fiscal correspondente aos imóveis respectives.

Art. 341- O Prefeito Municipal fixará, em têrmos percentual, mediante Decreto e observadas as normas estabelecidas nêste Título, a parte do custeio da obra ou melhoramento a ser reoperados dos beneficiados e regulamentará os prazos de arrecadação e outor requizitos necessario á aplicação da contribuição de melhoría.

Art. 342- Não caberá a exigência de contribuição de melhoría quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observância das disposições contidas nêste Título.

## CAPITULO II

### Disposições Gerais diga Especiais Sôbre as Obras de Pavimentação

Art. 343- Etendem-se por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação, propriamente dita, da parte carroçável da vias e logradoures públicos e dos passeios, os trabalhos prparatórios ou complementares habituais, como estudos topográficos, terraplanagem superficial obras de escoamento loca, guias, pequenas obras de artes e ainda os serviços de administração, quando contratados.

Art. 344- A contribuição de melhoría devida pela execução de serviços de - pavimentação:

I- Em vias no todo ou em partes ainda não pavimentadas.

II- Em vias cujo tipo de pavimentação, por motivo de interêsse público a juizo dá Prefeitura, deve ser subistituido por outro de melhor Qualidade.

§ 1º - Nos casos de subistituição por motivo idêntico ou equivalente não é devida a contribuição,desde que as obras primitivas hajam sido executadas sob o regime de contribuição de melhoria,taxa de calçamento ou tributo equivalente.

§ 2º - Nos casos de subistituição por motivo de melhor qualidade a contribuição será calculada tomando-se pro base a diferênça entre o custo da pavimentação nova e o da parte correspondente ao antigo reorçado este ultimo com bases nos preços do momento,reputar-se-á nulo,para esse efeito o custo da pavimentação anterior,quando feita em material sílico-argiloso,macadame ou com simples apedregulhamento.

§ 3º - Nos casos de subistituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouros,a contribuição será calculada tomando-se por base toda a diferença de custo entre os dois calçamento.

Art. 345 - O custo das obras de pavimentação,que vierem a serem executados nos têrmos dos artigos anteriores,será dividido entre a Prefeitura e os Proprietários dos terrenos marginais ,as vias e logradouros beneficiados,tocando 80% (oitenta por cento) parte aos proprietários e 20% (vinte por cento) parte a Prefeitura e fazendo-se a distribuição da parte que toca aos proprietários,segundo o disposto no artigo 324 dêste Título.

Art. 346 - Para cálculo da contribuição a ser cobrada de cada proprietário marginal,não se tomará distância superior a 8,5 (oito virgula cinco) metros entre o meio-fio e o eixo das vias ou logradouros em se tratando de vias carroçável da largura superior a 15 (quinze) metros,correndo o exesso por conta da Prefeitura,

Art. 347 - Assentação periódicamente o programa ordinário da pavimentação procederão as repartições técnicas competente á elaboração dos projétos e das especeficações e orçamento respectivo.

Art. 348 - Aprovação do orçamento de cada trecho típico e apurado a importância total a ser distribuída entre as áreas marginais,será verificada a quóta correspondente a cada uma data.

## CAPITULO III

## Disposições Especiais Sôbre as Obras de Construção de Estradas

Art. 349 - Entende-se por obras de construção de estradas ou trabalho de levantamento,locação,cortes,aterros,desterros,terraplanegem,pavimentação,escoamento e suas respectivas obras de artes,como pontes,viadutos,pontilhões,mata-burros,e outros e quando se tratar de obras contratadas ou serviços da administração.

§ 1º - São ainda conciderados como obras de construção as de ppavimentação asfálticas,poliédrica,ou a parelelepípedo,quando executada - com toda a extenção da estrada,ligando uma aglomeração Urbana a outra.

§ 2º - São conciderados apenas de conservação as obras de construção de desvios,retificação parcial,construção de pontes,viadutos,pontilhões,mata-burros e ensaibramento em estradas existentes.

Art. 350 - A contribuição de melhoría exigida na forma dêste capítulo destina-se,exclusivamente,á indenização parcial de dispesas feitas com a construção de estradas Municipais e será exigivel dos proprietários de terrenos marginais,ladeiros ou adjecentes as obras realizadas na área rural do Municipio,quando da obra resultar - benefício para os mesmos.

Art. 351 - O outro das obras de construção de cada estrada, observadas as disposições constantes do capítulo I dêste código digo dêste Título,será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos nas seguintes formas:

I - Um sexto (1/6) caberá aos proprietários dos terrenos marginais. (+)

II - Um ducdecimo (1/12) caberá aos proprietários dos terrenos adjecentes ou não á estrada construida, (+)

(+) Os valores de 1/6 e 1/12 são surgiridos pelo IBAM como uma possível base para distribuição de custos das obras de construção de estradas entre os proprietários e a Prefeitura.

nas cujas propriedades passarem mediata ou imediatamente a ser servida pela estrada e por ela beneficiada.

III - O restante caberá a Prefeitura, a conta das taxa do fundo rodoviário, ou de outras verbas destinadas destinadas a construção de estradas.

Art. 352- Quando a construção for solicitada por interessados e a estrada se destinar ao uzo privativo do mesmo, cobrar-se-á o custo total das obras mediante depósito prévio e integral do valôr orçado.

Art. 353- O cálculo da contribuição exigível de cada proprietário será feito nas seguintes bases:

I - Levantar-se-á um rol dos imóveis benificiados diretamente e outro dos beneficiados indiretamente pela obra executada, contendo os nomes dos proprietários e os valores venais de cada imóvel, Excluidos os valores beneficiados, devendo cada rol ser somado separadamnte.

II - Achar-se-ão a seguir, separadamente, um sexto 1/6 e 1/12 um duodecimo, do custo total das obras executadas.

III - Dividindo-se o total de cada rol pela quantia correspondente a 1/6 ou 1/12 do custo da obra, conforme for o caso, obter-se-á umquociente que, dividido pelo valôr venal de cada terreno, dará a contribuição relativa a esse terreno.

Art. 354- Aplica-se, quando aos condôminios, ao lançamento e a arrecadação desta taxa, as disposições constantes do capítulo I deste Título.

## TITULO XII

## Disposições Finais

Art. 355 - Para efeito deste código o salário mínimo é o salário mínimo mensal vigente no municipio a 31 (trinta e um) de Dezembro do Ano - anterior áquele em que se efetuar o lançamento ou se aplicar a - multa.

Art. 356- Serão despresadas as frações do Centavos até 0,50 (cincoenta centavos) inclusive, e arredondando para mais as parcelas superiores á referida fração, nos cálculos de:

I - Alíquota estabelecidas em fração do salário mínimo.
II - Mínimo tributavel.
III - Créditos tributários.
IV - Multas.

Art. 357- Serão dispesadas as frações de cr$ 100 (cem Cruzeiros) até Cr$ 50 (Cincoenta Cruzeiros) inclusive, e arrecadando para mais, as parcelas superiores á referida fração, ao ser conciderado o salário mínimo para efeito dêste código.

Art. 358- Serão despresadas as frações de Cr$1.000 (um mil cruzeiros) na apuração de base de cálculo dos impostos sôbre a propriedade territorial, Urbana e Rural, predial e transmissão Imobiliária "Inter-Vivos"

## TITULO XIII

## Disposições Transitórias

Art. 359- A arrecadação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do adcional ao imposto de diversões públicas, destinado a execução do convênio Nacional de Estatistica, continuará a reger-se pela Legislação especial respectiva.

Art. 360 - A arrecadação da parte do imposto sôbre minérios, pertencentes ao Municipio, poderá a ser feita por intermedio da repartição Estadual competente, enquanto convier à Prefeitura.

Art. 361 - Os lançamentos de tributos feitos nas bases previstas nêste código poderão ser reajustadas,a critério de Prefito,de modo que qualquer,aumento decorrido da revisão dos valores tributaveis,resultante da reorganização do cadastro fiscal,seja reduzido até 50% (cincoenta por cento) no primeiro exercício dêste código em vigência,de até 30% (trinta por cento)no segundo e de até 20% (vinte por cento no terceiro.

Parágrafo-unico-O Prefeito Municipal regulamentará este artigo se for o caso,especificacdo em Decreto,os impostos cujos os contribuintes se benificiarão das reduções,podendo estabelecer estas proporcionalmente ao aumento havido,dentro dos limites previstos nêste código.

Art. 362 - Fica revogada a Lei nº 19/62 de 26 de Janeiro de 1.962,em todos os seus artigos e teôres,bem como as tabelas integrantes a mesma Lei, Revoga-se na mesma conformidade a Lei nº57/64 de 19 de Fevereiro de 1.964.-

Art. 363 - Êste código entrará em vigôr a partir de 1º (primeiro de Janeiro de 1.965,revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO Snr, PREFEITO MUNICIPAL

EM,11 DE JANEIRO DE 1.965.-

Sebastião M. Leite
Prefeito Municipal

Sebastião S. de Lima
Secretario

PUBLICADO NA SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL EM,11 DE JANEIRO DE 1.965.-

Sebastião S. de Lima
Secretario

T B É L A "A"

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE IMOBILIARIA "INTER-VIVOS" E SUA INCORPORAÇÃO AO CAPITAL DE SOCIEDADE;

I - DOAÇÕES- RENUNCIAS- OU SESSÃO DE TITULO GRATUITO.

| | Valor da Propriedade Imobiliaria referente ao salário minimo. | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 10 vêses o S.M. | De mais de 10 vêses até 50 vêses o S. M. | De mais de 50 vêses até 100 vêses o S. M. | De mais de 100 vêses até 200 vêses o S. M. | De mais de 200 vêses Até 500 vêses o S. M. | De mais de 500 vêses o S. M. |
| Ascendentes, descedentes e conjuges. | 1% | 1,2% | 1,5% | 1,8% | 2,1% | 2,5% |
| Colaterais 2º grau | 1,8% | 1,9% | 2,1% | 2,5% | 2,7% | 3% |
| Colaterais 3º grau | 2 % | 2,3% | 2,6% | 2,9% | 3,2% | 3,5% |
| Outros Parentescos ou estranhos. | 2,5% | 2,8% | 3,1% | 3,4% | 3,7% | 4% |

II- Nos demais casos, 5% sôbre o valor da propriedade.

T A B É L A "B"

IMPOSTO DE INDUSTRIA E PROFISSÕES

A T I V I D A D E S — Alíquota %

I

MOVIMENTO ECONÔMICO REPRESENTADO PELO GIRO COMERCIAL GRAVADO POR IMPOSTO FEDERAIS E ESTADUAIS.....1%

II

MOVIMENTO ECONOMICO REPRESENTADO PELA RECEITA BRUTA APURADA NOS TÊRMOS DAS LETRAS A a F DO § 1º DO Art. 220, CAP.II DO TITULO VIII.....6%

Emprezas concecionárias de serviços de utilidade publica.,.....
Proprietarios rurais.....
Estabelecimentos que operem em transações Bancarias.....
Estabelecimentos que operem em construção civil,ou empreiteiros de obras,assim como instalações e serviços auxiliares,seja - por empreitada,ou sub-empreitada total ou parcial.....
Estabelecimentos que operem em seguros.....
Estabelecimentos que operem em capitalização.....

| PROFISSÕES LIBERAIS e TECNICAS | Sôbre o salário mínimo % |
|---|---|
| Advogado | 1/3 |
| Agrimensor | 1/5 |
| Agrônomo | 1/3 |
| Arquiteto | 1/5 |
| Contador | 1/5 |
| Dentista | 1/3 |
| Desenhista | 1/5 |
| Economista | 1/3 |
| Engenheiro | 1/3 |
| Guarda livros | 1/5 |
| Medico | 1/3 |
| Protético | 1/5 |
| Químico | 1/5 |
| Tabelião ou notário (por titulo) | 1/3 |
| Veterinario | 1/5 |
| Outras profissões | 1/5 |

Nota: A taxação independem da existência de escritório ou estabelecimento Fixo.

## T A B É L A "C"

### IMPOSTO SOBRE DIVERÇÕES PÚBLICAS

| Especificação e Descriminação | Alíquota % |
|---|---|
| Sôbre o preço cobrado por bilhete de ingresso em qualquer divertimento público,ou de pules,cartões,talão ou outro sistema de aposta empregado em jogos,esportivos ou não devidamente licenciados | 10 % |
| Sôbre o preço cobrado em cartões com ou sem picóte,bilhete ou outro qualquer sistema de cobrança por contra dança em clubes, "boites" ou congêneres | 20 % |
| Sôbre o preço cobrado por meio de qualquer sistema a título de consumação mínima, "coubert" ou aluguel de mesa em qualquer estabelecimentos de diverção ou club | 18 % |
| Sôbre o preço da utilização de aparelhos,armas e outros meios mecânicos ou não instalados em parques de diverções ou outros locais permitidos | 15 % |

## T A B É L A "D"

### TAXA DE EXPEDIENTE

| Expecificação | Alíquota sôbre o salário mínimo % |
|---|---|
| Alvarás: | |
| a) De licença concedida ou transferida,sôbre o imposto de industría e profossões | 10 % |
| b) De industrías e profissões | 10 % |
| A T E S T A D O S: | |
| a) Por laudo até 33 (trinta e tre z) linhas | 5 % |
| b) Sôbre o que exceder,por laudo ou fração | 3 % |
| Aprovação de arruamento ou loteamento,cada decreto contendo aprovação parcial ou geral de arruamento ou loteamento de terreno | 20 % |

Baixa de qualquer natureza em lançamento ou registros..... 5%

C E R T D Õ E S

a) Por laudo até 33 (trinta e trez) linhas..... 5 %
b) Sôbre o que exceder,por laudo ou fração..... 3 %
c) Busca por ano,alem das taxas da alíneas á a e b)..... 1 %
d) Quitação..... 2 %

C O N C E S S Õ E S

a) Favores,em virtude de Lei Municipal,sôbre o valor da concessão..... 1 %
b) Previlégio industrial ou a empreza concadida pelo Municipio,sôbre o valor efetivo ou arbitrado..... 1 %
c) Permissão para exploração,a título precário de serviços ou atividades..... 5 %
Contratos com o Municipio,sôbre o valor do contrato..... 0,5 %
Guias apresentadas às repartições Municipais,para qualquer fim,excluidas as emitidas pelos servidores Municipais e relativas aos serviços de administração..... 1 %

P E T I Ç Õ E S, R E Q U E R I M E N T O S, R E C U R S O S OU M E M O R I A I S,D I R I G I D O S AÔS O R G Ã O S OU A U T O R I D A D E S M U N I C I P A I S:

a)Por laudo até 33 (trinta e trez) linhas..... 5 %
b)Cada documento anexado,por folha..... 1 %
c)Sôbre o que exceder,por laudo ou fração..... 0,5 %
Prorrogação de prazo de contrato com o Municipio,sôbre o valor da prorrogação..... 1 %

Têrmos e registros de qualquer natureza,lavrados em livros Municipais,por pagina de livro ou fração..... 10%

T Í T U L O S

De Perpetuidade de sepultura,Jazigo,Carneira,Mosuleu ou ossuário..,..... 40%

T R A N S F E R Ê N C I A S

a) de contrato de qualquer natureza,alem do têrmo respectivo..... 5 %
b) de local,de firmas ou ramos de negocios..... 1 %
c) de veículos por unidade..... 20 %
d) de previlégio de qualquer natureza,sôbre o valor efetivo ou arbitrado..,.....1 %

==========

T A B É L A "E"

T A X A S DE S E G U R A N Ç A P Ú B L I C A

Especificações e Descriminações

I - <u>T A X A DE V I G I L Â N C I A P Ú B L I C A</u>

Sôbre o valor do imposto predial ou dependência com economia distinta,de uzo residencial,industrial ou misto..... 10 %
Sôbre o valor do imposto predial ou dependência com economia distinta,de uzo comercial ou profissional..... 10 %
Idem,Idem,de uzo bancário ou joalheria..... 10 %

==========

T A B É L A "F"

<u>T A X A R O D O V I Á R I A</u>

Cobra-se-á Cr$ 250,00 (Duzentos e Cincoenta Cruzeiros) por Alqueire,medida Paulista.....
O Minimo da Taxa Rodoviaria será de Cr$ 500,00 (Quinhentos) Cruzeiros.....

Nota: O lançamento será efetuado nos meses de Janeiro e Fevereiro de cada ano,e a cobrança será efetuada no mês de março do ano em que se refere o lançamento,e em nome do senhor(s) Proprietário (s) pois em caso de alienação do imóvel,ficará o alienente obrigado a transferir na Prefeitura,e informando o nome e domicilio do adquirente,sob pena de continuar a responder pela Taxa.

## T A B É L A "G"

## T A B E L A DE A F E R I Ç Ã O DE P E S O S E M E D I D A S

| DESCRIMINAÇÃO | Alíquota sôbre o Salario Mínimo % |
|---|---|
| **I- Balanças Comuns** | |
| Até 20 (Vinte) quilos | 2 % |
| Até 50 (Cincoenta) Quilos | 3 % |
| Até 100 (CEM) quilos | 3,5% |
| Até 1.000 (Um Mil) quilos | 4 % |
| Até 3.000 (Treis)Mil) quilos | 4,5% |
| **II- Balanças Automáticas** | |
| Até 10 (Déz) quilos | 3 % |
| Até 50 (Cincoenta) quilos | 4 % |
| Até digo,Demais de 50 (Cincoenta) quilos | 5 % |
| **III- Pesos** | |
| Jogos de Pesos por 8 (Oito) unidades ou fração | 1 % |
| **VI- Medidas Lineares** | |
| Metro,fita,métrica e tins,cada um | 1 % |
| **V- Medidas de Capacidades** | |
| Jogos de Medidas de 1 (um ) á 100 (Cem) litros | 1 % |
| Bomba de Gasolina ou Oleo por cada uma | 10 % |
| Carro Tanque cada um | 40% |
| Qualquer outra medida de Capacidade | 5% |
| **VI- Medidores de Consumo de Energia** | |
| Elétrica por medidor | 1% |

## T A B É L A "H"

## T A X A S DE L I C E N C A S

| Especificações e descriminações | Alíquota sôbre o Salario Mínimo % |
|---|---|
| **I- Taxa de Licença para o funcionamento de estabelecimento Comerciais em horario Especial** | |
| Prorrogação de Horário. | |

1- Até as 22 (vinte e duas) horas.....
por dia..... 1 %
por mês..... 10%
por ano.....100%

2- Além das 22 (vinte e duas) horas.....
por dia..... 2 %
por mês..... 20%
por ano.....150%

II- Taxa de Licença Para o Exercício de Comércio Eventuais ou Ambulante.

| | Dia | Mês | Ano |
|---|---|---|---|
| a) Comércio Eventual..... | | | |
| Alimentos preparados,inclusivel refrigerantes,para vendas em balcões,barracas ou mesas..... | 10% | 50% | 100% |
| Aparelhos elétricos, de uso domestíco..... | 4% | 25% | 90% |
| Armarinhos e miudesas..... | 10% | 50% | 120% |
| Artefatos de couro..... | 2% | 15% | 50% |
| Artigos carnavalescos (máscaras),confetes,serpentinas,--lançaperfumes e congêneres)..... | 30% | - | - |
| Artigos para fumantes..... | 30% | 100% | 300% |
| Artigos não especificados nésta tabéla..... | 10% | 50% | 120% |
| Artigos de papelaria..... | 5% | 30% | 100% |
| Artigos de toucador..... | 20% | - | - |
| Aves..... | 1% | - | - |
| Baralhos e outros artigos de jogos conciderado de azar..100% | | - | - |
| Brinquedos e artigos ornamentais para presentes..... | 2% | 20% | 80% |
| Fogos de Artifício..... | 10% | 50% | 100% |
| Frutas Nacionais e Estrangeiras..... | 1% | 5% | 20% |
| Gêneros e produtos alimentícios,aves,ovos,doces,frutas, queijos,peixes e carnes etc..... | 1% | 5% | 20% |
| Jóias e relógios..... | 30% | - | - |
| Louças,ferragens,e artefatos de plásticos e de borrachas vassouras escovas,palhas de aço e semelhantes..... | 5% | - | - |
| Peles pilicas,pluma,ou confecção de Lazo..... | 20% | - | - |
| Revistas livros e jornais..... | - | - | 20% |
| Tecidos e roupas..... | 5% | 20% | 60% |
| b) Comércio Ambulante: | | | |
| Alimentação preparada e fornecida ao marmitas,para mais de 3 (treis)pessoas,quando o fornecedor não paga o imposto de industria e profissão..... | - | - | - |
| Armarinhos e miudezas..... | 5% | - | - |
| Artigos não especificados..... | 5% | - | - |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Artigos de toucador..... | 5% | - | - |
| Bijoterias e pedras não preciosas..... | 10% | - | - |
| Brinquedos..... | 2% | - | - |
| Confecções de luxo,peles,pelicas,plumas..... | 10% | - | - |
| Fazendas e roupas feitas..... | 2% | - | - |
| Gêneros e produtos alimenticios..... | 1% | - | - |
| Jóias e pedras preciosas..... | 10% | - | - |
| Louças,ferragens artefatos plásticos e de borrachas - vassouras escovas palhas de aço e semelhantes..... | 2% | - | - |
| Malhas meias gravatas e laços..... | 2% | - | - |

Notas: a licença será cobrada para cada especificaçcao - caso o contribuinte negocie em mais de uma.....

III- TAXA DE LICENCA PARA OBRAS PARTICULARES

| | Alíquota sôbre o salário Mínimo.....% |
|---|---|
| a) Construções: | |
| **Especificações e descriminações.** | |
| Barracões nos quintais de casas residenciais,metros quadrados de área útil de piso coberto..... | |
| 1- Nas áreas urbanas..... | 0,5% |
| 2- Nas áreas suburbanas.e.povoados..... | 0,25% |
| Dependências em prédios residenciais,por metro quadrado de área útil do piso coberto..... | |
| 1- Nas áreas urbanas..... | 0,5% |
| 2- Nas áreas suburbanas e povoados..... | 0,25% |
| Dependências em prédio utilizado por estabelecimento de qualquer natureza,por metro quadrado..... | 0,5% |
| Terrenos,sargetas,paredes e muros divisórios,por metro linear..... | 0,25% |
| Fornos de padarias..... | 0,25% |
| Fossas,cada uma..... | 0,25% |
| Galpões para qualquer fim,por metro quadrado de área útil de piso coberto..... | 0,5% |
| Garagens e postos de lubrificação,por metro quadrado de área útil de piso coberto..... | 1% |
| Muros com gradil ou não,por metro linear..... | |
| 1- Nas áreas urbanas..... | 0,5% |
| 2- Nas áreas suburbanas e povoados..... | 0,25% |
| Obras não especificadas nésta tabéla,por metro quadrado de área de piso coberto..... | 1% |
| Obras pequenas ou acréscimos de área de dificel medição,não especificada nésta tabéla..... | 0,8% |
| Prédios residenciais,de um ou mais pavimentos,por metro quadrado de área útil e piso coberto..... | |
| 1- Nas áreas urbanas..... | 1% |
| 2- Nas áreas suburbanas e povoados..... | 0,5% |
| Prédios de um ou mais pavimentos,a serem usados em atividades industriais,comerciais ou profissionais, - por metro quadrado de área útil e piso coberto..... | 1% |
| b) Reconstruções: | |

Aslicenças para reconstruções parciais pagarão a taxa de acordo com a sua natureza,pela metade do que estiver especificado,nésta tabéla para as construções.

c) Consertos e reparos:

| | |
|---|---|
| Diversos, chaminés, pilares, fossas e outras instalações externas..... | 0,5% |
| Fachadas, desde de que não trate de reconstrução por - pavimento..... | 5% |
| Muros por metro lienar,..... | 5% |
| Pequenos serviços em prédios..... | 3% |
| Telhados desde que não trate de construção..... | 3% |

d) Obras diversas:

| | |
|---|---|
| 1- Em prédios residenciais..... | 3% |
| 2- Em prédios ocupados com estabelecimentos de qualquer natureza..... | 1,5% |
| Andaimes, no alinhamento do logradouro enclusivel tapume, para construção, reconstrução, pinturas ou reparos gerais de prédios, por metro lienar e por mês ou fração | 1% |
| Corte em meio-fio para entrada de automovel por metro quadrado..... | 5% |
| Demolição, por metro quadrado de área da edificação e em demolida..... | 2% |
| Lageamento de patios e quintais..... | Isento |
| Marquises de vidro, metal e outro material a ser colocados em prédios comercial ou industrial..... | Isento |
| Mudanças de bombas de gasolina, e outros cumbustiveis, liquido de um para outro local..... | Isento |
| Toldos ou cibertis a serem colocados nas faixadas dos prédios, Comerciais, industriais, ou residenciais..... | Isento |

IV- <u>Taxa de Licença Para Execução de Arruamentos e Loteamentos de Terrenos Particulares.</u>

a) Arruamentos:

| | |
|---|---|
| 1- Com área até 20.000 (vinte mil) metros quadrados, descontados os destinados a logradouros públicos.. | 100 % |
| 2- Com mais de 20.000 (vinte mil) metros quadrados por metro quadrado que exceder 1% (um por cento) alem da taxa fixa e 10% (dés por cento) do salário mínimo..... | |

b) Loteamento:

| | |
|---|---|
| 1- Com área até 10.000 (dés mil) metros quadrados, descontados os destinados a logradouros públicos as que serão doados ao Municipio..... | 50% |
| 2- De mais de 10.000 (dés mil) metros quadrados o que exceder, 1% (um por cento) alem da taxa fixa 10% (dés por cento) do salário mínimo..... | |

NOTA-Entende-se como área de arruamento de loteamento a soma das áreas pertencentes ao plano apresentado, (terrenos quarteões)

V - <u>Taxa de Licença Para Tráfego de Veículos</u>

| | Alíquota sôbre o Salario Mínimo % |
|---|---|
| a) Veículo de tração a Motor. | |
| Ambulâncias: | |
| 1 - Para transportes de doentes..... | |
| 2 - Funerárias..... | 5% |
| Automóveis, com motor até 100 HP. | |
| 1 - Modelo de fabricação do ano em que for feito o registro. | 5% |
| 2 - Modelo de fabricação do ano anterior aquele em que for - feito o registro..... | 30% |
| 3 - Modelo de fabricação do ano imediatamente anterior o do numero 2..... | 25% |
| 4 - Modelo de fabricação do ano anterior o do nº 3..... | 23% |
| | 20% |

Automóveis com Motor de mais de 100 HP.

1 - Modelo de fabricação do ano que for feito o registro.....
2 - Modelo de fabricação do ano anterior aquele em for - feito p registro.....
3 - Modelo de fabricação do ano imediatamente anterior ao nº2
4 - Modelo de fabricação dos anos anteriores ao do numero 3..

Auto-lotação:
1 - Até 12 passageiros..... 25%
2 - Até digo de mais de 12 passageiros..... 30%

Auto-ônibus.
1- Até 20 passageiros,..... 30%
2 - De mais de 20 até 30 passageiros..... 35%
3 - De mais de 30 passageiros..... 40%

Auto-oficina:
1 - Automóvel ou camioneta-oficina..... 20%
2 - Caminhão-oficina..... 20%

Caminhões ou Camionetes de Cargas:
1 - Com capacidade até 1 tonelada..... 20%
2 - Com capacidade de mais de 1 até 2 toneladas..... 25%
3 - Com capacidade de mais de 2 até 3 toneladas..... 30%
4 - idem idem de mais de 3 toneladas até 6 toneladas..... 35%
5 - idem idem de mais de 6 até 9 toneladas..... 40%
6 - idem idem de mais de 9 até 12 toneladas..... 45%
7 - idem idem de mais de 12 toneladas..... 50%

Motocicleta: com ou sem "sida-car"

1 - Reboque ou trailor..... 5%
2 - Trator de rodas de borrachas..... 10 %
3 - Trator com rodas ou esteiras de ferro..... 15%

a) Veiculos de tração Animal:
de cargas desprovidos de molas:
1 - De rodas com aros de ferros ou madeira..... 5%
2 - De rodas com aros de borracha maciça..... 5%
3 - De rodas com aros de borracha- pneumatico..... 5%
4 - De carga provida de molas:
1 - De rodas com aros de ferro ou madeira..... 6%
2 - De rodas com aros de borracha maciça..... 6%
3 - De rodas com aros de borracha pneu-matico ..... 6%

De passageiros:
1 - De 2 rodas com pneu-máticos..... 8%
2 - De 2 rodas com aros de borracha maciça..... 8%
3 - De 4 rodas com aros de pneu-mático..... 8%
4 - idem,idem, com aros de borracha maciça..... 8%

e) Outros Veiculos:
Bicicletas quando de aluguel..... 5%
Carrocinhas,tricicles a pedal ou carrinhos de mão ! frete ou para venda ou entrega de mercadorias..... Isento

VI - TAXA DE LICENCA PARA PUBLICIDADE.

Alto-falante,radios,vitrola e congeres,por aparelho e por ano,quando permitido no interior do estabelecimento comercial,industrial ou profissional.....

Anúncios:
1 - Sob forma de cartas,cada um..... 10%
2 - Em mesas cadeiras,ou bancos toldos,bombas,capotas,cortinas e semelhante..... 1%
3 - No interior do veiculo,por veiculo e por..... 5%
4 - Em veiculos destinados especialmentes a paganda,por veiculo e por dia..... 1%
5 - Conduzidos por uma ou mais pessoas por pa e por dia..... 1%
5%

6- Distribuição em mão,ou domicílio por milheiro ou fração..
7 - Colocados no interior do estabelecimento quando estranho a atividade deste,por anuncio e por ano.....
8 - Em pano de boca de teatro ou casa de diverção por anuncio e por mês..... 1 %
9 - Projetado na tela de cinema,por filme ou chapa por mês... 1 %
10- Pintado na via pública,quando permitido por metro quadrado e por dia..... Isento
11- Em faixa quando permitido,por dia ..... Isento
12- Emblema,escudo,ou figura decorativa,por unidade por ano.. Isento
Letreiros, Placa em dísticos ou não, com indicação de profissão,arte,ofício,comercio ou industria,nome ou indereço,quando colocado na parte externa de qualquer prédio,por letreiro,ou dístico por ano..... 1 %
Mostruários- Colocados na parte externa dos estabelecimentos comerciais,ou galerias,estações,abrigos etc. por mostruario e por ano..... 1 %
Painel:Cartas ou anuncios colocados em circos,ou casas de diverções,por unidade e por mês..... 1 %
Painel,cartás inclusive letreiros e semelhantes,luminosos ou não na parte externa dos edificios,por metro quadrado ou fração,por ano..... 1 %
Painel,cartaz ou anúncios,colocados em casas de diverções por unidade e por ano..... 2 %
Propaganda:
1 - Oral feita por propagandista por dia..... 1 %
2 - idem, idem por mês..... 5 %
3 - idem, idem por ano..... 30 %
4 - Por meio de música,por dia..... 2 %
5 - Por meio de animais (circo etc.) por dia..... 5 %
6 - Por meio de alto-falante por dia..... 5 %

Vitrine- Isento.
1 - Em qualquer estabelecimento comercial ou industrial,sem projeção,ocupando parcialmente o vão das portas..... Isento
2 - Idem,idem,com saliência maxima de 25 centimetros para o logradouro público..... Isento
3 - Idem,idem,ocupando totalmente os vãos da porta..... Isento
4 - Para exposição de artigos estranhos ao negócio do estabelecimento ou alugada a terceiros, por ano e or vitrine... Isento

VII- TAXA DE LICENCA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Espaço ocupado por balcões,barracos,mesas,taboleiros, e semelhantes,nas feiras,vias e logradouros públicos ou - como depósito de materiais ou estabelecimento digo,estacionamento privativo de veículos,inclusivel para fins - comerciais mercadorias em local designado pela Prefeitura,por prazo e a critério desta.....
1 - Por dia e por metro quadrado..... 5 %
2 - Idem,mês e por metro quadrado..... 20 %
3 - Por ano e por metro quadrado..... 50 %

Espaço ocupado com mercadorias nas feiras,sem uso de qualquer móvel ou instalação por dia e por metro quadrado..... Isento
Espaço ocupado por circo e parques de diverções, por semana ou fração e por metro quadrado..... 2 %

VIII TAXA DE LICENCA PARA O ABATE DO GADO FORA DO MATADOURO MUNICIPAL

Por cabeça de gado bovino e vacum..... 1 %
Por cabeça de animal de outras espécies..... 0,5%

NOTA: Correrá por conta do interessado,alem da taxa transporte de servidor muinicipal incumbido de fazer inspenção de animal.

# T A B É L A "I"

## =TAXAS DIVERSAS=

| Especificações e Descriminações | Alíquota p/ o Salário Mínimo..... % |
|---|---|
| **I - TAXA DE NUMERAÇÃO DE PRÉDIOS.** | |
| Por emplamento..... | 6 % |
| NOTA-Além da taxa será cobrado o preço de custo da placa. | |
| **II - TAXA DE APREENÇÃO DE DEPÓSITOS DE BENS E MERCADORIAS.** | |
| Abandonados nas vias públicas por unidade..... | 3 % |
| Armazenagem por dia ou fração,no depósito Municipal: | |
| 1 - de veiculos por unidade..... | 10 % |
| 2 - de animal,cavalar,muar ou bovino,por cabeça..... | 5 % |
| 3 - de caprino,ovino,suino,por cabeça..... | 2 % |
| 4 - de mercadorias,bem como as de transporte até o deposito de mercadorias ou objetos de qualquer especie - por quilo..... | 0,5 % |
| NOTA- Alem das taxas acima se cobrarão,as despesas com a limentação e o tratamento dos animais,bem como as de transportes até ao depósito..... | |
| **III -TAXA DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO.** | |
| Alinhamento,por metro quadrado,digo metro linear.... | |
| Nivelamento idem,idem..... | |
| **VI - TAXA DO CEMITÉRIO.** | |
| Inhumação em Sepultura rasa: | |
| 1 - De adulto, por 5 (cinco) anos..... | 6 % |
| 2 - De infantil,por 3 (teis) anos..... | 4 % |
| Inhumação Em carneiras: | |
| 1 - De adultos por 5 (cinco) anos..... | 4 % |
| 2 - De infante, por 3 (treis) anos..... | 3 % |
| Prorrogação de prazo: | |
| 1 - De sepultura raza,por 5 (cinco) anos..... | 5 % |
| 2 - Carneiras por 5 (cinco) anos..... | 3% |
| Perpetuidade: | |
| 1 - De sepultura raza, por metro quadrado..... | 20 % |
| 2 - De carneira por metro quadrado..... | 30 % |
| 3 - Jzigo (carneira dupla,geminado)por metro quadrado... | 50 % |
| 4 - Nicho..... | 5 % |
| EXUMAÇÕES: | |
| 1 - Antes de vencido o prazo.regulamentar de decomposição.. | 20 % |
| 2 - Após vencido o prazo regulamentar de decomposição..... | 10 % |
| DIVERSOS: | |
| 1 - Abertura de sepultura,carneira,jazigo ou mausoléu perpetuo,para nova ixumação..... | 10 % |
| 2 - Entrada de ossada no Cemitério..... | 5 % |
| 3 - Retirada de ossada do cemitério..... | 5 % |
| 4 - Remoção de ossada no interior do cemitério..... | 3 % |
| 5 - Permissão para construção de carneira,colocação de inscrição e execução de obras de embelesamento..... | 10 % |
| 6 - Eplacamanto..... | 10 % |
| 7 - Ocupação de ossario por 5 (cinco) anos..... | 8 % |

NOTA= Nos cemitérios das vilas e povoados,as taxas serão cobradas pela metade.....
Alem das taxas de nº 11.será cobrado aparte o custo da construção do carneiro,Jazigo ou niche,de acordo co o orçamento organizado pela repartição competente da Prefeitura.
As taxas estabelecidas cobrirão apenas os serviços de escavação e enchimento de sepulturas,carneiros e Jazigo,os de demolição de baldrames lápides ou mosuleus e reconstrução serão orçados e cobrados à parte.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUNA DO SUL

ESTADO DO PARANA

EM,11 de Janeiro de 1.965.-

Sebastião I. Leite
Prefeito Municipal

Sebastião S. de Lima
Secretário